

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo.

SOBRE A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS KAINGÁNG, UMA
SOCIEDADE INDÍGENA JÊ MERIDIONAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO



SANDOVAL DOS SANTOS AMPARO
Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Carpintero
JUNHO DE 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SANDOVAL DOS SANTOS AMPARO

***SOBRE A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS KAINGÁNG, UMA
SOCIEDADE INDÍGENA JÊ MERIDIONAL***

Dissertação apresentada como requisito parcial ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília para obtenção do título de Mestre em Teoria, História e Crítica da Arquitetura e Urbanismo.
Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Cabral Carpintero.

BRASÍLIA
JUNHO DE 2010

AMPARO, Sandoval dos Santos.

Sobre a organização espacial dos Kaingáng, uma sociedade indígena Jê meridional. Sandoval dos Santos Amparo. Brasília, 2010. 117p.

Dissertação de Mestrado. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília.

1. Organização espacial indígena.
2. Processo de colonização.
3. Planalto meridional brasileiro.
4. Kaingáng.

Permitida a reprodução parcial desta para fins de pesquisa ou consulta, vedada sua utilização para fins comerciais sem prévia consulta ao autor.

Sandoval dos Santos Amparo.

Brasília, Junho de 2010.

**SOBRE A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS KAIANGÁNG,
UMA SOCIEDADE INDÍGENA JÊ MERIDIONAL
Dissertação de Mestrado**



BANCA AVALIADORA:

PROF. DR. ANTÔNIO CARLOS CABRAL CARPINTERO
Orientador, FAU-UnB.

PROF. DR. RODRIGO SANTOS FARIA
FAU-UnB

ARYON DALL'IGNA RODRIGUES
Membro externo, LALI-UnB

AGRADECIMENTO

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração preciosa de um bom número de pessoas. Primeiramente, o agradecimento ao Professor Antonio Carlos Carpintero, pela grande paciência e orientação. Igualmente agradeço à equipe da Secretaria da Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (Anderson, Junior e Raquel), sempre atenciosos e prestativos. Agradecimento igual aos professores Aryon Rodrigues e Rodrigo Faria, pela paciência na leitura e avaliação deste estudo. Na Funai, agradeço à equipe da Biblioteca Curt Nimuendaju e da Coordenação de Treinamento e Desenvolvimento da FUNAI, particularmente Cleide, Fide e Carmem, pelo apoio.

Muitas pessoas contribuíram com esta dissertação, direta ou indiretamente, voluntária ou involuntariamente, através de caronas e hospedagens, impressões, e-mails telefonemas e estímulos diversos. Cito algumas delas: Maria, Bianca, Gabriel e Bebel, Ana Elisa Freitas (Porto alegre), Prof. João Pacheco de Oliveira, Deoclides e Tiago Kaingáng, Almir Von Held, Sergio Campos, Cesinha, Witt, Nandão Caixeta, Claudemir Kaingáng (Lomba do Pinheiro), Abílio e João Padilha (Borboleta), Dani (Porto Alegre), Towê, Koieré e Getúlio (a origem do mundo segundo os índios), Álvaro e Kissibu, Maristela, Marijara, Paulo, Ferrareze, etc.

As aldeias onde deixei amigos: Ricardo Franco, Miky, Paredão, Formoso, Morená (Kamaiurá do Alto Xingu), Moikarakô, Aukre, Kokrajmoro, Espaço Multiétnico, Aldeia Guardiã (Othon), Jacuba. Ao apoio Mebengokré (sul do Pará), que desde 2007 tem depositado apoio e confiança no desenvolvimento das minhas atividades (*aprendendo com eles: para alcançar as estrelas é preciso pisar forte no chão, maityre*). Aos amigos indígenas Isaque (Baibam), Oro, Mokuká, Poinkará, Pinkó, Kaikwara, Bepnhoti, Akjaboro, Megaron, Tiago, Tinini (Yudjá), David, Aritana, Pablo, Tsorin, Wiawi e Marcelo. Aos amigos Leandro, Robert, Soró, Eduardo, Daniel, Vitinho e Emersom Guerra, e aos professores Mônica, Rogério, Jacob, Ruis (Moreira e Erthal), Satiê, Barbosa e Carlos Walter e Virginia Fontes (História), da UFF, Julio (Bolívia), Helineusa, Odenir (pelas preciosas edições da Suma Etnológica Brasileira), Teresinha (Embrapa), Plínio (Belém), Manu, Vezon (Porto Alegre), Ananda, Paulinha, Niema, Raquel, Araujo, Elvis, Pedro, Elza, Fernando, Nuno, Leozinho, Gobbi e Xingu (Ammi Shaddai), Victor, Tamalui, Otavio, Sindsep-DF, Associação de Moradores da Vila de São Jorge (Goiás) e Ponto de Cultura Cavaleiro de Jorge (Tila e Juliano).

Ao Deus que permite tudo isso. À minha família, sempre comigo.

Este trabalho não tem a pretensão agradar a nenhum índio, indigenistas ou ambientalista. Apresenta apenas uma contribuição à compreensão da problemática dos indígenas, *brasileiros como nós*, como bem lembrava Mario de Andrade, em um de seus belos poemas.

* * *

RESUMO

Este trabalho apresenta a organização espacial dos assentamentos indígenas Kaingáng, grupo ligado ao tronco lingüístico Jê, sendo representantes do sul do país. O deslocamento deste grupo para esta região iniciou-se por volta de 2.500 anos atrás. Com esta mudança, os indígenas que estudamos desenvolveram a habitação em casas subterrâneas, uma forma adaptativa ao novo território, de clima frio, tomado em guerra aos Tupi-Guarany, que fora a primeira civilização habitante da região, desde há cerca de 14 mil anos. O capítulo primeiro corresponde a uma breve introdução ao tema, apresentado nosso envolvimento com o mesmo e a pertinência do mesmo com relação aos estudos sobre os assentamentos humanos. O capítulo segundo historiciza o tema e estabelece as noções que serão utilizadas, seguido de um capítulo sobre a história antiga do planalto meridional (3), no qual será apresentada a filiação arqueológica e etnográfica dos Kaingáng (tradição Taquara e Jê meridionais, respectivamente). Nos capítulos 4 e 5 é apresentado o processo de reterritorialização indígena, ocorrida a partir do século XX, até a análise da inserção das terras indígenas no contexto regional, descrevendo as articulações e interesses que fizeram com que estas áreas viessem a ser utilizadas de acordo os padrões vindos de fora das aldeias (século XX). Tece considerações sobre o processo de territorialização nacional e a rugosidade da forma na aldeia, utilizando-se de conceitos e idéias de autores como Darcy Ribeiro, Eduardo Viveiros e Castro, Milton Santos e João Pacheco de Oliveira (dentre outros) e de uma metodologia interdisciplinar, tendo por eixo a organização espacial dos assentamentos indígenas.

Palavras-Chave: Organização espacial indígena. Processo de colonização. Planalto meridional brasileiro. Kaingáng.

ABSTRACT

This paper presents the spatial organization of settlements Kaingáng Indians, a group linked to the linguistic Ge, and your representatives of the South of Brazil. The displacement of this group for this region began about 2,500 years ago. With this change, Indians who have studied developed housing in underground houses, an adaptive way to new territory, cold climate, taken in war against the Tupi-Guarani, who had the first civilization of the country people, for nearly 14,000 years. The first chapter corresponds to a brief introduction to the subject, presented our involvement with it and the the same relevance in relation to studies on the settlement humans. The second chapter historicizes the topic and establishes the concepts that will be used, followed by a chapter on the ancient history of Southern Plateau (3), which will present membership archaeological and the ethnographic Kaingáng (Taquara tradition and Ge southern respectively). In Chapters 4 and 5 is shown the process of Indian repossession, occurred in the twentieth century, until the analysis of the integration of indigenous lands in the regional context, describing the links and interests that made these areas were to be used in accordance patterns from outside the villages (XX Century). Reflects on the process of territorialization national and roughness of the way the village, using concepts and ideas of writers such as Darcy Ribeiro, Eduardo Viveiros e Castro, Milton Santos and Joao Pacheco de Oliveira (among others) and a methodology interdisciplinary, with the axis the spatial organization of settlements Indians.

Keywords: Indian Space Organization. Colonization process. Brazilian Southern Plateau. Kaingáng..

FIGURAS

FIGURA 1: SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO SUL DO PAÍS: SAMBAQUIS E TRADIÇÃO TAQUARA. ADAPTADO DE ZUCH-DIAS, P.151.....	49
FIGURA 2: PADRÃO GEOMORFOLÓGICO TÍPICO DO PLANALTO MERIDIONAL.....	52
FIGURA 3: CONCEPÇÃO ARTÍSTICA DE UMA CASA SUBTERRÂNEA (ADAPTADO DE FERNANDO LA SALVIA). FONTE: VEIGA, P.40.	55
FIGURA 4: SEPULTURA CIRCULAR KAINGÁNG, DESENHADA POR ALFRED METRAUX. FONTE: VEIGA, P.232.	56
FIGURA 5: CONCEPÇÃO DE PALHOÇA KAINGÁNG DO SÉCULO XIX.	60
FIGURA 6: CASA DO POSTO INDÍGENA. FONTE: ZUCH-DIAS, P.251.	61
FIGURA 7: SUCESSÃO DA MORADIA E TERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA AO LONGO DOS SÉCULOS. ESQUEMA DO AUTOR (COM DESENHOS DE BEBER E ZUCH-DIAS).	62
FIGURA 8: ÁREA DE PERAMBULAÇÃO KAINGÁNG E TERRAS INDÍGENAS DO PLANALTO MERIDIONAL.....	77
FIGURA 9: TERRITÓRIO DE OCUPAÇÃO ORIGINAL KAINGÁNG NO CONTEXTO DAS TIS DO RESTANTE DO PAÍS. MAPA DO AUTOR.	78
FIGURA 10: CASA KAINGÁNG NA ALDEIA VOTOURO, RS. (FOTO DO AUTOR. 16 DE ABRIL DE 2005).....	87
FIGURA 11: ASPECTO DA PAISAGEM DA ALDEIA VOTOURO. (FOTO DO AUTOR. 16 DE ABRIL DE 2005).....	87
FIGURA 12: TI VOTOURO. IMAGEM OBTIDA NO GOOGLE EARTH, VISUALIZAÇÃO EM 20 MARÇO DE 2010.	88
FIGURA 13 (ABAIXO): TIS VOTOURO E KANDÓIA-VOTOURO, COM LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS VOTOURO, KANDÓIA, BARRA SECA E MUNICÍPIOS REGIONAIS. MAPA DO AUTOR.	88
FIGURA 14: LOCALIZAÇÃO DA TI APUCARANA NO PARANÁ E NO BRASIL. FONTE: VIRGILIO & BARROS, 2007, P.11).....	90
FIGURA 15: USOS DO SOLO NA TI APUCARANA (PR). FONTE: VIRIGLIO & BARROS, 2007, P.6.....	90
FIGURA 16: PLANTA BAIXA DA HABITAÇÃO NO ESTILO DO POSTO INDÍGENA. FONTE: LILIAN SIMÕES, P. 43.....	91
FIGURA 17: ALDEIA APUCARANA, PARANÁ. IMAGEM OBTIDA DO GOOGLE EARTH EM 20 DE MARÇO DE 2010.	92
FIGURA 18: ENTRADA DA ALDEIA LOMBA DO PINHEIRO, NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, RS. (FOTO DO AUTOR, 19 DE JULHO DE 2009).....	96
FIGURA 19: ALDEIA LOMBA DO PINHEIRO. (FOTO DO AUTOR. 19 DE JULHO DE 2009).	96
FIGURA 20: RESIDÊNCIA KAINGÁNG DA LOMBA DO PINHEIRO, REMANESCENTE.....	97
FIGURA 21: COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO NA FEIRA DA REDENÇÃO, EM PORTO ALEGRE. FOTO DO AUTOR, EM 18 DE SETEMBRO DE 2005.....	97
FIGURA 22: FOTOGRAFIA AÉREA COM OS LIMITES ASSINALADOS DA ALDEIA LOMBA DO PINHEIRO, EM PORTO ALEGRE. FONTE: FREITAS, P.304.	98
FIGURA 23: LOCAL DO FOGO NAS DIFERENTES MORADIAS INDÍGENAS. ILUSTRAÇÃO DO AUTOR, COM BASE EM ILUSTRAÇÕES E DESEHOS DE BEBER, ZUCH-DIAS E MATERIAL FOTOGRAFICO.....	99
FIGURA 24: CESTARIA NO INTERIOR DE RESIDÊNCIA INDÍGENA NA ALDEIA VOTOURO. ...	103
FIGURA 25: ÍNDIOS RETORNANDO DE ATIVIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DA TI DA TI KANDÓIA-VOTOURO.	103
FIGURA 26: ARAUCÁRIA REMANESCENTE NO INTERIOR DE UMA ÁREA CULTIVADA.	106

SUMÁRIO

1.	Introdução	12
2.	Historicizando o problema.....	21
2.1.	<i>Colonização e dominação indígena – século XVI a XIX</i>	23
2.2.	<i>Guerras justas, vazios demográficos, brancos e índios</i>	25
2.3.	<i>Emergência e regularidade do discurso</i>	27
2.4.	<i>Noções fundamentais</i>	31
2.5.	<i>Autores referenciais</i>	38
3.	Os Kaingáng: filiação arqueológica e etnográfica.....	45
3.1.	<i>Os índios na história antiga do planalto Meridional</i>	47
3.2.	<i>Sítios Arqueológicos</i>	48
3.3.	<i>Geografia da natureza do planalto Meridional</i>	50
3.4.	<i>Rupturas da cultura material e descrição das casas subterrâneas</i>	54
3.5.	<i>O registro arquitetônico das palhoças (século XIX)</i>	58
3.6.	<i>A casa do posto indígena (século XX)</i>	60
4.	Situação contemporânea	64
4.1.	<i>Estabelecimento dos aldeamentos entre os Kaingáng</i>	65
4.2.	<i>Metades exogâmicas e organização espacial</i>	69
4.3.	<i>O processo de re-territorialização</i>	72
4.4.	<i>Três assentamentos indígenas</i>	79
5.	As terras indígenas no contexto regional.....	100
5.1.	<i>Estabelecimento das colônias, desenvolvimento da economia agrícola</i>	100
5.2.	<i>Os indígenas na economia regional: agricultura e artesanato</i>	101
5.3.	<i>A rugosidade da forma na aldeia</i>	104
6.	Considerações finais	107
7.	Referências bibliográficas	111

Na medida em que a lembrança das ações coletivas funde-se aos caprichos da topografia, às arquiteturas admiráveis ou aos monumentos criados para sustentar a memória de todos, o espaço torna-se território.
Paul Claval, 1995.

1. Introdução

Esta dissertação trata da organização espacial das sociedades indígenas Kaingáng contemporâneas. Tendo atuado como geógrafo da Funai¹ desde 2004 e vindo de uma educação branca na qual os índios figuram como seres do passado, sempre pronunciados no pretérito imperfeito, nos foi dado conhecer e observar diferentes comunidades ao redor do país, de diferentes nações e vivendo em diferentes situações.

De uma maneira geral, tanto o discurso indígena quanto o discurso indigenista estão pautados na associação da imagem do índio à terra. Mas se para uns as terras indígenas correspondem a lugares idílicos, verdadeiros paraísos terrenos onde sociedades ancestrais vivem como desde antigamente, para outros ela é motivo de empresa e contestação, símbolos do índio, do atraso. Os índios, por esta visão, ficaram para trás porque perderam a guerra de colonização. Porque foram eles próprios, não raro, os responsáveis pela derrota. O futuro passa, necessariamente pelas terras indígenas. Contraditoriamente, distante demais está dos índios.

A terras “dos índios” são defendidas por missionários desde o primeiro século da colonização. Durante todo o período colonial índios gentis obtiveram doações de terras do Império, com a finalidade de que produzissem para se alimentar e não incomodassem a ordem pública. Aos índios hostis, que resistiam à dominação, a lei era a guerra, sempre permitida mas não recomendada.

A dominação territorial luso-brasileira conheceu vertiginosos obstáculos: longas distâncias a serem percorridas a barco ou em colunas, resistir a ataques de índios guerreiros que habitavam o desconhecido. Muita resistência ofereceram os Kaingáng e Xokreng, no sul; os Guaicuru, no Mato Grosso; os Kaiapó e Xavante nos sertões de São Paulo ao sul do Pará, os Timbira do Goiás ao Maranhão, os Maxacali e Xacriabá em Minas Gerais e Bahia, dentre muitos outros.

A dominação destes grupos, conforme ia se realizando, permitia o avanço o Brasil sobre o continente sul-americano. O grande problema da conquista, porém, continuava a ser o contingente humano. A inaptidão do indígena aos hábitos ocidentais

¹ Fundação Nacional do Índio, agência criada em 1967 pelos militares, em substituição ao antigo Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais. No capítulo 2 (item 2.4) a mesma será vista quando tratarmos das agências de contatos. Para um estudo mais aprofundado sobre as mesmas ver João Pacheco de Oliveira, principalmente os 1988 e 1996 (vide referências bibliográficas).

provocou a transnudação de imensos contingentes de diferentes origens. A civilização dos índios foi uma possibilidade desde logo pensada: para os padres isto se daria por meio da catequese, para os demais, por meio procriação generalizada, da mistura de raças e da guerra.

O que se deu com isso? a generalização da noção de índio e sua mistificação. Esta mistificação surge tanto em setores românticos da sociedade luso-brasileira, contrários à destruição dos índios, quanto entre grupos de missionários que já no século XVII concluíam que ao invés do índio deviam os brancos se converter.

Do século XVI a XIX a presença indígena foi intensamente reduzida de toda a faixa ao longo do litoral brasileiro, onde se formaram os principais núcleos urbanos. À medida que avança o processo de urbanização os índios são deslocados para locais mais distantes. O mapa das Terras Indígenas da Funai corresponde ao mapa inverso da urbanização de Milton Santos (como observou do Prof. Rodrigo Faria, durante a defesa deste trabalho). Não há espaço para o índio na cidade. Esta tinha sido a problemática colocada para o índio até então. Este trabalho descreve o processo histórico por trás desta forma histórica que é a Terra Indígena. Nossos marcos: a história pré-colonial, anterior à chegada do europeu (que chamarei de *história antiga*) e o século XX, no qual ocorre o processo de re-territorialização.

Em termos de política indigenista, dois marcos são fundamentais: o anos de 1549, quando o Padre Nóbrega apresenta seu plano de colonização; e o ano de 1988, da Constituição Federal, que assegura aos índios “*seus costumes, valores e tradições, bem como as terras que tradicionalmente ocupam*” (Art. 231).

Este artigo constitucional marca a mudança no paradigma da Política Indigenista que havia até então. O Estatuto do Índio, por exemplo, de 1973 (anterior à Constituição), mesmo assegurando as terras aos índios, é bastante representativo do indigenismo do século XX. Feito em um período militar, classifica os índios em três tipos: isolados, em vias de integração e integrados. Propõe a integração “*progressiva e harmoniosa*” dos “*índios*” e “*silvícolas*” (Lei 6.001, de 1973, Art. 1º). Além disso estabelece a tutela e atribui à Funai a responsabilidade de exercê-la, bem como de estabelecer as condições em que um índios deixa de ser tutelado.

A Terra Indígena identificada, demarcada e registrada em cartório, uma vez reconhecida, é integrada ao Sistema do Patrimônio da União. Em pouquíssimos casos

(se houver) corresponde exatamente ao território *tradicional* indígena. É vedada sua alienação e o controle das mesmas é igualmente realizado pela Funai.

A terra indígena naturaliza a espacialidade dos índios impondo-lhes a fixação territorial como solução. A partir destes pontos fixos, onde as aldeias já não mudam mais de lugar, as terras são demarcadas, na maioria dos casos, observando não mais que algumas áreas de cultivos próximas com razoável disposição hidrográfica para cada direção a partir da aldeia. As terras indígenas que estudamos foram demarcadas em sua maioria segundo esta disposição, guardando semelhanças com as terras Xavantes, estudadas por Cristina Sá (Sá, p.43).

Os únicos locais onde as terras foram demarcadas em maiores proporções são aquelas da Amazônia Legal, favorecidas pelo apoio dos seguimentos sociais e grupos ambientalistas interessados na preservação da Amazônia e por apenas nas últimas décadas esta região ter sido alcançada pelo processo de urbanização e capitalização do território, através dos grandes projetos de desenvolvimento (Santos & Silveira, p. 36).

Mesmo nestes casos, o problema é justamente as noções de *tradição* e *território tradicional*, que contraditoriamente, tem sido argumentos geralmente utilizados contra os índios quando estes se afastam demasiado do arquétipo idealizado nas cidades. Quando o índio foge a certas características, quando não tem o fenótipo esperado ou quando não é exatamente o bom selvagem romantizado, ele é automaticamente deslegitimado inclusive nos segmentos da sociedade que apóiam a questão indígena.

Ironicamente, é justamente entre os próprios indigenistas, desacreditados com relação a certos índios, que segundo afirmam “*estão perdendo a cultura*”, que este preconceito parece surgir primeiro. Esta noção demonstra que o indigenista moderno padece de uma angústia muito parecida à de Carl O. Sauer, um dos principais geógrafos norte-americanos do século XX, que temendo o rápido desaparecimento destas comunidades em função do progresso material e massificador da Revolução Industrial, lançou-se sertões adentro pelas comunidades indígenas da América Latina afim de obter o máximo possível de registros sobre as mesmas.

Numa analogia à noção de arquétipos ideais, muito aceita entre os antropólogos para o estudo dos indígenas (representados entre os Kaingáng por Kamé e Kanhru), os arquétipos indigenistas contemporâneo seriam o Marcehal Cândido

Mariano Rondon, militar positivista e descendente de índios, que pregava a integração pacífica dos mesmos; e Orlando Villas-Boas, sertanista paulista de origem burguesa, que iniciou sua carreira na Expedição Roncador-Xingu (1942), durante o governo Vargas, e que fora a “*última bandeira realizada no Brasil*”, conforme descrevera o jornalista Manoel Ferreira, documentarista da expedição e amigo de Orlando Villas-Boas e seus irmãos (Ferreira, p.13).

Enquanto Rondon trouxe os índios definitivamente para a nação, através do SPI² (cujo legado encontra-se no Estatuto do Índio, de 1973), Orlando Villas-Boas, que tinha por ideólogos os antropólogos Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão, sucedeu-lhe com um discurso antagônico (mas sem ruptura), e trouxe o discurso da preservação cultural para o interior do debate indigenista, que culminaria com os direitos assegurados aos índios na Constituição de 1988. Tal foi a repercussão de seu trabalho que ainda hoje, os indigenistas laçam-se ao esforço desesperado de “preservar” a cultura tradicional indígena, ignorando que novos elementos técnicos, ritos e adereços vão sendo incorporados à cultura ancestral de geração a geração.

Mais grave ainda, este esforço atua na inibição das possibilidades que daí poderão surgir em benefício dos próprios índios. Mas é justamente a assimilação deste instrumental técnico que incomoda ao indigenista romântico e conduz a uma ação indigenista opressora contra o índio.

A consideração da questão indígena parece ser uma das questões mais polêmicas colocadas à democracia brasileira. Para balizar a questão, este trabalho propõe uma análise histórica, na qual será periodizada a presença indígena na região meridional do país, nossa região de estudo. Para cada período histórico particular reportaremos as fontes bibliográficas utilizadas na pesquisa. Essas informações, em sua maioria de caráter histórico, serão analisadas desde o instrumental oferecido por autores como Milton Santos, Darcy Ribeiro e João Pacheco de Oliveira e Eduardo Viveiros de Castro.

Para não fugirmos à perigosa questão sobre a mudança cultural, nos reportaremos à mesma em termos de organização espacial das aldeias. Desde os importantes indícios obtidos da pesquisa arqueológica, iremos tecer considerações sobre

² Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais. Agência criada em 1910, teve entre seus fundadores o Marechal Cândido Mariano Rondon. Este órgão implantou a tutela entre os índios e foi o responsável pela política indigenista até ser extinto em 1967, para a criação da Funai. Ver item 2.4.

suas rupturas e continuidades e o impacto destas mudanças na organização social, quando existente. Não se trata de identificar o quanto são ou deixaram de ser índios os indígenas, mas de que modo continuaram sendo e; se mudaram, no que e por quais razões estas mudanças vieram a acontecer.

Uma segunda questão importante que pretendemos abordar corresponde, se assim podemos dizer, a uma novidade analítica com relação à abordagens recorrente: estamos tratando com índios que ao contrário do que se ouve dizer no senso comum, não vivem na Amazônia, mas justamente na região que ficou conhecida nacionalmente pelo processo de colonização por imigrantes de origem européia, principalmente italianos e alemães. Esta informação tão importante não será desconsiderada neste trabalho. Não pretendemos nos utilizar do dualismo clássico que opõe índios e brancos como rivais disputando o mesmo território, enredo que certamente findaria como numa tragédia grega. Do contrário, buscamos mostrar como o antagonismo entre ambas as populações tem origem num projeto de territorialização que tinha por objetivo reduzir a presença indígena no território.

A agência indigenista, principal responsável pela implantação dos modelos de cultivos verificados nas Terras Indígenas desde o processo de demarcação das mesmas, modifica completamente sua visão a respeito do mesmo com a constituição. A grande lavoura, o uso “produtivo” da terra, que foi estimulado durante todo século XX é agora rechaçado. Tais modelos, segundo o paradigma atual, não seriam compatíveis com a tradição ancestral.

Creemos que muda o paradigma, mas persiste a opressão. A inserção de determinado território numa lógica produtiva não se dá sem a criação de estruturas, objetos, formas espaciais que facilitem a reprodução desta lógica. Quando estas formas encontram-se arraigadas e em funcionamento, é muito difícil desmontá-las, o que somente poderia ser rompido com uma revolução na esfera econômica. Sem esforços sólidos na construção de alternativas econômicas voltadas para a ancestralidade, será em vão todo esforço indigenista de inibir nas terras indígenas a propagação de formas regionais de uso do solo e integração do índio.

Neste sentido, há duas situações diferentes no sul e no norte do país. No primeiro caso, que corresponde à situação observada entre os Kaingáng, as Terras Indígenas se apresentam à semelhança da paisagem regional. Neste caso, onde o índio é

criticado “*por não ter preservado o meio ambiente*” como se espera do “índio”³. O estamos acusando de não ter sido o oponente desejado ao processo de territorialização, segundo a lógica ambientalista que atualmente é hegemônica⁴; e, outra na qual as Terras Indígenas são consideradas como se fossem parques, ou, até certo ponto, reservas de florestas, que aos poucos vão se tornando ilhas, já que correspondem, nestes casos, a áreas com menores índices de desmatamento da Amazônia Legal. Este caso, muito válido para compreensão do ambiente amazônico, coloca o problema da não-equivalência entre os índios que vivem em um e outro bioma. E ainda assim, mesmo na Amazônia, o índio é muitas vezes criminalizado por exploração ilegal dos recursos da Terra Indígena, o que não é lícito a um índio, ao passo, que é justamente o processo predominante nas fazendas vizinhas.

Fica exposta a grande dificuldade colocada para estas comunidades: são parcialmente possuidoras das terras onde vivem. Considerados ancestrais, tem frações do território demarcadas para seu usufruto exclusivo. Contraditoriamente, são obrigados a aceitar as formas sugeridas pela agência indigenista, que dificilmente vão além do apoio a pequenos cultivos de subsistência. A maioria das áreas não possuem um plano ordenador do território e são protegidas de maneira militar. Este controle se dá seja pelos próprios índios, preocupados com possíveis ataques dos inimigos que ainda possuem; seja pelos órgãos de Governos, como se fossem verdadeiras fronteiras nacionais, vigiadas dia e noite por ações que visam a proteger o índio selvagem do contato com o civilizado que irá destruir sua cultura. Mas o próprio indigenista é, na maioria das vezes, um representante legítimo desta sociedade que deforma e destrói o índio.

Inicialmente, mais que os Kaingáng, cuja situação territorial e produtiva vem sendo definida desde o século XIX, e com quem havíamos trabalhado durante a graduação e outras atividades da Funai, pretendíamos estudar as rápidas e intensas mudanças que estamos verificando na paisagem do norte matogrossense, região de grande interesse ecológico, já que se situa no ecótono (área de contato) entre o cerrado e a Amazônia, onde vivem milhares de indígenas de diferentes nações Jê, Tupi, Aruak e isolados, cuja cultura material encontra-se em rápido e perigoso processo de transformação. A atual colonização desta região, que nos últimos trinta anos recebeu

³ Sobre a noção do bom selvagem, à qual estamos nos reportando, vide capítulo 2.

⁴ Vale dizer que o fato de os índios preservarem mais florestas que áreas de cultivo é até hoje apontado como um recusa sua à produzir algo ou integrar-se por meio da produção à economia regional.

milhares de famílias de colonos do sul do país motivou a discussão que propusemos inicialmente proposta para este curso, que buscava uma leitura simbólica do espaço, representada no adereçamento dos índios e na própria concepção de espaço dos mesmos. Nossas limitações com a pesquisa etnológica aliada às dificuldades de realização de atividades de campo e a escassa bibliografia a respeito tornaram inviáveis nossa empreitada e nos trouxe de volta aos Jê meridionais, que havíamos estudado e trabalhado em diversas ocasiões anteriores.

O estudo dos processos recentes do ecótono matogrossense é ainda, em nossa opinião, muito interessante objeto de estudo, inda mais que podemos entendê-los como uma expansão da territorialidade produtiva instalada no sul do país ao longo do século XX pelos mesmos colonos, nos antigos territórios Kaingáng. Ao longo do curso e particularmente sob a influência do Prof. Dr. Antonio Carlos Carpintero, durante as atividades de orientação (leituras, diálogos, resenhas e revisões bibliográficas), nossa abordagem acabou aproximando-se bem mais das questões sobre a organização espacial dos indígenas, de suas estratégias de territorialização e, por fim, da inserção contemporânea dos índios e suas terras no contexto regional. De maneira mais geral, podemos dizer que este trabalho visa a compreender o nexo entre o indigenismo e o processo urbanização. É o trabalho que se mostrou possível.

O discurso conseqüentemente estruturado ao longo de cinco séculos sobre a *aldeia como lugar do índio* tem lugar em nossa discussão. Nos parece uma forma cômoda de dominá-los no interior de seus territórios e devolvê-los para os ranchos geralmente precários (mas muitas vezes fartos) onde vivem. Procuramos no capítulo 2 demonstrar que, em verdade, o índio jamais foi desejado na cidade brasileira e o indigenismo, indo até ele, antecipa-se a esta presença, cuidando de aldeá-los e assim mantê-los. Uma das características mais tradicionais do indigenismo desde o primeiro século tem sido justamente controlar a perambulação dos indígenas sob o território. Através da tutela, coube ao SPI e depois à Funai autorizar o deslocamento dos indígenas até as cidades e determinar o período de sua permanência e retorno.

A reflexão proposta trata, portanto, de uma contingência profissional. Surge da necessidade de oferecer um registro acadêmico do processo que me tem sido dado acompanhar ao longo das minhas atividades na instituição indigenista. Compreende o esforço particular de formular categorias de análise não-colonialistas para um tema

vivenciado cotidianamente, no contexto de políticas públicas formuladas *para* os índios e não *com* os índios.

A contradição que se apresenta não diz respeito exclusivamente a uma prática pouco democrática da parte da Funai, pois a participação indígena na formulação de políticas públicas – nos moldes do colaboracionismo – pouco tem contribuído para reverter o caráter colonialista das mesmas. O que queremos é recolocar a questão, considerando a história de brancos e índios no Brasil sem antagonizá-los. Queremos estabelecer um novo marco para a análise da questão, no qual o ano de 1.500 da era cristã seja apenas o registro da mudança, da ruptura na nossa história e não de seu início.

Evitaremos o modelo esquemático marcado pelo dualismo índios x brancos, por acreditar que ele não nos oferece – se é que um dia ofereceu – a solução para o problema. Pelo que temos visto, igualmente há brancos e brancos, há também índios e índios. Não caberia generalizar a ambas como categorias genéricas e representativas dos demais brancos e índios. No Brasil, particularmente, raríssimos são os brancos, de fato. Deste modo, a compreensão dualista reproduz o discurso colonialista que desde a chegada do europeu tem buscado tornar a todos brancos, tendo por parâmetro o antagonismo ao índio.

Direcionamos nosso interesse para a observação histórica. Este trabalho corresponde a nosso esforço pessoal no sentido compreender aspectos da história indígena que podem nos ajudar a compreender suas formas atuais de organização comunitária, evitando com isso uma análise, todavia pesada, sobre as formas como se implantou o processo de dominação e submissão dos indígenas pelos portugueses e depois pelos brasileiros. Isto será tratado, sem dúvida, mas ocupará apenas uma parte de nossas preocupações. *O objeto deste trabalho é o assentamento indígena.* O indigenismo, tema tão caro quanto apaixonante, apenas será tratado em termos de sua relevância para a organização espacial da aldeia.

Sobre as citações utilizadas, procurou-se manter suas formas originais, inclusive as antigas. As siglas utilizadas são apresentadas e definidas a cada primeira aparição, para em seguida serem apontadas de acordo com as necessidades de apresentação textual. Ainda, os mapas apresentados são meramente ilustrados e não possuem a pretensão de uma cartografia precisa. No mais, somos responsáveis por

eventuais equívocos ou problemas presentes no texto, os quais, contudo, esperamos ter sanado com as sucessivas revisões textuais e observações sugeridas para a versão final pelos professores integrantes da banca examinadora.

2. Historicizando o problema

Os Kaingáng são uma população de cerca de 20 mil habitantes. Vivem em 38 Terras Indígenas do planalto meridional brasileiro. Cada uma delas constitui fragmentos de antigos territórios localizados desde o sul do rio Tietê, em São Paulo, até o norte do Rio Grande do Sul. Esta população passou a habitar esta área há cerca de 2.500 anos atrás por razões ainda pouco conhecidas. Este trabalho apresentará as hipóteses mais prováveis para este deslocamento, formuladas por arqueólogos. Ao longo dos 20 séculos seguintes desenvolveram amplo domínio territorial e formas próprias de adaptação ao novo ambiente, sendo a principal delas a construção de casas subterrâneas e semi-subterrâneas.

A ruptura com esta forma de territorialização é marcada pelo processo de colonização da área por europeus, iniciada no século XVI. Dos séculos XVI a XVIII epidemias, guerras e outras políticas de assimilação são implantados, resultando na redução significativa da população indígena e na sua dominação por agentes colonizadores. A diferença marcante entre a territorialização indígena e a européia é a instalação de um governo. Como sabemos, mesmo havendo chefes, os índios do Brasil antigo não chegaram em momento algum a constituir aparelho de Estado. Segundo Sahlins é justamente neste ponto que podemos distinguir as sociedades tribais da civilização: a tecnologia de governo, que inibe a violência tomando para si o poder exclusivo de delas se utilizar, em nome da paz, é algo que facilitou a dominação dos índios (Sahlins, p.23)⁵. Mas até que ponto são marcantes as rupturas com a instalação de um governo no Brasil? E continuidades na organização política e territorial após cinco séculos de dominação, haverão? Estas são algumas das questões que este trabalho busca apresentar, desde o ponto de vista da cultura material e da organização espacial das sociedades.

Em termos metodológicos, impõe-se a necessidade de uma abordagem interdisciplinar. Para Milton Santos, “*uma das formas de progresso possível para cada ciência em particular resulta da transgressão de seu campo por outras disciplinas*” (Santos, 2008, p.130). Para este autor...

⁵ Voltaremos a esta discussão no item 2.3.

...a sociedade deve ser (...) a preocupação fundamental de todo e qualquer ramo do saber humano. (...) Cada ciência se ocupa de um dos seus aspectos. O fato de a sociedade ser global consagra o princípio de unidade da ciência. O fato de essa realidade total, que é a sociedade, não se apresentar a cada um de nós, em cada momento e lugar, senão sob um ou alguns de seus aspectos, justifica a existência de disciplinas particulares. (Santos, *op. cit.*, p.146).

Não se pretende, contudo, avançar deliberadamente sobre o conhecimento de outras disciplinas, até porque, “*cada disciplina aborda este imenso domínio segundo pontos de vista diferentes*” (Claval, p.11). Cabe nos utilizar delas como superfície de emergência para o conhecimento da organização espacial indígena, observando suas matrizes históricas e sócio-culturais e suas características definidoras. Seguimos o alerta: “*se não se é capaz de reconhecer o domínio de uma ciência, pode-se cair naquilo que Durkheim falava em relação à sociologia, do perigo de ver sua esfera de ação estender-se ao infinito.*” (Santos, 2008, p.146)

Podemos então, reconhecer nas outras disciplinas os elementos úteis à nossa análise, estabelecendo os parâmetros de diálogo com diferentes campos do conhecimento, como a arqueologia, lingüística e antropologia. Dentro destas disciplinas, nos utilizaremos de pesquisadores que trabalham temas específicos que, em nosso entendimento, apresentam contribuições relevantes para o nosso trabalho.

Não existem estimativas confiáveis sobre a população indígena por volta do século XVI. Até hoje, em verdade, estes dados são precários, por razões diversas: ou os índios mudam constantemente de nomes, ou não compreendemos sua organização social a ponto de realizarmos censos confiáveis, ou simplesmente não tivemos mesmo a competência técnica ou o interesse político em saber, efetivamente, quem, quantos, como são e como vivem os povos ancestrais do país.

Em parte, estas dificuldades se devem à negação da presença indígena, utilizada como forma de legitimar a conquista territorial. Quando o desaparecimento indígena não foi possível, diversas iniciativas foram empreendidas no sentido de adequá-los à nova realidade social, econômica e cultural vigente. Como todos estes aspectos possuem matriz espacial, isto significou o estabelecimento de uma nova ordem territorial.

As grandes navegações, financiadas por banqueiros, tinham por objetivo ampliar as fronteiras comerciais da Europa. Os territórios conquistados na América, na África e na Ásia tiveram suas populações dominadas e o desenvolvimento urbano que se verificou esteve diretamente ligado ao processo de exploração colonial. Exemplo

disto é a conformação da rede urbana brasileira, estudada por diversos autores, como Sergio Buarque de Holanda, Nestor Reis Filho e Milton Santos & Maria Laura Silveira, dentre outros. O ponto comum na análise destes autores é a constatação de que a rede urbana brasileira, formada à semelhança de pés-de-galinha, (Reis Filho, 2006, p.72) corresponda aos núcleos populacionais fundados na costa, de onde partiam as riquezas oriundas do interior do país.

O Brasil “arquipélago”, como o chamam Santos & Silveira, revela um país marcado por ilhas de urbanização desigual, cada uma delas motivada por um ciclo econômico peculiar: Salvador e Recife estão ligados à cana; Santos, São Paulo e Rio de Janeiro ao café; Belém e Manaus à borracha; e a produção aurífera e mineral viabilizou o surgimento de cidades em Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Goiás (Santos & Silveira, p.33). Fica nítido que o surgimento das cidades esteve sempre ligado à exploração territorial.

Em todos os casos as maiores cidades presidem uma economia de produção voltada para o estrangeiro. É a explicação desse urbanismo de fachada que reflete a dependência da economia nacional. À exceção das cidades criadas (Belo Horizonte, Goiânia Aracaju), a organização urbana do Brasil é uma herança da colonização. (Santos & Silveira, p.34-5)

Desde os primeiros núcleos urbanos do país são formuladas as estratégias de penetração e dominação territorial a serem implantadas. Funcionavam todos como entrepostos comerciais entre a colônia e metrópole. E seguindo a direção dada por esta rede, o sistema viário foi ele também pavimentado de acordo com as demandas de escoamento da produção.

Ainda hoje a rede urbana, bem como nosso sistema viário, são reveladores deste viés territorializador, facilitando o escoamento da produção desde o interior do país até as cidades costeiras, onde se localizam os portos. Há de se observar ainda, que esta rede tem como uma de suas características a reprodução de uma divisão social do trabalho no qual o Brasil passava a figurar como produtor de bens agrícolas.

2.1. Colonização e dominação indígena – século XVI a XIX

A submissão indígena tornou-se – como ainda é – imprescindível neste processo. As formas de conseguí-lo foram muitas: aldeamentos, massacres de grupos hostis, contágio por epidemias, seqüestro de mulheres e crianças e cooptação de lideranças são algumas delas.

O índio constituía grande problema para a dominação territorial desde o primeiro século brasileiro, motivando a elaboração em 1558 do primeiro plano oficial de colonização, apresentado à Coroa portuguesa pelo padre Manoel da Nóbrega. Este documento consistia de um programa específico para os povos indígenas, que podemos considerar o documento fundador do indigenismo brasileiro (Ribeiro, p.46). Este plano dimensionava o problema indígena e sugeria normas de conduta e estratégias de ação junto aos índios. Devia-se limitar-lhes uma de suas características territoriais mais importantes: o fato de viverem constantemente migrando os locais de suas aldeias, abandonando-as por meses a fio, sem parcimônia alguma. Este tema – o da mobilidade – é um dos principais que a ser analisado neste trabalho e será abordado nos capítulos seguintes. Dele nos utilizamos agora, apenas para chamar a atenção para a historicidade da questão indígena e do indigenismo.

Algumas outras características indesejáveis dos indígenas (desde o ponto de vista dos padres) seriam muito bem utilizadas pelos portugueses e brasileiros dos primeiros cinco séculos, que em muitos momentos iriam utilizar-se delas para efetivar suas estratégias de ação junto os índios. Igualmente, muitos indígenas foram incorporados às bandeiras, que ironicamente, foi a grande responsável pelos momentos mais difíceis do relacionamento entre os índios e a coroa portuguesa. As bandeiras foram empreendidas desde São Paulo, tendo sido responsável pela integração de inúmeros territórios à coroa, dos séculos XVI a XIX.

Até o século XIX muitas regiões do sul e centro-oeste do país apenas haviam sido penetrados quase que exclusivamente por missionários de ordens religiosas e bandeirantes. Os primeiros estabeleceram dezenas missões junto aos índios, organizando reduções e aldeamentos. Os segundos buscavam destruí-las, instalando um regime de insegurança, decorrente do conflito que a qualquer momento podia instalar-se, junto às populações indígenas hostis.

Grande redução populacional se deu no planalto meridional dos séculos XVI a XIX. Com maior presença indígena que branca, as áreas meridionais foram consideradas devolutas, o que levou os governos colonial, imperial e republicano a constituir núcleos de povoamentos, estabelecendo novo regime de propriedade em antigos territórios indígenas.

2.2. *Guerras justas, vazios demográficos, brancos e índios*

A reação indígena aos novos povoamentos, os assaltos às caravanas e comitivas que transportavam animais e suprimentos, nos diferentes caminhos abertos na região até o século XIX tornava-os hostis aos olhos imperiais, legitimando as expedições punitivas e guerras de extermínio que ocorreram indiscriminadamente até o século XIX, tendo também sido chamadas de *guerras justas*. Estas resultaram no desaparecimento e/ou redução de diversas comunidades Kaingáng em diferentes locais da região meridional. Segundo Darcy Ribeiro, a coroa portuguesa jamais negou autorização para as guerras justas, “*reclamadas pelos colonos para aprisionar e escravizar tanto os índios bravos e hostis como os simplesmente arredios*” (Ribeiro, p.49).

O estabelecimento de colônias de origem européia na região a partir do século XIX ocorreu em sincronia com a redução da presença indígena. A noção de vazio geográfico se reportava à ausência de ordenamento territorial ou sistema de propriedade sobre o território, uma vez que os índios não possuíam a posse cartorial das terras, que lhes seria reconhecida somente no século seguinte. Deste modo viabilizava as ações imperiais nos territórios indígenas. A intensificação do povoamento da região por brancos foi estratégica. Foi a forma encontrada para reduzir estes vazios, instalando colônias produtivas onde antigamente circulavam índios arredios cuja dominação representava o principal obstáculo ao progresso.

Segundo Flavio Kothe, os imigrantes de origem européia chegaram ao Brasil com papel e identidades predeterminados pelas elites dominantes. Assinala este autor que “*aos teuto-brasileiros impuseram a identidade hegemônica luso-basileira, assimilando-os, isto é, fazendo assumirem como sua a identidade do outro, de um outro tantas vezes inimigo*” (Kothe, p.42). Os neo-brasileiros, como a eles se refere Darcy Ribeiro (p.97), foram incorporados pelo projeto de poder nacional em suas estratégias de controle territorial. “*A vítima acaba fazendo o que seu algoz quer: interioriza a repressão e passa a assumi-la como tratamento justo*” (Kothe, p.43). Podemos assumir a proposição de que

...o problema de uma imigração como a alemã é o mesmo de todas as outras minorias étnicas, e não só as dos imigrantes, mas também dos negros, que vieram forçados; dos índios, que perderam o domínio da terra; e até mesmo dos portugueses, que em geral não vieram como enviados da corte, e sim condenados, discriminados, pessoas sem boas chances de desenvolvimento na terra de origem. Contra a própria vontade, todos se viram obrigados a buscar no território brasileiro o espaço da esperança. (Kothe, p. 37-8)

Deste modo, mesmo que a região sul, tomando em conta a colonização durante o século XIX, seja a única região onde nos seja realmente possível utilizar da polarização índios x brancos, devemos evitar a idéia de que o processo histórico os oponha diretamente. Seria um equívoco, considerando o fato de que a colonização como política pública atendeu mais ao interesse do Estado que dos segmentos sociais em questão.

Se as colônias de imigração européia desterritorializam os antigos territórios indígenas, encarar o problema indígena como estabelecido unicamente entre índios e colonos brancos seria ir com o senso comum. Devemos entendê-lo como decorrente de uma política pública voltada para o branqueamento da população, empreendida por sucessivos governos desde a chegada dos europeus. Sua ênfase constituía em evitar a formação de um país majoritariamente índio e negro no Brasil. O fundamento deste preconceito é o da superioridade dos brancos diante das demais populações.

Contudo, muitas áreas destinadas aos colonos constituíam importantes núcleos de habitação indígena na região sul. Os conflitos daí decorrentes resultaram em inúmeros episódios de violência no qual, via de regra, os prejuízos populacionais foram maiores entre os indígenas. Tais fatos devem ser atribuídos à política de colonização idealizada por Nóbrega no século XVI, firmemente seguida até o século XX, e que persistirá até a Constituição Federal de 1988, quando serão assegurados aos índios suas terras e a manutenção de “*seus valores, costumes e tradições*” (Artigo 231).

Quando, a partir do século XX as áreas ocupadas por indígenas passam a ser demarcadas e controladas pelo SPI, o colonos assumem realmente a proposta do dominador e toda maneira existente de negar a presença dos mesmos será tentada por estes. Afirmarões do tipo “*isto aqui nunca foi terra de índio*” passam a ser costumeiramente repetidas ao longo da região.

A pesquisa arqueológica e a presença de inúmeros vestígios indígenas, todavia, com datas que avançam para mais de 14 mil anos atrás são veementes em dizer o contrário. Constituem atualmente os únicos instrumentos que nos permitem o conhecimento da história anterior ao ano de 1500.

Os vestígios diretamente associados aos Kaingáng, que veremos no capítulo 3, se inserem neste contexto e nos permitem refutar completamente afirmações

tendenciosas como a referida acima, que fora dita ao autor por um colono equivocado, na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, durante o ano de 2006.

Para compreender a organização espacial Kaingáng, veremos os estudos arqueológicos e etnográficos, considerando a história antiga (pré-colonial) da região. As informações apresentadas sobre este período permitem a formulação de hipóteses bastante aceitas sobre as formas de assentamento indígena e sua dimensão territorial, tendo por base a organização dos grupos por caciques, os quais dominavam as áreas de coleta do pinhão. A partir destas hipóteses, serão analisadas as permanências e rupturas observadas em termos de cultura material e organização espacial, decorrentes do processo do contato com os europeus, a partir do século XVI.

A moradia indígena, sendo observada uma sucessão no seu padrão arquitetônico, nos servirá como parâmetro norteador desta análise, constituindo uma das principais rupturas identificadas. A escolha dos locais de assentamento e a organização sócio-territorial, por sua vez, constituem as principais permanências.

2.3. Emergência e regularidade do discurso

O domínio de alguns conceitos é de fundamental importância para qualquer estudo. Inicialmente, consideramos que um discurso disciplinar não surge do nada e sim de demandas sociais, as quais constituem suas *superfícies de emergência*, como diria Foucault (Foucault, 2008, p.26). Nosso estudo se utiliza de conceitos que já de grande monta são do interesse da maioria dos pesquisadores que se dedicam à questão indígena. Far-se-á um esforço de apresentá-los nos capítulos seguintes, tecendo comentários sobre as fontes utilizadas, quando for o caso.

A compreensão moderna da questão indígena tem sido marcada por uma perspectiva que podemos denominar de romantismo. Esta se inicia a partir da publicação do romance *O Guarany*, de José de Alencar, e da obra poética de Gonçalves Dias, ambos do século XIX. Esta perspectiva é reapropriada em fins do século XX com o ambientalismo, através de uma idealização do indígena e de sua relação com o meio ambiente, marcando uma relação supostamente harmoniosa com a natureza, que o diferencia da sociedade ocidental.

Entretanto, não é possível aceitar esta proposição sem ressalvas. Inicialmente, aceitamos que os indígenas tem efetivamente as mesmas capacidades que nós, porém, constituem sociedades tribais, em termos de organização social, cuja diferença do

principal do colonizador é dada não pela ausência de cidades ou de tecnologia avançada, mas sobretudo, pela ausência de um Governo (Sahlins, p.23). Tendo acesso aos mesmos meios técnicos, os indígenas terão as mesmas possibilidades de relação com a natureza que os não-índios em geral, podendo inclusive aderir a sistemas perversos de degradação humana e ambiental. Muitas vezes as próprias lideranças indígenas vivem em constante condição de vulnerabilidade econômica, o que lhes coloca em condições desprivilegiadas ante o contato com o colonizador remunerado, enviado do Estado, da Igreja ou de organizações não governamentais, facilitando o processo de dominação.

A idéia do bom selvagem idealiza e mistifica o índio, na medida em que faz crer que todos eles são ou deveriam ser como o herói mítico de suas narrativas (*arquétipo ideal*). Cria assim um dogma sobre o índio, deslegitimando enquanto tal aquele que não se adequa a este perfil. Se apresenta mais como símbolo da rejeição à crise do modo de vida urbano, experienciada pelos europeus ainda no século XIX que como uma compreensão do indígena segundo suas próprias características. O surgimento desta perspectiva é concomitante à formação de grandes aglomerados urbanos na Europa, decorrente da revolução industrial e marcada pelo surgimento de problemas de diversas ordens (Reis Filho, 1967, p.44). segundo Claval, com a crise do modo de vida urbano do século XIX europeu

...a supremacia indiscutível da cultura ocidental na direção de um futuro melhor é posta em questão. Outros modelos, imbuídos, frequentemente de nostalgia passadista da idéia de retorno a uma idade de ouro mais ou menos mítica, seduzem contingentes e consideráveis, ressuscitam velhos antagonismos e conduzem a confrontos sangrentos. (Claval, p.11)

Contraditoriamente, este movimento é imprescindível para o surgimento entre os não-índios de manifestações de apoio e respeito aos índios e suas causas, já que até este movimento não havia idealização alguma sobre os mesmos. Ao contrário, eram considerados selvagens e hostis, por se oporem à invasão territorial e recusarem a civilização. Comparados a bichos, foi preciso que a Igreja Católica reconhecesse a humanidade indígena para que estes não fossem totalmente dizimados.

Do século XVI ao século XVIII, as idéias sobre os indígenas eram em sua maioria elaboradas por missionários e regionais. O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro analisa muitas considerações desta época em seu *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia* (2002).

Tomando por base o texto dos padres, Castro observa que podem ser divididos em alguns temas principais. A descrição de seus “maus hábitos” é um dos mais recorrentes, por constituir a principal dificuldade de conversão do indígena. Segundo Castro, analisando documento do Padre Antonio Vieira, de 1657, século e meio após a invasão, “*o gentio do país era exasperadoramente difícil de converter*” (Castro, p.184). Entre os maus costumes dos índios: o hábito de terem muitas esposas, o canibalismo e a “errância” (mobilidade) eram aqueles principais a serem combatidos para assegurar-lhes a conversão⁶.

Os textos transcritos por este autor, dentre eles os relatos dos padres André de Thevet, Jean de Lery e Manoel da Nóbrega, demonstram como mesmo após conhecerem os bons costumes cristãos, a devoção e a fé cristã, tão logo eram abandonados os padres, e novamente se viam imersos no universo de seus “maus costumes”, ferrenhamente combatidos por estes (Castro, p.205).

Embora relatem que alguns dos índios predispunham-se espontaneamente a abandonar tais hábitos, o retorno aos mesmos era quase sempre factível. Segundo o autor, a grande dificuldade encontrada pelos padres residia justamente no fato de não considerarem o conjunto de crenças, maus costumes e pajelanças como uma religião: “*justamente esta ausência de dogmas e regras é de que se constituía a religião indígena*” (op. cit., p.213). Dedicando pouca atenção a estes aspectos “religiosos” dos índios, equivocavam-se os padres, segundo o autor, ao suporem a crença européia como superior à crença indígena e as combatiam de todas as formas. A principal destas formas foi a instalação dos *aldeamentos*, solicitada pelos padres, visando estimular e facilitar a conversão indígena, bem como o abandono da vida errante.

Devido à ausência na língua Tupi dos fonemas representativos das letras “F”, “L” e “R”, os *brasis*, como Castro se refere aos indígenas, eram tidos como povos “*sem fé, sem lei e sem rei*” (Castro, p.184).

Outra forma aceita para tratar a questão atribui o que se chama de descoberta a um erro dos navegadores portugueses. Assim, diz-se que quando chegaram ao Brasil, os navegadores portugueses acharam ter chegado à Índia, motivo pelo qual chamaram *índios* aos nativos das terras onde ancoraram. Com relação a esta proposição, os povos indígenas não correspondiam – nem correspondem – a um único povo que se possa ser

⁶ O autor chama atenção para o fato de a *guerra contra o inimigo* não ser combatida pelos missionários, à diferença dos “maus hábitos” do canibalismo e poligamia.

assim chamado. Ao contrário, mesmo após vários séculos de ocupação luso-brasileira, com drástica redução populacional, de cerca de cinco milhões, segundo estimativas de Darcy Ribeiro, para pouco mais de 700 mil indivíduos, conforme estimativas atuais (Ribeiro, p.12), os indígenas constituem cerca de 230 nações diferentes, falantes de mais de 180 línguas.

Dos remanescentes, cerca de 300 mil vivem nas cidades, seja isoladamente, na condição de migrantes de suas aldeias, em aldeias ou bairros indígenas, como na Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, que será analisada neste trabalho. Outros visitam áreas urbanas para participar de atividades específicas, geralmente patrocinadas por instituições culturais, artísticas e científicas, governamentais ou não. Alguns casos ainda pouco comuns são os dos índios que vivem nas cidades por terem assumido funções públicas ou cargos políticos.

Muitos, vindo resolver questões institucionais, hospedam-se por curtos períodos em hotéis precários, geralmente financiados pelos agentes que os trazem. Outros acomodam-se em moradias comunitárias, estabelecidas pelos próprios indígenas ou por instituições de apoio, as quais chegam a aglomerar dezenas de indígenas em ocasiões específicas. Em todos estes casos, a casa ou o bairro indígena na cidade se transformam em referência para os que vem das aldeias.

A forma mais aceita de classificar os 230 povos indígenas é através do parentesco lingüístico que possuem entre si. As línguas indígenas são classificadas de acordo com sua filiação ao tronco, família e grupo a que pertencem; são consideradas isoladas aquelas que não possuem nenhuma referência classificatória. Segundo Aryon Rodrigues, *“na medida em que reconhecem origem comum para um conjunto de línguas, os lingüistas constituem uma família lingüística”* (Rodrigues, p.19).

Esta classificação é bastante aceita como forma de associação dos diferentes grupos indígenas segundo uma origem comum. Com base neste argumento é que os Kaingáng são associados à matriz Jê, e desde esta perspectiva é que podemos estudar as formas antigas de organização espacial destes índios, tendo por referência os aspectos comuns da organização social dos Kaingáng em relação aos demais Jê, expressas no mito de origem, na organização por metades exogâmicas e, principalmente, através das formas de propriedade indígena.

2.4. Noções fundamentais

Segundo M. Santos, “a interpretação do espaço e sua gênese ou seu funcionamento e sua evolução depende de como fazemos antes a correta definição de suas categorias analíticas” (Santos, 2008, p.147). Nossa formulação se apóia em algumas noções que já há décadas alimentam os debates em etnografia e cultura material. Apresentamos a seguir, algumas delas.

Mobilidade e fixidez

A categoria básica de compreensão dos Kaingáng e como dos demais Jê – em termos de organização e disposição espacial – é a mobilidade indígena. Na maioria dos casos conhecidos – e particularmente entre os Jê – a fixidez foi imposta a partir da colonização. Documento histórico de grande importância a este respeito, no Plano de Colonização elaborado pelo padre português Manoel da Nóbrega em 1558 pode-se ler:

Devia de haver um protetor dos índios para os fazer castigar, quando houvesse mister, e defender dos agravos que lhes fizesse. Este devia ser bem salariado, escolhido pelos padres e aprovado pelo Governador. (...) A lei que lhes hão de dar é defender-lhes de comer carne humana e guerrear sem licença do governador, fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se, pois tem muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos, *fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte, se não for para entre cristãos, tendo terras repartidas que lhes bastem* e com esses padres da Companhia para os doutrinar. (Padre Manuel da Nóbrega *apud* Ribeiro, p.46)

Analisando o documento que considera ser o “fundador” do indigenismo brasileiro, Darcy Ribeiro observa: “em sua eloquência espantosa, um dos argumentos de que lança mão é a alegação da necessidade de pôr termo à antropofagia, que só cessará, diz ele, pondo fim ‘à boca infernal de comer a tantos cristãos’” (Ribeiro, p.47). Igualmente expressivo, segundo o autor é a conveniência de “escravizar logo aos índios todos para não que não sejam escravizados ilegalmente, pelos bandeirantes” (op. cit., p.48).

Aldeamentos

O estabelecimento de aldeamentos foi a solução encontrada contra a mobilidade indígena. Instalando um regime de fixidez territorial, concentravam grandes contingentes populacionais, operando grande mudança cultural e tecnológica junto aos grupos que aderiram e que ali iam residir. Muitos destes aldeamentos foram destruídos por epidemias, provocadas pela baixa imunidade a doenças trazidas do continente europeu, e devido às precárias condições sanitárias, decorrente da formação de

aglomerados jamais existentes no Brasil litorâneo e meridional antes da chegada do europeu. A adesão aos aldeamentos foi imposta pelos agentes coloniais. Com os aldeamentos, os portugueses assumem integralmente seu papel de ordenador territorial, resguardando-se o direito de atacar os grupos que ofereciam oposição à ordem colonial, que constituía a argumentação legítima para as guerras justas, os massacres e os seqüestros.

Até fins do século XIX a quase totalidade dos Kaingáng existentes se encontrava fixada em aldeamentos. Encontravam-se empobrecidos e desestruturados, com a restrição territorial. Os aldeamentos foram implantados principalmente nos lugares onde já se encontravam os índios naquele momento. Buscavam impedir a formação de aldeias em novos locais.

Os locais das aldeias Kaingáng, como veremos no capítulo seguinte, indicam que a organização dos assentamentos não se dava nos moldes que ora conhecemos, fixos no território. Tratava-se de aldeias ligadas diretamente ao aproveitamento dos recursos do território, principalmente a coleta do pinhão. As aldeias existiam mas tinham duração efêmera. As casas eram reutilizadas de tempos em tempos, de acordo com as necessidades econômicas e alimentares dos indígenas, que dominavam vasto território ao longo do planalto.

A política de aldeamentos estabelecida desde a chegada do europeu alterou, pois, as formas ancestrais de assentamentos indígenas, constantemente refeitas em novos locais. A legitimação de determinados caciques foi uma das formas criadas pelos agentes coloniais para viabilizar o processo.

No caso Kaingáng, além da coleta do pinhão, como veremos adiante, a localização dos assentamentos obedecia a certas características básicas, ligadas à caça, a agricultura e à coleta.

O que depreendemos da política de aldeamentos é que ela se constitui, pois, numa política que visava à liberação de áreas para a expansão territorial portuguesa e depois brasileira. Por esta razão, podemos afirmar, conforme o faz João Pacheco de Oliveira, que se tratava de uma política de territorialização, não tendo modificado esse caráter ao longo do século XX (Oliveira, 1998).

Indigenismo

Por *indigenismo* entendemos a ação de origem urbana iniciada com a chegada do europeu no continente americano, sendo sua decorrência imediata. Do primeiro ao segundo século e meio depois de 1500 foi marcado por ações específicas de acordo com seus agentes (Império, missionários e bandeirantes). Política de aldeamentos, conversão ao cristianismo e extermínio por meio de guerras justas foram as ações verificadas durante o regime colonial. O indigenismo desde o primeiro século procurou inibir a mobilidade dos indígenas. Na prática buscavam introduzir ao índio um modo de vida aldeão e assegurar as terras para o domínio português, dissolvendo a resistência indígena à conquista iniciada em 1500. Ao longo dos cinco séculos seguintes constituiria a estratégia indigenista fundamental. Repercussão disto é a noção naturalizada de aldeia como habitat do índio, em contraposição à noção de mobilidade.

Mas é a aldeia a forma original de organização espacial indígena? Que tem o indigenismo a ver com isso? Os registros antigos, que serão vistos em capítulo específico não nos permitem tomar uma posição. É certo que houveram grandes aglomerados populacionais. Porém, estes não tinham a fixidez como característica definidora. As aldeias modificavam-se ao longo do território, de acordo com os recursos a serem explorados em cada sítio e seu ciclo de exploração. A duração das mesmas estava diretamente ligada ao ciclo de utilização de determinados recursos vegetais, cultivos alimentares e festa, após o qual eram abandonados. O retorno ao sítio podia ocorrer muitos anos ou décadas depois, e devia-se à reprodução de determinados ciclos de exploração, em alguns casos ativados pela memória coletiva sobre tais locais, geralmente associados a períodos de fartura.

Com o estabelecimento dos aldeamentos fixos, o modo de produção indígena fica totalmente comprometido, já que a reprodução deste sistema fica inviabilizada com a territorialização civilizada. O indigenismo atua, deste modo, buscando alternativas para a integração do indígena diante deste novo contexto. As iniciativas, contudo, são geralmente paliativas e pecam por desconsiderarem a ancestralidade do conhecimento indígena sobre o território, considerada apenas quando se trata da definição de fronteiras junto a países vizinhos, como visto em Oliveira (1991, p.36) ou em Taunay (1888, p.254)

Colonização, territorialização

Ao processo de colonização não interessa a dinâmica anterior de organização espacial, que esfacela ao assumir o controle sobre o território. Segundo Paul Claval ela nasce do sentimento histórico de superioridade entre uma sociedade (branca, européia e civilizada) sobre as outras. Por esta razão *“torna-se lícito estender a mão – uma mão rude pela necessidade – às sociedades atrasadas, ainda na infância, para fazê-las entrar na era do progresso e da civilização. É a justificativa cômoda da colonização”* (Claval, p.10). A colonização no Brasil destacou-se por seu caráter territorialista. Podemos classificá-lo como moderno-territorial (Porto-Gonçalves, 2004, p.19).

Atualmente a figura chave da territorialização junto aos índios é a Terra Indígena. Contudo, estas são propriedades da União (e não dos índios) e por isso constituem patrimônios inalienáveis. O indigenismo desde o período colonial esteve associado à política de ordenamento territorial.

Inicialmente o contato com indígenas coube quase que exclusivamente aos padres, responsáveis pela catequese e pelos primeiros aldeamentos. A partir de fins do século XVI, com o início das entradas (organizadas espontaneamente por grupos que representavam os interesses locais) e as bandeiras (oficiais, estabelecidas pelos Governos), iniciou-se a ampliação do domínio português. As bandeiras perduraram até o século XIX, com o ataque, extermínio e alianças com diversas nações indígenas. Darcy Ribeiro observa que no início da colonização estes dois projetos antagônicos encontraram campo, mas logo em seguida se chocaram.

O projeto jesuítico era tão oposto ao colonial que resulta espantoso haver sido tentado simultaneamente nas mesmas áreas e sob dominação do mesmo reino. Os conflitos resultantes das disputas pelo domínio dos índios não permitiram que as missões jesuíticas alcançassem, em terras brasileiras, a dimensão, quanto ao número de indígenas reunidos, nem o nível de organização e prosperidade que a Companhia de Jesus conquistou no Paraguai. (Ribeiro, p.50)

O bandeirante, por sua vez, constitui o embrião do brasileiro. Era filho de pais portugueses e mãe indígena (mameluco), e possuía as características essenciais necessárias para viabilizar a expansão portuguesa sertões adentro. Darcy Ribeiro, em seu *O povo brasileiro* (2006), dentre outros autores, atribui aos bandeirantes inúmeros ataques e massacres de indígenas.

Nossos mamelucos ou brasilíndios foram, na verdade, a seu pesar, heróis civilizadores, serviçais del-Rei, impositores da dominação que os oprimia. Seu valor maior de agentes da civilização advinha de sua própria rusticidade de meio-índios, incansáveis nas marchas longuíssimas e, sobretudo, no trabalho de remar, de sol a sol, por meses e meses. Afeitos à bruteza selvagem da selva tropical, herdeiros do saber milenar acumulado pelos índios sobre as terras, plantas e bichos da Terra Nova para os europeus, mas que para eles era moradia ancestral. (...)

Os brasilíndios ou mamelucos paulistas foram vítimas de duas rejeições drásticas. A dos pais, com quem queriam identificar-se, mas que os viam como filhos impuros da terra, aproveitavam bem seu trabalho enquanto meninos e rapazes e depois os integravam as suas bandeiras, onde muitos deles fizeram carreira. A segunda rejeição é a do gentio materno. Na concepção dos índios, a mulher é um simples saco em que o macho deposita sua semente. Quem nasce é filho do pai, e não da mãe. (...) Não podendo identificar-se com uns nem com outros de seus ancestrais, que o rejeitavam, o mameluco caía numa terra de ninguém, a partir da qual constrói sua identidade de brasileiro. (...) Esse gênero de gente alcançou eficiência inexcedível como agentes da civilização. Falavam sua própria língua, tinham sua própria visão de mundo, dominavam uma alta tecnologia de adaptação à floresta tropical. Tudo isso aurido do seu convívio compulsório com os índios tupi. (Ribeiro, p.97)

Agências de contato

As freqüentes notícias vindas do sertão sobre os assaltos indígenas a expedições de bandeirantes que jamais retornaram e a reprovação da Igreja às estratégias bandeirantes de penetração resultaram na criação pela Corôa Portuguesa de um Diretorio de Índios em 1757. Criada sob influência do Marques de Pombal, a primeira agência indígena teve duração de apenas 40 anos, sendo extinta em 1798.

Depois de extinto o cargo de diretor de índios continuou sendo exercido a serviço do Império, sendo nomeado para exercê-lo militares ou figuras ligadas às elites das diferentes regiões com população indígena. Segundo Ana Valéria Araujo, o Diretorio de Índios “*marca a secularização dos aldeamentos indígenas e de sua administração por laicos*” (Araujo, p.25). Este diretório pode ser considerado como a primeira iniciativa efetivamente “indigenista” em termos de organização estatal no Brasil, mas não chega a configurar uma mudança conceitual na forma como estes são tratados, persistindo valores como a conversão e as iniciativas de aldeamentos.

O estudo das agências de contato tem sido marcado por grande preconceito entre os antropólogos. Entretanto, tem ganhado repercussão desde o estudo *O nosso governo*, de João Pacheco de Oliveira (1988), no qual se debruça sobre as formas como o SPI e depois a Funai se utilizaram para se estabelecer entre os Tikuna, do Rio Negro. O conhecimento das estratégias, atores e repercussões indigenistas será de grande importância em nosso estudo.

Vazios demográficos

Manter os índios aldeados evitava a perambulação destes por largo território, reduzindo a possibilidade de conflitos diversos, inclusive com bandeirantes. Com isto até o século XIX a presença indígena foi bastante reduzida em toda região meridional. Além disso, incomodava à ordem imperial a inexistência de regime de propriedade, o que motivou a colonização da área por imigrantes de origem européia, sob o argumento de que as áreas de ocupação indígena constituíam vazios demográficos. A chegada dos imigrantes tinha por objetivo por fim a estas áreas e instalar, definitivamente, a civilização na região sul do país.

Durante a primeira metade do século XIX agrava-se os massacres contra os índios que ali viviam e ainda no século XX há registros de ataques aos índios ou capturas dos mesmos em diversos municípios da região (subtítulo 2.1), organizados contra os Kaingáng no interior de São Paulo. Isto foi possibilitado devido ao vazio jurídico que predominou no indigenismo durante a primeira metade deste século e que possibilitou a redução significativa destes indígenas em diversas regiões de seu domínio original (Dornelles, p.23). O sul de São Paulo e o oeste do Paraná correspondem às áreas onde mais se reduziu a presença indígena.

No interior de São Paulo, área imediatamente próxima ao foco de dispersão bandeirante, foram eliminados milhares de indígenas que viviam nos interflúvios dos rios Peixe e Tietê, e entre os rios Peixe e Paranapanema, tendo restado apenas duas comunidades indígenas (Ikatu e Vanuire). No Paraná, a presença indígena foi praticamente eliminada nos cursos das bacias dos rios Ivaí e Piquiry, tendo permanecido os indígenas em sua maioria na região central do estado.

Escalas

A escala expressa uma relação. Utilizada principalmente no desenho e na cartografia, é a relação entre um ponto e sua representação no mapa, ou então, uma linha graduada, dividida em partes iguais, indicando a relação das dimensões ou distâncias marcadas num plano com as dimensões ou distâncias reais. Mas no seu sentido mais amplo, a escala indica também o estabelecimento de uma “*hierarquia de fenômenos no espaço*” (Fremónt, p. 110). Segundo Fremónt, “*se a estrutura regional define uma combinação de fenômenos, a escala permite situá-la*” (op. cit., p.111).

Isto implica, de nossa parte, reconhecer que os fenômenos espaciais podem ser situados tanto em termos de escala, quanto em termos da relação que possuem entre si, isto é, que os fenômenos identificados nas diferentes escalas possuem relações internas entre si, não ocorrendo se não que articulados a um contexto macro que define o grau de sua ocorrência em cada escala.

Através da análise por escalas, pretendemos aprofundar o conhecimento que temos sobre a organização espacial indígena e as repercussões do processo de territorialização. O estabelecimento de aldeamentos, por exemplo, embora opere numa escala específica, tem repercussões nas escalas territorial e doméstica.

Na escala do território, os aldeamentos associados a políticas de fixidez territorial estabeleceram a limitação das áreas de tráfego e perambulação dos indígenas, provocando significativa redução das áreas sob seu domínio. Os aldeamentos sempre contemplavam pequenas faixas de terra que eram destinadas inicialmente à agricultura de subsistência, nas quais se incluíam áreas de florestas, as quais eram, contudo, consideradas devolutas para serem em seguida repassadas a brancos regionais e em seguida a imigrantes europeus.

Na escala regional percebemos a inclusão das aldeias no contexto das regiões onde se inserem e qual função possuem. Nesta escala podemos analisar mais detidamente os reflexos das políticas de integração e desenvolvimento dos índios, com as terras indígenas passando a fazer parte de uma divisão territorial do trabalho, na qual assumiram a função de fornecimento de matérias primas e produtos agrícolas. A aldeia passa a ter relações freqüentes com as cidades regionais, suprindo-lhe de diversos produtos com madeira e grãos, conforme ocorre até hoje, principalmente o segundo caso.

Esta dinâmica, principalmente a partir do século XX, marcará profundamente o espaço das aldeias, repercutindo na disposição espacial das mesmas, que obedecerá a estímulos vindos de fora, impostos através de uma política indigenista que agora visava à sua integração por meio da atividade rural. Isto pode ser observado principalmente no que em termos de formas edificadas e do uso do espaço nas aldeias, nas quais se observa a influência decisiva destes estímulos.

Por fim, a escala doméstica revela a assimilação indígena de objetos e padrões de consumo contemporâneos, com a inundação do espaço interior das residências por objetos industrializados, obtidos nas cidades próximas.

As casas indígenas contemporânea revelam também o abandono das formas arquitetônicas ancestrais do grupo, especificamente as formas que datam de antes da chegada do europeu, e a palhoça, encontrada no século XIX. Significam uma perda de autonomia em termos tecnológicos e construtivos, já que agora, à exceção da madeira, obtida nas próprias aldeias, todo o resto dos materiais utilizados é obtido fora das comunidades.

2.5. Autores referenciais

Para a descrição dos fenômenos tratados, nos utilizaremos do conhecimento de algumas disciplinas específicas. Dentre estas, destacam-se os trabalhos que tem origem nas pesquisas em história e arqueologia, especificamente a tese de Doutorado de Jefersom Zuch-Dias sobre a relação entre a Tradição Taquara e os índios Kaingáng e a dissertação de mestrado de Marcos Vinicius Beber, sobre o sistema de sítios arqueológicos da Tradição ceramista Taquara-Itararé. Dentre os trabalhos de origem etnográfica, destacamos o trabalho dos cronistas do século XIX, como Mabilde e Taunay, e ainda os estudos de Borba, Von Hiering, Baldus e Nimuendaju, todos do início do século XX.

Desde o importante estudo publicado em 1912 pelo etnógrafo alemão Von Hiering, os Kaingáng foram definitivamente associados ao tronco lingüístico macro-Jê. Sua língua, entretanto, corresponde a uma família lingüística própria dentro deste tronco, com algumas variações internas, mas comunicável entre todos estes. Antes disso as referências bibliográficas sugerem uma confusão sobre a associação lingüística destes índios, antigamente associada ao Tupi.

Esta dúvida ainda persistia quando Alfredo Taunay escreveu sua *Monografia sobre os índios Caingáng ou Coroados de Guarapuava*, em 1888. O autor, que fora presidente da província do Paraná nos anos do desbravamento dos campos de Guarapuava, quando grandes concentrações de Kaingáng e Xokrens ali viviam, afirmava que estes todos pareciam falar a mesma língua, havendo uma variação lingüística apenas entre os Xokrens e os demais.

De fato, os outros grupos identificados correspondem a tribos Kaingáng, conforme sua organização social (*Dorins, Tavens, Kamés e Votorões*). Os Kamés e Votorões ou Kanhru correspondem ao dualismo clânico destes índios, sobre o qual organizam toda a vida social e política, mas que repercute de forma bastante tímida no espaço.

A localização dos Kaingáng por volta do início do século XIX, foram obtidas por meio dos Kamés e Kanhrus, que já se encontravam aldeados. Apesar de seu tom preconceituoso, a descrição Alphonse de Taunay contempla aspectos importantes da vida social e da territorialidade Kaingáng. O autor afirma ter sido o primeiro a chamá-los por esta denominação, já que até então eram conhecidos como *coroados* ou *bugres*, dentre outros nomes. Segundo afirma, constatou tal denominação através dos próprios índios e apresenta ainda um *vocabulário do dialeto que usam*. Entretanto Taunay equivocou-se o autor ao associar as línguas Kaingáng ao Tupi-Guarani (p.252), conceito que foi recolocado desde os estudos de Von Hering, como visto.

Com os arqueólogos buscamos compreender a história antiga da habitação indígena no planalto meridional e sua ligação com os Kaingáng, objeto de estudo tanto de Zuch-Dias quanto de Beber. A destruição dos sítios arqueológicos localizados em áreas de ocupação indígena antiga remete, ainda nos dias atuais, à negação da presença indígena na região, estabelecida agora pelo receio de que com o novo instituto legal, venham sejam estas áreas integradas ao conjunto das Terras Indígenas. Desde os estudos arqueológicos e etnográficos, busca-se realizar uma análise das rupturas e permanências das formas ancestrais de organização espacial indígena.

Entretanto, somente estes estudos não nos fornecem o subsídio que precisamos, de modo que é necessário atualizá-los tendo por referência as pesquisas recentes nas áreas de geografia e antropologia, que nos fornecem a base analítica de que procuramos dispor. Neste sentido, buscamos analisar a história e a etnicidade indígena tomando por referência as noções propostas por Viveiros de Castro. Para a compreensão do indigenismo, nos esforçamos em construir uma formulação própria, todavia não demasiado distante da proposta de Pacheco de Oliveira, que entende o indigenismo como peça importante do processo de territorialização. O que acrescentamos a perspectiva deste autor é a consideração de seu caráter urbano. Igualmente importante, o marco histórico do indigenismo nos são apresentados por Darcy Ribeiro (ver item 2), que quem aceitamos as formulações deste autor neste ponto específico.

Eduardo Viveiros de Castro, importante antropólogo contemporâneo, e autor de importantíssima obra no que diz respeito ao conhecimento antropológico, no qual reúne uma série de ensaios publicados ao longo de sua carreira. Dentre estes ensaios, destacam-se *Esboço de cosmologia Yawalapiti*, no qual apresenta uma análise da visão de mundo destes índios xinguanos e apresenta generalizações que de certa forma podem ser ampliadas para alguns dos demais povos indígenas; e ainda *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem*, no qual analisa o pensamento indígena desde a análise dos relatos deixados por padres do primeiro ao terceiro século da colonização sobre a religiosidade dos mesmos e as dificuldades de conversão.

Da obra deste autor buscamos entender as nuances do pensamento indígena, bem como aceitamos a pertinência de sua análise no que diz dificuldades de disciplinarização do índio, tentada desde os padres. A observação sobre a importância do arquétipo em antropologia: “os membros de uma espécie são sempre exemplares imperfeitos, réplicas ou cópias do Arquétipo, o que é frequentemente encarnado em um ser místico” (Castro, p.36).

Depreendemos ainda uma discreta, porém possível compreensão da expressão de propriedade entre os indígenas, muito bem colocada em seu *Esboço de cosmologia Yawalapiti*, ensaio de abertura do seu livro. Ali pode-se ler o que também se pode observar no discurso indígena: a aldeia xinguanana pertence ao chefe (ou cacique), que é também o dono da festa, da casa mais bonita, possuidor de maior número de filhos e mulheres, o principal articulador da política com os não índios e igualmente, o principal beneficiado.

Com base em sua proposição, algumas observações empíricas realizadas em rituais indígenas e sua relação com a sociabilidade indígena podem ser melhor compreendidos: na importante festa do Aruanã, realizada pelos Karajá, população Jê da Ilha do Bananal, cada um dos seres míticos que visitam a aldeia tem seus donos. Entre os Kaiapó, Jê do norte do Mato Grosso e sul do Pará, as roças e as áreas de cultivos pertencem a índios específicos. Por fim, entre os Kamaiurá do alto Xingu, como em outras comunidades Brasil afora, as aldeias são conhecidas pelos seus caciques. Encontramos nestes diferentes casos soluções muito próximas das que observamos entre os Kaingáng que estudamos, cujas comunidades são marcadas pelo faccionismo e por conflitos internos.

Em nosso entendimento, desde o esforço de compreensão do pensamento índio, Castro alcança o âmago do pensamento colonizador, demonstrando o que, de fato, foi relevante para estes últimos, a fim de assegurar a dominação territorial.

Para caracterizar o processo de re-territorialização e as formas de inserção das terras indígenas no contexto regional, nosso esforço vai no sentido de uma aproximação entre as propostas de João Pacheco de Oliveira e Milton Santos. Este primeiro, ex-aluno e continuador do trabalho antropológico de Roberto Cardoso de Oliveira, é antropólogo de grande importância contemporânea, cujas idéias mais precisamente são utilizadas neste trabalho. Em nossa visão, é um autor indispensável para a compreensão das formas contemporâneas de dominação indígena.

Seus principais estudos são *O Nosso Governo*, de 1988, no qual discorre sobre a forma como o SPI implantou seu regime de dominação sobre os índios Ticuna, do alto Rio Negro (Amazonas). Neste estudo o autor demonstra como o indigenismo se apropriou de das formas indígenas de compreensão da realidade terrena para legitimar-se junto aos mesmos, com a implantação de um regime cívico, simbolizado na figura do “capitão”, um indígena que atuava como interlocutor válido junto ao chefe do SPI, em troca de favores pessoais, como a doação de roupas e alimentos. Não poderemos descrever a integridade das idéias deste livro, mas as estratégias apontadas pelo autor, todavia, se repetem em diferentes regiões do Brasil. Tentaremos observar a utilidade deste modelo na análise da atuação indigenista junto aos Kaingáng.

Dois outros estudos deste autor são de grande importância: *Indigenismo e territorialização* (1998), no qual apresenta diversos artigos sobre as “rotinas, saberes e poderes coloniais” que tiveram continuidade na ação indigenista durante o século XX. Neste livro, demonstra como diversos profissionais, inclusive antropólogos, fazem parte das estratégias de dominação colonialista, legitimando as formas autoritárias de atuação indigenista por meio de suposta neutralidade técnica e científica. É neste livro que apresenta a noção de *territorialização*, que utilizaremos aqui e constitui, segundo o autor, um dos objetivos da ação indigenista, estando diretamente relacionado com as políticas de interiorização do país e, decorrência, de urbanização.

As terras indígenas, neste sentido, são compreendidas como categorias jurídicas, mas não geográficas (Oliveira & Lima, p.36) isto é, os territórios demarcados para os índios jamais constituirão seus territórios originais, o que seria impossível no

contexto contemporâneo. São, em verdade, um esforço de re-territorialização conduzido no século XX pelo SPI e depois pela Funai, que os mantém em limites bem definidos, evitando a perambulação fora destas áreas. Neste sentido é que se pode observar, ainda nos dias atuais, a permanência das formas arbitrárias e colonialistas da ação indigenista.

Ainda deste autor, tomamos também por referência seu livro *Militares, Índios, e fronteiras* (1990), organizado em parceria com João Carlos de Souza Lima, no qual reúne artigos de pesquisadores de diferentes áreas que discutem esta questão. Em seu artigo, os autores realizam uma análise das ações indigenistas ao longo do século XX, demonstrando como a “via agrícola” foi a forma principal adotada pelo Estado para integrar o índio e suas terras à economia nacional. As análises propostas são de grande importância para este trabalho pois nos fornecem as bases para a compreensão do indigenismo em seu aspecto histórico, constituindo-se como política de colonização e territorialização e tendo a via agrícola como instrumento específico da integração indígena.

À contribuição de Pacheco de Oliveira, acrescentamos a obra de Milton Santos, importante geógrafo brasileiro do século XX. M. Santos é original de Brotas de Macaúbas, no interior da Bahia. Formou-se em Direito na Bahia, onde iniciou sua carreira de geógrafo e professor acadêmico, realizando estudos sobre a Geografia Urbana e Regional. Em 1958 concluiu o Doutorado em Geografia na França.

Santos foi um dos expoentes do movimento que viria a ser conhecido como Geografia Crítica. Publicou obras importantes a partir da década de 1970, as quais tiveram grande repercussão teórica nos rumos da disciplina. Concebia o espaço como a “*acumulação desigual de tempos*”, expresso através dos sistemas técnicos, entendidos como trabalho humano sobre o território, para facilitar a produção e reprodução de suas formas econômicas e sociais.

Para M. Santos o espaço deve ser considerado como “um conjunto de relações realizáveis através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente” (Santos, 2008, p.153). O autor desenvolveu um conjunto de noções muito úteis para a compreensão destes processos. Sua marca é, portanto, a historicidade atribuída à problemática do espaço, que não pode ser percebido estanque dos processos sociais instintivos, (espaço como reflexo da sociedade) nem tampouco deve deixar de ser observado como fator e instância social

(Santos, 2008, p.177). As idéias deste geógrafo que nos servem de referência neste trabalho são a noção de escala, constante em *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo* (1971); as noções de espaço e rugosidade, extraídas de *Por uma geografia nova* (1978); e as noções de forma, processo, função e estrutura, desenvolvidas em *Espaço e Método* (1984) e *Metamorfoses do espaço habitado* (1989) e *Pensando o espaço do homem* (2003).

Um dos últimos livros de Milton Santos, *O Brasil: território e sociedade no limiar do século XXI*, em co-autoria com a geógrafa argentina Maria Laura Silveira, constitui um importante estudo sobre as estruturas territoriais brasileiras contemporâneas, consideradas agora como sistemas de fixos e de fluxos; e também sobre suas densidades, que podem ser *técnicas*, dizendo respeito aos sistemas de engenharia; ou *normativas*, que constituem o aparelho legal que estabelece as normas para a localização espacial dos fenômenos (Santos & Silveira, p. 86).

Neste livro o autor se debruça sobre a rede urbana brasileira, cartografando as diferentes funções assumidas pelas cidades e a relação entre estas e a divisão territorial do trabalho que determina (ainda que não unicamente) o que será produzido em cada localidade. As terras indígenas podem ser, sem prejuízo da figura do índio, inseridas na análise deste autor. Suas áreas, encravadas no interior das principais áreas de produção agrícola nacional, são inevitavelmente influenciadas por pressões regionais. Não reconhecê-lo evitaria o progresso do conhecimento sobre as mesmas.

A obra de M. Santos teve grande repercussão na produção recente dos geógrafos. Através das noções que desenvolveu ao longo de sua carreira, o geógrafo lega um conjunto metodológico que nos permite identificar e analisar as formas espaciais – incluindo-se as das aldeias –, observando suas formas residuais (*rugosidades*), e entendê-las em sua historicidade. Estas formas, em nosso caso, podem ser tanto a casa subterrânea antiga, abandonada e reutilizada em diferentes momentos da história pré-colonial, como a própria casa contemporânea das aldeias Kaingáng, ou ainda um exemplar único do pinheiro em meio a um vasto campo de soja.

Todas as formas referidas tem em comum o fato de constituírem formas paisagísticas diretamente associadas a períodos anteriores, nos quais tiveram importância maior. Podemos, então, elaborar uma análise do papel destas formas para o

processo de produção e re-produção das atividades econômicas no interior das áreas indígenas, e verificar se tratam de modelos e se ocorrem ou não em outras aldeias.

Nos interessa particularmente a noção de rugosidade, entendida como espaço herdado, cuja *inércia produtiva* possibilita a reprodução na aldeia de projetos de uso do solo implantados em um período histórico anterior (Santos, 2008, p.189) ou a reutilização segundo novas modalidades de uso (*refuncionalização*). Estas formas possibilitarão a reprodução e permanência nas aldeias de formas anteriores de uso do território, colocando-o em iminente conflito com o novo paradigma sócio-territorial que vigora no indigenismo brasileiro, notadamente ambientalista⁷.

Por fim, pretendemos mostrar como através das rugosidades, os índios e as terras indígenas, mesmo com suas diferenças culturais específicas, encontram-se diretamente integrados aos sistemas de produção regional. Produção agrícola, artesanato e consumo constituem as bases desta integração⁸.

⁷ Este paradigma, contudo, corresponde a uma ação fundada no princípio romântico descrito na introdução de nosso trabalho. Não o descrevermos aqui, por questão de espaço.

⁸ Alguns outros autores estão incluídos em nossa lista de referências bibliográficas. Em sua maioria autores teóricos, embora não tenham sido diretamente citadas no curso do texto, suas idéias são utilizadas em nossas formulações. Alguns destes autores: Argan (1986, 2005), Becker (1990, 2007), Claval, Corrêa, Corrêa & Rosendhal, Carpintero (1986), Costa & Malhano (1987), Damatta, Geertz, Guerra, Ferreira, Foucault (2008, 2009), Haesbaert (2004, 2007), Harbenger, Junqueira, Kohn, Lefebvre, Lévi-Strauss, Magalhães, Melatti, Moreira, Mumford, Newton, I. Oliveira (1975), M.C. Oliveira (1996), Porto-Gonçalves (1989, 2002, 2004 e 2007), Raffestin, B. Ribeiro, Tomasino, Ramos, Sá, Saia e Villas-Boas, dentre outros.

3. Os Kaingáng: filiação arqueológica e etnográfica

Este capítulo apresenta um quadro descritivo e analítico da organização espacial e territorial dos Kaingáng desde os primeiros tempos de presença deste grupo na região onde atualmente vivem, no sul do país. Para isso, serão descritos os registros e as pesquisas arqueológicas existentes no planalto meridional que envolvem a tradição Taquara.

A tradição Taquara corresponde à denominação arqueológica dos mais de 3.500 sítios arqueológicos (casas semi e subterrâneas, montículos e grutas funerais) encontrados na região meridional brasileira. Suas referências apontam para uma sociedade horticultora e ceramista de matriz Jê, emigrada do planalto central, responsável pela territorialização dos principais interflúvios do planalto meridional brasileiro, ao sul do rio Tietê até o Jacuí, desde cerca de 2.500 anos, cujos representantes contemporâneos são os Kaingáng.

Não sendo encontrada em outras regiões de domínio Jê, a construção de casas subterrâneas, é considerada a principal referência desta tradição. Trata-se de uma adaptação ambiental promovida por estes índios para abrigar-se do frio e dos fortes ventos que assolam a região. Este estilo de moradia foi abandonado pelos indígenas durante o século XIX, de quando datam os últimos registros de ocupação da mesma.

Visualizados em conjunto com os dados etnográficos conhecidos, os estudos arqueológicos constituem fontes seguras para o entendimento da história pré-colonial, permitindo-nos analisar as mudanças na sociedade indígena a partir das transformações da cultura material. Nos permitem ainda analisar os diferentes usos do território e dos seus objetos (ou formas) pelos indígenas, observadas a sucessão das mesmas e suas funções específicas ou complementares na organização espacial indígena em cada momento específico. Assim procedendo poderemos observar permanências e rupturas das características ancestrais com relação à organização territorial.

A noção de sistema de aldeamentos, proposta por Beber (p.36), possibilita a compreensão em conjunto de sítios arqueológicos encontrados no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os quais apresentam muitas semelhanças com as formas de organização descritas por cronistas no século XIX (especialmente o belga Alphonse Mabilde e o brasileiro Alfredo Taunay) e, diríamos, com a forma contemporânea das

relações geoeconômicas estabelecidas nas aldeias do povo Kaingáng, compreendidas como sistema ou rede de aldeias.

Pela análise das características materiais que se mantiveram ou se perderam com os adventos tecnológicos desde o florescimento da tradição Taquara, podemos afirmar que o período no qual se acentuam estas perdas corresponde justamente ao período que se seguiu ao contato com a civilização européia, a partir do século XVI. No caso Kaingáng, essas perdas ocorrem principalmente durante o século XIX, marcado pela negação da presença e da territorialidade indígena, decorrente de um vazio geográfico prévia e violentamente construído para justificar a política de colonização (territorialização) da região por imigrantes.

Estes vazios foram construídos, muitas vezes, com o uso de violência tanto pelo próprio Estado quanto pelos agentes locais, havendo inúmeros relatos dos seqüestros de mulheres e crianças para serem incorporadas por via da força à sociedade nacional (Dornelles, p.23).

As principais perdas⁹ materiais identificadas partir deste período são: o desaparecimento da moradia subterrânea (ou de sua utilização pelos índios) e o abandono da produção cerâmica, ambos diretamente associados ao contato com a civilização colonizadora, que trouxe dois novos padrões de alimentação e moradia.

Apesar dessas perdas, muitas características ancestrais são mantidas pelos índios. Dentre estas, algumas merecem destaque: a importância do pinhão como dieta alimentar; o sistema de cacicado associado a territórios específicos, delimitados pelos bosques de araucária (*Araucária Angustifolia* spp.¹⁰), que eram manejados e marcados com grafismos característicos dos diferentes caciques; e, principalmente, a organização espacial e os sítios escolhidos para construção dos assentamentos e moradias, sempre localizados nos platôs que formam os interflúvios dos grandes rios do planalto meridional.

As aldeias costumam ser construídas próximas a pequenos arroios e cursos menores dos rios locais, chamados lajeados, já que os Kaingáng evitam morar próximo

⁹ Sem considerá-las como expressão de processo ou retardo, verificamos mudanças significativas no que podemos chamar de cultura e produção material indígena, as quais podem ser avaliadas como perdas unicamente no que diz respeito às características ancestrais conhecidas, não correspondendo de forma alguma a juízo tecnológico ou de valor sobre o “estado” de preservação cultural indígena, algo bastante complicado, aliás.

¹⁰ Ou pinheiro, como também é conhecido regionalmente. Esta planta é chamada de *fog* pelos índios.

aos rios maiores. A razão, segundo os arqueólogos, é possivelmente encontrada no mito de origem indígena, que associa a criação do mundo a um grande dilúvio havido em tempos imemoriais, o qual teria inundado toda a aldeia Kaingáng, tendo restado apenas um deles, o herói mítico Kanhru, também chamado Kairucrê, *que criou* primeiro seu irmão, Kamé, pra ajudá-lo a fazer todos os outros seres com os poderes que possuíam cada um, incluindo os Kaingáng, que desde então pertencem a um ou outro (Dornelles, p.21).

Mesmo observando a mudança completa nos padrões construtivos e arquitetônicos, esta característica do assentamento – a de situar-se em terrenos altos e suaves – persiste ainda nos dias atuais, com pequenas variações, podemos considerá-la característica ancestral deste grupo.

3.1. Os índios na história antiga do planalto Meridional

Teorias arqueológicas e etnológicas indicam que os Kaingáng correspondem aos índios antigamente chamados de Guaianás pelos cronistas. Teriam migrado desde o planalto central em decorrência do amplo desenvolvimento das sociedades Jê do Brasil Central. O crescimento demográfico deste grupo originário teria provocado conflitos territoriais internos e levado a cisões que dispersaram os grupos para diferentes localidades do país. Os grupos migrantes se distinguiram entre si em razão do afastamento etno-geográfico. Estima-se que a migração dos Kaingáng teve início há cerca de 2.500 mil anos antes do presente (Soares, p.48). Além da variação lingüística, a construção de moradias subterrâneas os diferenciou dos demais Jê.

Dentre as principais características conhecidas deste grupo, algumas delas são diretamente identificadas aos Jê. Citemos algumas delas: a *mobilidade espacial* no interior de territórios bem delimitados, o cultivo de espécies próprias de milho e tubérculos, o sistema de coleta de sementes (no caso Kaingáng o pinhão, que ainda hoje constitui a base da alimentação do grupo) e aspectos similares da organização social, como o mito de origem e o dualismo clânico e exogâmico. Sobre os Jê originais, afirma Soares:

Esse grupo inicial teria desenvolvido as bases fundamentais da língua e da cultura possibilitando uma organização interna, que os teria levado a buscar novos territórios. Diversas rotas de migração ao Planalto Oriental e ao Planalto Sul - brasileiro deram origem a grupos distintos, que foram desenvolvendo paulatinamente sua identidade étnica através de transformações culturais. (Soares, p.46)

Buscando uma solução para o problema, Beber levanta as seguintes hipóteses sobre a arqueologia do planalto e a etnografia Kaingáng:

Outra questão importante foi definir o modo de vida das populações responsáveis por aqueles sítios. Schmitz, em seus trabalhos de 1967 e 1968, sugere que seriam sociedades baseadas na coleta, na caça e na horticultura. Na síntese de 1988, propõe que a densidade destes sítios estaria indicando tribos. Para La Sálvia, seriam grupos caçadores-coletores de pinhão no período anterior à conquista, e, após 1500, agricultores incipientes. Mentz Ribeiro, por seu turno, sugere que as casas subterrâneas seriam produto de um grupo horticultor ou agricultor incipiente e mais tarde propõe que seriam grupos horticultores praticantes da caça e da coleta. (Beber, p.248)

As características observadas, nesse ponto, são enfáticas: apontam para grupos que tinham amplo domínio da agricultura de subsistência, destacando-se o pinheiro como principal elemento da paisagem e da interação social.

A tradição Taquara, que mais intensamente povoou a região...

...foi definida por Eurico Muller em 1967, a partir dos fragmentos cerâmicos encontrados no Morro da Formiga, no Município de Taquara, Rio Grande do Sul. Foi caracterizada pela cerâmica que é pequena, com uma decoração plástica composta, em muitos casos, pela impressão de cestaria, unhas ou outros artefatos, além de fragmentos sem decoração. (Beber, p.25)

Ainda segundo este autor:

Podemos caracterizar a ocupação do planalto como uma adaptação a um ambiente rico em pinhão, por grupos baseados na organização tribal, especializados na coleta e utilização do pinhão e muito possivelmente, complementada com uma horticultura realizada principalmente na várzea dos rios. Possuíam casas subterrâneas. Produziam uma cerâmica de pequenas dimensões e alguns artefatos líticos indispensáveis para o tratamento da madeira. Sepultavam seus mortos em abrigos e os indivíduos mais destacados em montículos. (Beber, p.28)

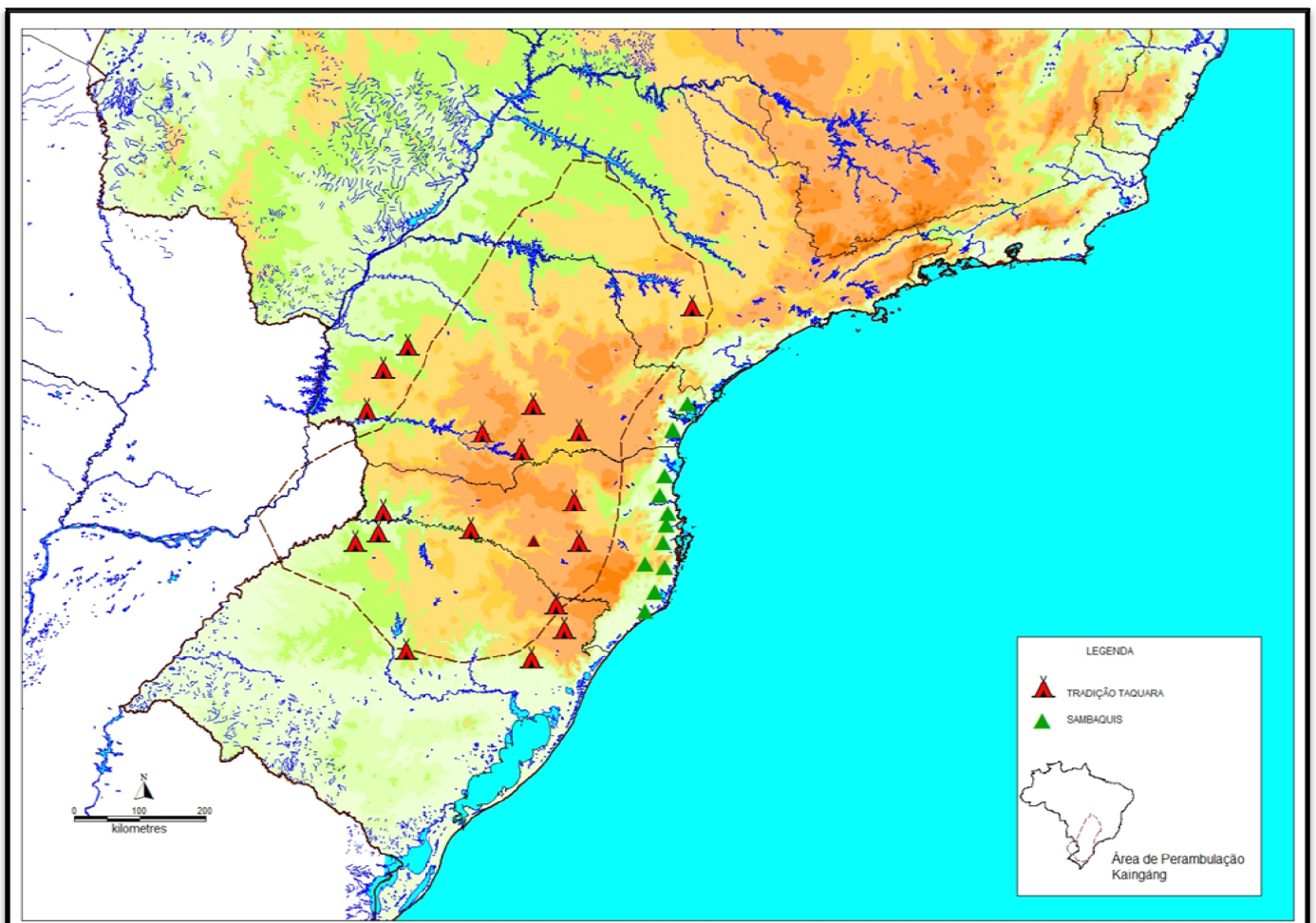
À medida que o ambiente se modifica em função da menor altitude, configurando uma nova composição florística, especialmente na encosta do planalto, onde a temperatura torna-se mais amena e o frio deixa de ser tão intenso, os grupos portadores da tradição Taquara adotam um tipo de assentamento sem os típicos pisos rebaixados, mas formando aldeias de grandes dimensões, nos quais são feitas cabanas, que foram identificadas pelos acúmulos dos fragmentos de cerâmica, além de suas fogueiras e artefatos líticos (Beber, p.251).

3.2. Sítios Arqueológicos

A primeira ocupação estável da região meridional é atribuída à tradição Umbu, de feição Tupi. Esta teria ocorrido por volta de catorze a dois mil anos atrás. Esta tradição de coletores-caçadores teria sido suprimida, assimilada ou passado por um

processo de reterritorialização quando da chegada dos Jê do sul (tradição Taquara), com quem disputavam as áreas de cultivo nas várzeas dos rios.

Os registros sobre a tradição Taquara, entretanto, são muito mais fartos que os de feição Embu e Itararé, que as antecedem cronologicamente. Isto se deve, possivelmente, ao fato de a tradição Taquara possuir artefatos e cultura material mais desenvolvidos que as tradições que a antecederam. Deve-se ponderar também que por constituírem registros mais recentes os registros da tradição Taquara são mais facilmente identificáveis.



ido de Zuch-Dias, p.151.

Os sítios arqueológicos identificados à tradição Taquara são de cinco tipos principais e possuem associação direta com os assentamentos humanos. Constituem-se de: casas subterrâneas, predominante nas regiões mais altas do planalto; casas semi-subterrâneas, variação do primeiro tipo, porém de ocorrência nas encostas (ambas possuíam cobertura de palhas com esteio central); sítios superficiais lito-cerâmicos,

indicando possíveis aldeamentos; montículos funerários de dois tamanhos principais – pequenos e grandes – nos quais eram enterrados os membros mais destacados das comunidades; e, por fim, grutas funerárias, nas quais eram lançados os corpos dos mortos comuns. Segundo Beber,

a compreensão dos sítios arqueológicos como parte de um sistema de assentamento implica que sejam entendidos como parte de uma dinâmica que pode ser considerada tanto sincrônica como diacrônica. A consideração sincrônica percebe os diferentes sítios como respostas adaptativas de uma cultura em função das necessidades que se impõe, criando múltiplos tipos de assentamento. A consideração diacrônica refere-se às modificações que esses assentamentos apresentam no tempo através das alterações dos padrões de implantação dos sítios, que podem estar refletindo novas formas de adaptação cultural. (Beber, p.136)

A figura 1 (página anterior) apresenta a localização dos sítios arqueológicos da região sul do país, destacando os associados à tradição Taquara e Embu (sambaquis).

Atualmente, mesmo que não habitem mais moradias subterrâneas nem depositem seus mortos menos importantes em grutas ou valas comuns, os Kaingáng conservam aspectos importantes da tradição Taquara, tais como os locais escolhidos para a formação dos assentamentos e os montículos onde são enterrados seus mortos, praticamente idênticos aos encontrados por arqueólogos. A única mudança com relação aos montículos é que a organização do cemitério segue hoje um padrão de organização conforme às metades clânicas Kamé e Kanhru, algo ainda não identificado pelos arqueólogos para os túmulos antigos.

Em sua maioria, as casas subterrâneas concentram-se nas áreas mais elevadas e planas do planalto meridional (figura 1). Os platôs onde se situam as casas subterrâneas correspondem às áreas interfluviais dos grandes rios regionais, que devido à conformação geomorfológica, cavaram grandes cânions nos pontos mais facilmente erodíveis das rochas principalmente basálticas que formam o substrato geológico da região (figura 2, no próximo ítem).

3.3. Geografia da natureza do planalto Meridional

Segundo Orlando Valverde a formação do planalto meridional obedece à feição de patamares (Valverde, p.38). O relevo se estabeleceu na forma de grandes plataformas (do inglês *trap*) com altitudes médias entre 600 a 1.200 metros, e com áreas mais dobradas geralmente a leste, em direção ao litoral (serra do mar), marcando o rebaixamento final da placa sul-americana junto ao Oceano Atlântico.

A região do planalto apresenta um perfil hidrográfico bastante típico, marcado por rios no interior de áreas escavadas com leito rochoso, de onde vem a denominação regional de lajeados. Devido à grande diferença de altitudes e ao relevo acentuado, seus rios possuem grande vazão, apresentando por isso grande potencial hidrelétrico, potencial que não passou despercebido aos olhos dos sucessivos governos que implantaram dezenas de centrais hidrelétricas de pequeno, médio e grande porte nas bacias dos rios Uruguai, Ivaí, Paranapanema, Tietê e Iguaçu, dentre as quais se destaca a hidrelétrica de Itaipu, considerada por especialistas a maior usina do mundo.

Na região sul as áreas serranas correspondem a trechos precisos nos quais houve uma colisão entre os traps, formando áreas onduladas mais acentuadas que em muitos casos constituíam domínios Xokreng e Tupi-Guarani. Nas bordas dos traps, faixas inteiras de rochas mais frágeis (sedimentares) e expostas, surgidas logo após a formação dos mesmos, foram escavadas ao longo de milhares de anos de erosão, formando cânions que chegam a apresentar 600 metros de diferença altimétrica entre os platôs, com solos originários e rochas magmáticas ricas em minerais do solo e coloração roxa, e o fundo dos vales, onde o basalto duro e preto constitui o talvegue dos rios regionais, que por esta razão são chamados de lajeados.

Todos estes rios pertencem ao sistema Platino, que reúne as bacias do Paraná, Uruguai e Paraguai e sob sua estrutura geológica encontra-se o importante aquífero Guarany, apontado como grande depósito de água subterrânea da América do Sul. Os rios que não integram esta bacia são somente aqueles cujas nascentes antecedem o desnível da placa sul-americana rumo a leste, cujos cursos seguem em direção ao Atlântico.

Nos platôs com altitudes inferiores a 700 metros e de suave ondulação são encontradas as “veredas”, olhos d’água em formações de várzea que servem para abastecimento de água e ainda para inúmeras espécies da fauna local em épocas de reprodução. Ali aparece também o Buritiá, palmeira típica da região e muito conhecida dos índios.

A vegetação é marcada por alguns ecossistemas específicos, sendo os principais deles a Floresta de Araucárias (floresta umbrofila mista), cujo nome é dado em função da predominância fito-ecológica do Pinheiro, e a Mata Atlântica (floresta estacional decidual), em sua área de incidência mais meridional, se expressa por uma

menor quantidade de lianas (cipós), por exemplo, com predomínio do cedro (*Cedrella spp.*) que ocorre principalmente nas áreas mais acidentadas e encostas.



Figura 2: Padrão geomorfológico típico do planalto meridional. Vista próximo à aldeia Votouro. (Fotografia do autor, 14 de abril de 2005).

Os campos de altitude, com predomínio de gramíneas e herbáceas, aparecem nas áreas de médias e elevadas altitudes; e também em áreas de relevo suave ondulado, marcadas pela formação de banhados, pequenas áreas encharcadas com altitudes de cerca de 500 a 600 metros, que servem de abrigo provisório a diversas espécies de aves e mamíferos em período reprodutivo. Por fim, as serras e encostas na beira de rios, que eram utilizadas pelos indígenas nos acampamentos sazonais de caça e pesca.

A unidade territorial de uma tribo Kaingáng pode ser assim resumida: constitui um espaço físico – composto por *krim* (serras), *re* (campo, pasto), *nem* (floresta), *goio* (rios) – onde os grupos podem exercer suas atividades de caça, pesca, coleta e plantio (milho, abóbora, feijão e batata doce). Este território constitui um espaço de perambulação cíclica dos grupos, que desenvolvem aí suas atividades econômicas, sociais e rituais. (Tomasinno, p.85)

Esta região, portanto, não apenas corresponde às áreas de ocupação original dos Kaingáng – ou tradição Taquara, na nomenclatura arqueológica –, como também a que lhes possibilita sua existência e identidade étnica no contexto contemporâneo. Sobre isto, afirma Zuch-Dias:

Acreditamos que entre a tradição Taquara e o índio Kaingáng apenas temos uma diferença na nomeação por parte de arqueólogos e etnógrafos, pois estamos tratando com o mesmo grupo humano que teve sua difusão pelo Planalto Meridional, adaptando-se a ele e criando todo um sistema cultural que lhe serviu ao longo de sua expansão e fixação nas áreas pertencentes à região sul do atual Estado Nacional. Temos também que considerar que pelo fato de começar a entrar em contato, ainda que de forma esporádica com o homem branco, que estaria iniciando a ocupação do território indígena, algumas expressões de sua cultura começam a mudar.

No decorrer da pesquisa, percebemos que os traços culturais dessas populações ainda se mantêm, mas sob outras formas. Se os Kaingáng não mais constroem estruturas subterrâneas é porque aprenderam a fazer suas habitações de outras maneiras e com outros formatos, utilizando igualmente outras ferramentas. Os motivos para que isto tenha acontecido podem estar ligados a vários fatores como: a diminuição do território devido à penetração nas áreas nativas pelo homem branco, com a implantação de novos núcleos populacionais e exploração do antigo território indígena através da derrubada da mata, para a abertura de estradas, o plantio em larga escala e o pastoreio, fazendo com que aos poucos os remanescentes nativos sejam levados a outras áreas e lá adotem os costumes do homem branco, entre eles a construção de casas de madeira com formato retangular, o uso de roupa e muitos outros aspectos verificados nos estudos etnográficos já produzidos e que alteraram os elementos de cultura. (Zuch-Dias, p.186-7)

As florestas descritas são denominadas pelos Kaingáng de “mato preto” e “mato branco”, de acordo com a dominância fito-ecológica da araucária ou do cedro. Estas duas espécies são encontradas em todo o planalto meridional, sendo a primeira típica de Mata Atlântica (floresta estacional decidual) e encontrada também ao norte da região estudada. O cedro tem folhas de coloração mais clara, daí sua área ser associada ao mato branco, do clã Kamé.

Já a araucária, associada ao clã Kanhrú, criador da natureza e dos primeiros Kaingáng, é de grande importância para os índios. Apresenta tronco e folhas com espinhos e sua coloração escura prevalece nas áreas de floresta umbrófila mista. Diferentemente do cedro, tem sua incidência estritamente regulada pelo clima, não suportando temperaturas médias superiores a 19°C. A araucária prevalece em toda a região de platôs, com altitudes médias de 700 a 1.200 metros, ao passo que o cedro prevalece nas áreas de encosta, mais úmidas e diversificadas em espécies (Amparo, p.42). Dornelles sugere que estas florestas podem ter sido manejadas por estes indígenas desde tempos imemoriais, a exemplo do que propôs Baleé para ambientes florestais na bacia amazônica (Dornelles, p.21).

O pinhão constitui a base da alimentação indígena. Há inclusive o registro de que já dominavam o fabrico da farinha, conseguindo assim organizar estoques para assegurar a alimentação durante todo o ano. O mel é também obtido do tronco do pinheiro, e também no tronco desta árvore eram castigados os indígenas indisciplinados, durante o ritual do Kikikoi. O mesmo tronco escavado era também utilizado como tacho

onde era servido o Kiki, bebida fermentada à base de água e mel que dá nome ao ritual (Amparo, p.43).

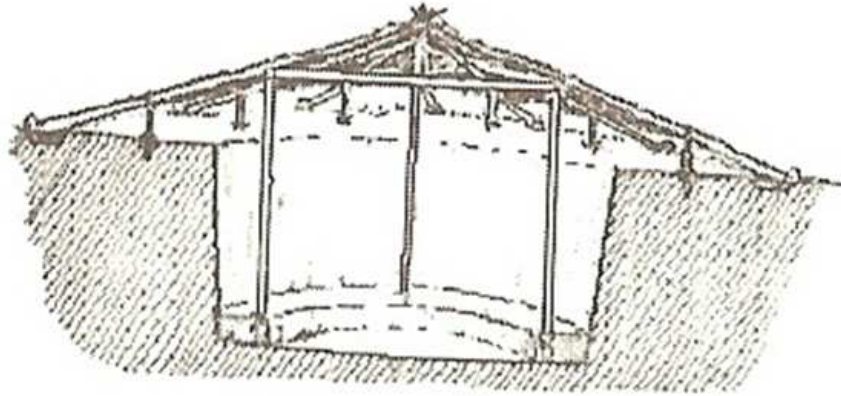
3.4. Rupturas da cultura material e descrição das casas subterrâneas

Arqueólogos e etnógrafos consideram as diferenças entre a tradição Taquara e os Kaingáng como perdas culturais da parte dos indígenas, decorrentes do contato com a sociedade nacional, estimulados por sucessivas ações indigenistas. A maior destas perdas é a que relaciona os Kaingáng à produção de cerâmicas, já que a incidência destas nos sítios arqueológicos é bastante representativa. Os arqueólogos conjecturam que os índios teriam perdido a arte cerâmica após o contato com os não-índios, passando a utilizar placas de metal ao invés das que eram produzidas com cerâmica. Assim mesmo, no Museu Paulista são encontrados alguns vestígios de cerâmica atribuída aos Kaingáng de São Paulo, obtidos por Baldus na década de 1940. São, provavelmente, os últimos vestígios de cerâmica conhecidos fabricados por estes índios.

Dos enterramentos identificados à tradição Taquara, apenas um ainda é mantido entre os Kaingáng, e realizado em montículos (figura 4). Os sítios arqueológicos têm sido os mais fiéis documentos no que diz respeito à localização geográfica dos Kaingáng e à compreensão de suas formas antigas de habitação. Ainda, diversos vestígios encontrados e datados junto a árvores como a Araucária e identificados à tradição Taquara apresentam símbolos e grafismos que hoje ainda são utilizados pelos Kaingáng (Zuch-Dias, p.152).

A datação provável das habitações subterrâneas (figura 3) indica que tenham predominado na região dos séculos IV ao XVIII, quando são já referidos por cronistas e etnógrafos novos registros de habitações, desta vez, grandes casas de palha, à semelhança daquelas dos seus parentes centrais e setentrionais. A reocupação destas casas era freqüente, e datações de objetos encontrados no seu interior sugerem que foram utilizadas em diversos períodos diferentes, com intervalos que chegavam a mais de 100 anos (Zuch-Dias, p186).

Três hipóteses são formuladas por arqueólogos: ou as mesmas eram utilizadas pelo mesmo grupo familiar em períodos diferentes; ou as mesmas eram ocupadas por grupos familiares distintos após identificarem se tratar de uma mesma tribo ou de uma área ligada a um mesmo cacique; ou as mesmas eram abandonadas por períodos mais longos, voltando a ser ocupadas por indígenas de gerações posteriores.



Segundo Zuch-Dias, uma dessas casas subterrâneas, situada no município de Vacaria, no Rio Grande do Sul, apresenta sinais de ter sido utilizada por índios durante o século XIX. Corresponde ao último registro conhecido da utilização deste tipo de habitação pelos Kaingáng.

Podemos ainda pensar que ao formato de tais estruturas, estaria ligada a permanência do grupo em um local durante um período de tempo que poderia ser variado. Nos casos em que houvesse uma permanência mais duradoura, as "casas subterrâneas" seriam circulares e escavadas no solo. Ao passo que em períodos menos estáveis de ocupação, as "casas" poderiam ser correspondentes ao outro formato proposto, pois teriam uma duração mais efêmera que as primeiras, necessitando assim por parte de seus construtores menos esforço para fazê-las. (Zuch-Dias, p.188)

A descrição das casas encontradas além de corroborar a opção preferencial de sítio para estabelecimento dos assentamentos pelos indígenas, no que diz respeito à escala da aldeia, informa ainda que as casas eram de dois tipos principais: uma cônica, outra circular, ambas cobertas com palha. Segundo Beber, “99% dos sítios com casas subterrâneas estão situados a partir dos 400m de altitude, concentrando-se em sua esmagadora maioria (89,4%) entre os 700 e 1.200m” (Beber, p.198).

“Abaixo dos 400m ainda ocorrem casas subterrâneas, mas são casos isolados, com apenas 2 sítios conhecidos” (Beber, p.199). Ainda segundo Beber, “essa distribuição coincide com a da Floresta Umbrófila Mista, que na região sul predomina acima dos 500m de altitude na sua Formação Submontana e a partir dos 800m são as Formações Altomontanas que tomam conta” (Beber, p.200).

Para Zuch-Dias, a localização dos assentamentos nas áreas mais altas do planalto é das características mais consistentes que permitem da associação que se faz entre os Kaingáng e a tradição Taquara. Conforme observam arqueólogos e etnógrafos, os assentamentos situam-se sempre nos interflúvios dos grandes rios, em áreas planas (ou platôs). Situam-se, ainda, próximos a arroios e lajeados que não oferecem qualquer perigo de inundação.

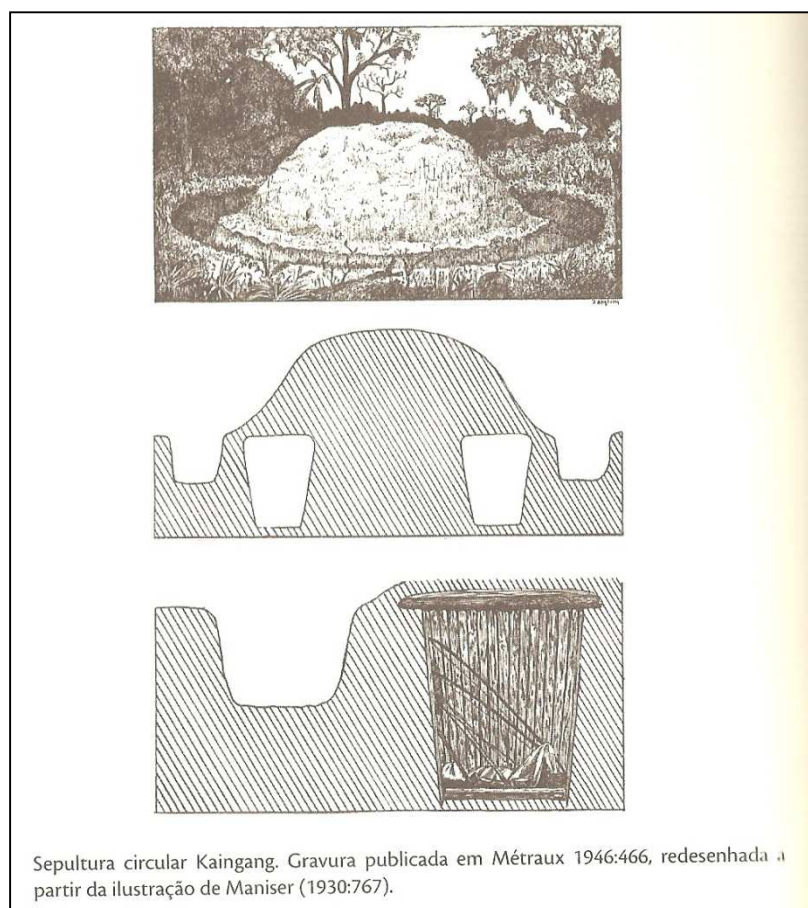


Figura 4: Sepultura circular Kaingáng, desenhada por Alfred Métraux. Fonte: Veiga, p.232.

Esta é uma das características diferenciadoras do padrão de assentamento Kaingáng no contexto Jê, já que a maioria dos povos ligados a este grupo opta por formar suas aldeias próximas a grandes rios inundáveis durante boa parte do ano. Observa Beber:

Com relação à distância da água, os sítios estão afastados dos cursos principais, mas sempre próximos a uma fonte, seja esta um pequeno riacho, banhado ou mesmo nascente. A distância mínima registrada é do sítio PR-FI-42, no Estado do Paraná, com 6,5m; a máxima é de 1000m, no sítio SC-CL-41, no Município de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina. A média é de 215,65m. (Beber, p. 200)

Em termos de assentamento, os arqueólogos encontraram nos sítios sinais de possíveis aldeamentos. As casas foram encontradas ou isoladas, ou em grupos de três,

havendo um sítio no qual são encontradas em número de até 36 unidades, com ocorrência no mesmo sítio de 39 montículos (figura 4), fazendo com que os arqueólogos possam formular com segurança a hipótese de que se trata de antigos assentamentos. Contudo, nem todas as unidades são datadas do mesmo período, de modo que teriam sido reutilizadas em diferentes períodos (rugosidades), embora identificadas ao mesmo grupo, que teria se apropriado de algumas e construído outras, ou somente feito outras, deixando as antigas sem uso. É provável que, embora localizadas no mesmo sítio, estas 36 unidades tenham existido momentos diferentes.

A diferença no tamanho das aldeias dos dois grupos pode estar relacionada com o número de membros residentes nelas e com sua circulação no território. Observando a disposição nos sítios arqueológicos das “casas subterrâneas” e como apontado acima de que a ocupação se dava por períodos, sendo uns mais estáveis que outros, podemos compreender esta diferença. As datações obtidas pela arqueologia ainda são poucas e elas fornecem apenas alguns exemplos que atestam que houve uma reocupação em alguns dos sítios pesquisados (...). Com isto, talvez a idéia proposta no presente momento tenha que ser reformulada aproximando de maneira mais concreta as lacunas registradas neste item. Os dados de que dispomos apontam que os membros da tradição Taquara circulariam sazonalmente pelo seu território, os vários sítios arqueológicos registrados seriam o testemunho desta sazonalidade. A sazonalidade é descrita nos relatos a respeito dos Kaingáng como sendo um de seus principais marcadores culturais. Era uma estratégia de manutenção do território e estava diretamente ligada ao sistema cultural desta etnia. (Zuch-Dias, p.189)

Quanto às dimensões, segundo Beber, “variam de pouco mais de 2 até perto dos 20m de diâmetro. Predominam as casas com até 5m de diâmetro, as quais correspondem a cerca de 66,03% dos casos. Vem seguidas pelo intervalo entre 5 e 10m com 27,97%, restando apenas 6,00% para as casas a partir dos 10m de diâmetro” (Beber, p.203). Continua o autor:

Podemos dividir as casas subterrâneas, quanto ao tamanho, em três grupos: casas pequenas, compreendendo diâmetros até 5m; casas médias entre 5,1 e 10m e casas grandes a partir de 10m de diâmetro. (...) para fornecer mais ênfase a nossa constatação, observe-se os sítios em relação à composição: podem estar compostos por casas pequenas (31,51%); médias (19,86%) e grandes (7,53%). Os conjuntos de casas no mesmo sítio podem ser de pequenas e médias (30,14%); pequenas e grandes (2,05%); médias e grandes (4,79%) e pequenas, médias e grandes (4,11%). Percebe-se, portanto, a predominância das casas pequenas, médias e pequenas e médias na composição dos sítios. (Beber, p.203)

Sobre a profundidade das casas:

(...) percebe-se que as casas apresentam predominantemente profundidades até 1m com 69,48% dos casos; entre 1 e 1,5 são 12,56% e entre 1,5 e 2m são 8,74%. Portanto, até 2m de profundidade temos 90,78% das casas medidas. Reiteramos que essas são profundidades tomadas pelos pesquisadores, considerando o estado atual de conservação dos sítios. A profundidade das casas no momento de ocupação era ao menos maior. Nos casos em que foram escavadas, a espessura média observada das camadas arqueológicas fica em torno de 1m. O entulho posterior varia em função das condições de conservação do sítio e do uso do solo. Se foi destinado à agricultura, a camada de entulho pode atingir espessuras da ordem de 50cm, como na casa 12 do sítio RS-A-29 (em Vacaria). (Beber, p. 207)

(...)

Para a relação entre essas duas medidas, diâmetro x profundidade, possuímos as dimensões de 217 casas subterrâneas: nessa amostra a profundidade não é maior que 10% do diâmetro em 79,72% dos casos (173 casas); entre 10 e 20% do diâmetro, 18,43% (40 casas); entre 20 e 30%, 0,92% (duas casas) e entre 30 e 40%, 0,92 (2 casas). (Beber, p.208)

O teto destas residências, possivelmente formado por um esteio central e coberto por palhas, ainda constitui incógnita para os arqueólogos. É possível, contudo, que este telhado seja a única estrutura deste antigo padrão de residência existente ainda nos dias atuais, sendo utilizado pelos indígenas em muitos dos aldeamentos onde vivem. Com tais evidências, as informações arqueológicas mostram-se, pois, de grande interesse tanto para a compreensão dos Kaingáng no contexto etnográfico, quanto – e principalmente – no contexto do estudo de seus assentamentos. Isto porque o foco das pesquisas arqueológicas é justamente a localização dos sítios e a identificação cultural dos grupos que possivelmente legaram tais vestígios.

A última informação sobre a ocupação de casas subterrâneas por indígenas, como vimos, remete ao século XIX e teria ocorrido no município de Vacaria, RS. O desaparecimento deste tipo de habitação teria ocorrido, porém, desde o século o século XVII, sendo atribuído ao contato com o colonizador. Não é identificado ou reconhecido algum evento ou situação específica que tenha levado os indígenas à ruptura com este padrão arquitetônico.

3.5. O registro arquitetônico das palhoças (século XIX)

No século XIX surgem novos registros de habitações Kaingáng, mais identificadas às habitações em palhoças (figura 5), à semelhança de seus aparentados do Brasil central e meridional. As novas malocas indígenas apresentam planta baixa retangular, com telhado de duas águas, totalmente edificadas em palha, o que é talvez o único elemento que denote uma continuidade.

Os registros indicam a moradia em grupos de até 20 pessoas e três famílias nas mesmas residências que por este motivo eram feitas em grandes dimensões, como se pode observar ainda hoje em outros grupos Jê. O engenheiro belga Alphonse Mabilde, que trabalhou para a antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul durante a primeira metade do século XIX nos fornece muitas informações sobre a habitação indígena neste período. Segundo o mesmo:

Os seus alojamentos são formados de ranchos com vários tamanhos e configurações. Todos são cobertos com as folhas de gerivaseiro (*Arecastrum (cocos) romanzoffianum*) ou com fetos arborescentes (*Alsophyla arborescens*). Fazem ranchos de forma prismática a que, entre nós, chamamos de "ranchos de beira de chão". Estes, em geral, são os ranchos dos caciques e dos selvagens que têm mulher em sua companhia. Os ranchos de beira do chão, cuja construção é conhecida, são de tamanhos diversos e proporcionados ao número de indivíduos que deve conter. Em geral, têm mais ou menos de 15 a 25 palmos de comprimento, 10 palmos, mais ou menos, de altura, e de 10 a 12 palmos de largura na base.

Os coroados, que ainda não tem mulher, habitam – cada um só – um rancho formado com um toldo que tem a forma de um quarto de esfera, aproximadamente. Para construí-lo fincam no chão, perpendicularmente, três varas compridas, no mesmo alinhamento e na distância de cinco palmos, uma das outras. Contra estas três varas, assim fincadas, e pelo lado que, depois de pronta a obra, deve servir de coberta, atam com cipó.

Horizontalmente, de dois em dois palmos de distância, pela altura das varas acima, colocam umas varas mais finas ou taquaras, sobre as quais estendem e atam, com as pontas para baixo, as folhas ou palmas de gerivaseiro, para servir de cobertura ao toldo. Concluída esta primeira parte do rancho, em distância de sete palmos, na frente das primeiras varas fincadas, fincam outras três varas e, às vezes, duas somente, sendo então uma em cada extremidade, igualmente em posição perpendicular, e paralelas às primeiras. Depois de bem seguras no chão, umas e outras recurvam aquele toldo feito sobre as três primeiras varas, até que venha a alcançar as varas fincadas na frente, nas quais é atada com cipó, de modo a formar um toldo de quase um quarto de esfera, aproximadamente. Assim têm estes ranchos 10 palmos de comprimento, 7 palmos de largura na base e de 7 a 9 palmos de altura, isto é, do chão até alcançar o ponto em que se acha atada a parte superior que forma o toldo. (Mabilde *apud* Beber, p. 215)

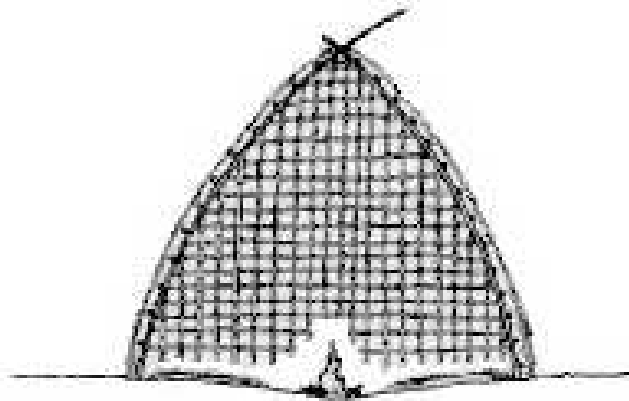


Figura 5: Concepção de palhoça Kaingáng do século XIX.
Fonte: Zuch-Dias, p.154.

Alfredo de Taunay, historiador e ex-presidente da província do Paraná, deixa o seguinte relato sobre a moradia indígena do século XIX, reportando o caráter temporário das mesmas e as motivações para a edificação de novas residências observa:

As cabanas em que moram servem até ficarem inabitáveis por causa da imundície, tanto interna como externa; acham que é mais fácil queimar a velha e construir uma nova do que terem o trabalho de afugentar os bichos dos pés e as pulgas que os atormentam, ou fazer a limpeza necessária para destruírem estes insetos; muitas vezes, sem estes motivos não dura a cabana muito tempo porque; suscitando-se qualquer dúvida entre eles, a primeira vingança que tomam é procurarem queimar a casa do contrário. (Taunay, p.264)

O casamento Kaingáng ocorre sempre entre os clãs diferenciados Kamé e Kanhru, de modo que é sempre o homem quem se muda para a casa do sogro. Se o casal edifica nova residência, esta se situará próxima a esta casa, tendo o homem que se submeter às normas de um ambiente estranho, cujo chefe é de um clã oposto, com o qual possui relação de complementaridade.

A relação com o sogro será de apoio e respeito: na roça, na caça e na coleta, no suprimento de alimentos e financeiro. Os cunhados serão seus aliados nesta tarefa. Entretanto, Soares observa que esta relação tende a se inverter com os anos, com o envelhecimento e a morte do sogro, e com o casamento dos cunhados, passando o marido a assumir a chefia da casa e da família, completando-se com a associação dos filhos ao clã do pai (Soares, p.52).

3.6. A casa do posto indígena (século XX)

O padrão de residência encontrado no século XIX por Taunay e Mabilde desapareceu por completo no século seguinte. Ao identificarem a sucessão de moradias

indígenas, os arqueólogos apontam (e assim a denominam) a casa do posto indígena (figura 6) como substituindo o perfil de palhoças encontrado no século XIX (Zuch-Dias, p.251), reforçando nossa tese sobre a atuação do indigenismo como fator ordenador da organização contemporânea dos assentamentos.

Com as inúmeras incursões de avanço frente a seu território, estes indígenas foram compelidos a territórios cada vez menores, limitando-lhes sua principal característica espacial (mobilidade), o que foi possível após a adoção de diversas estratégias punitivas oficiais ou privadas. Estas incursões resultaram na criação de vazios geográficos em diversas áreas principalmente no sul de São Paulo e Norte do Paraná, ratificada pelos agentes do império e resultando a dizimação de milhares de indígenas.

Conforme Dornelles, a invisibilidade dos indígenas diante do Estado Nacional em formação dava-se através da negação da presença indígena, sendo suas terras consideradas devolutas, legitimando junto à sociedade a colonização regional por contingentes de origem européia.

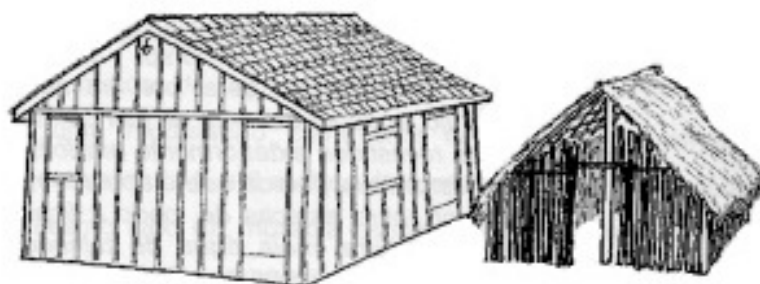


Figura 6: Casa do Posto Indígena. Fonte: Zuch-Dias, p.251.

A negação da presença indígena, segundo a autora, viabilizou a possibilidade de muitos massacres ocorridos principalmente durante a primeira metade do século XIX, principalmente no período ente 1822 e 1845, marcado pela ausência de uma legislação específica para a questão indígena. Segundo Dornelles,

Desde a chegada da família Real em 1808, aumentou a preocupação em povoar áreas ditas desocupadas. (...) A presença indígena não interferiu na ocupação efetiva do território. Houve momentos de brandura e violência no tratamento dos nativos. Inicialmente Dom João VI declarou guerra aberta aos “botocudos”, com a intenção de liberar a região do Vale do Rio Doce (ES) e os campos de Guarapuava (PR) para a colonização. No período imediato à independência ocorreu exaustivo debate sobre a necessidade de uma política indigenista. O deputado José Bonifácio apresentou o projeto mais modernizador: buscava incorporar o índio à sociedade civil através da “*sujeição ao jugo da lei e do trabalho* (...)”. Entretanto, com a outorga da carta de 1824 por Dom Pedro a questão indígena não é mencionada. (...) Manteve-se isenta de legislação até 1845, quando foi promulgado o Regulamento das Missões, único documento geral do império. (Dornelles, p. 28-9)

Neste período se intensificam as ações de violência contra o elemento indígena, justificando invasões de terras por colonos e pelo próprio Estado. Segundo a autora,

a empreitada colonial propiciou a sobreposição de grupos étnicos diferentes sobre o mesmo território, calcada na defesa da idéia de vazios demográficos. Com o aval da ideologia corrente, de ultrapassar esta ‘barreira natural’, iniciou-se o extermínio destes grupos, criando, desta vez, verdadeiros vazios espaciais (Dornelles, p.29).

O esquema a seguir (figura 7) identifica a sucessão da forma de moradia Kaingáng desde o século XXV antes do presente (a.p.) e o processo de territorialização.



Figura 7: Sucessão da moradia e territorialização indígena ao longo dos séculos. Esquema do autor (com desenhos de Beber e Zuch-Dias).

4. Situação contemporânea

Os Kaingáng habitam atualmente, cinco zonas principais, marcadas por pequenas diferenças lingüísticas do Planalto Meridional, do estado de São Paulo até o Rio Grande do Sul. Se distinguem dos Tupi-Guarani, por não ocuparem o litoral, cujos sítios não lhes são favoráveis (vide figura 1). A área mais próxima da costa que ocupam é a Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, que como veremos, corresponde a um novo ponto, introduzido no espaço Kaingáng a partir do século XIX, como imposição política das relações interétnicas e tendo a cidade de Porto Alegre como referência neste aspecto.

Quatro destas zonas se localizam no Brasil: a que se situa ao sul do estado de São Paulo, que não será vista em maiores detalhes, devido às poucas informações disponíveis a respeito; a do centro e oeste do Paraná (Campos de Guarapuava); o oeste de Santa Catarina (Zona dos Faxinais) e o norte do Rio Grande do Sul. Uma quinta zona de ocupação Kaingáng é situada fora do território brasileiro, na região de fronteira entre Paraguai e Argentina. Esta última área não será abordada neste trabalho.

A partir do século XIX o Governo brasileiro efetiva uma política de territorialização que resultaria na dominação completa dos indígenas. O domínio luso-brasileiro foi ampliado, através do perfil colonizador, que como visto no capítulo 2, está representado principalmente através da figura do bandeirante. O “neo-brasileiro”, de origem européia, não traz, contudo, grande novidade neste quadro, se não do ponto de vista produtivo. Assumindo um papel pré-estabelecido, como visto, é limitada sua participação no domínio cultural. A área por onde se estendia o território Kaingáng foi intensamente povoada, seguindo um modelo particular de uso do solo, e cerca de um século depois havia se tornado a região mais desenvolvida do país, segundo parâmetros estatísticos oficiais.

É preciso, porém, ter cuidado com tais afirmações, pois a construção deste desenvolvimento significou a destituição e o massacre dos indígenas, sob o argumento do vazio demográfico. Suas terras foram, em seguida, colonizadas por imigrantes europeus que em sua maioria, vinha de situações muito adversas em seus países de origem. Lembremos Flavio Kothe: “*nenhum migrante é bem vindo, nem em seu país de origem, nem nas novas ‘pátrias’*” (Kothe, p.24). Segundo este autor, o papel destinado

aos imigrantes no Brasil corresponde justamente ao arquétipo desejado pelas elites brasileiras, não trazendo fato novo, mas adequando-se ao perfil previamente construído.

O modelo de território ali empreendido é também o que se tem buscado propagar para o restante do país, desde sua implantação a partir da segunda metade do século XIX, quando logo após o desbravamento da área estimulou-se a sua colonização por imigrantes de origem européia. Veremos o processo de colonização em momento oportuno.

Além da língua aparentada, os Kaingáng apresentam algumas características comuns aos demais Jê, como o perfil caçador-coletor e o nomadismo no interior de áreas bem delimitadas, geralmente por condições eco-geográficas favoráveis. A coleta era de maior importância e principal fonte de alimentos, enquanto que a caça constituía uma atividade tipicamente masculina, mas de importância complementar. Outra atividade muito importante dentre os Jê é a pesca. Entre os Kaingáng, contudo, esta tem tido importância cada vez mais reduzida, devido ao fato de suas áreas delimitadas possuírem poucos cursos d'água.

4.1. Estabelecimento dos aldeamentos entre os Kaingáng

A rede de assentamentos Kaingáng foi estabelecida com base na sua localização durante o século XIX, e pode ser compreendida à semelhança do que observou Sá para os Xavantes: cada aldeia constitui uma comunidade autônoma em relação às demais (Sá, p.43), o que não conflita com a informação arqueológica apresentada no capítulo 3 (organização por caciques). As relações entre aldeias são estritamente políticas, simbolizadas através de trocas diversas (exogamia) e de relações de afinidade. A condição nômade, entretanto, permaneceu, sugerindo sempre a edificação de assentamentos com duração efêmera, inclusive porque a maioria desses sítios era utilizada para ocasiões específicas, como grandes pescarias e caças, ou para a coleta de frutos, como o pinhão, por exemplo.

Entre os Kaingáng, estas unidades, situadas ao longo da área de ocupação original, constituem a base para a atual delimitação de seus territórios, que correspondem apenas às áreas circunvizinhas dos locais onde se localizavam os assentamentos no momento da demarcação. Isto pode ser observado na disposição geográfica das terras indígenas Kaingáng, que constituem meros fragmentos na escala ao milionésimo, utilizada para representá-las em conjunto num mapa (figura 8 e 9).

Cada Terra Indígena (TI) contempla apenas um assentamento principal e no máximo um secundário (como em Apucarana). Em todas elas há habitações distanciadas do núcleo principal, formado por pequenos grupos domésticos. Quando há disponibilidade de terras, as famílias indígenas cultivam alguns tipos próprios de milhos e tubérculos, que demandam alguns meses anuais de trabalho. Outro cultivo típico encontrado é a tríade mate-mel-pinhão, praticada nas áreas com predomínio da Floresta de Araucária.

A territorialização não indígena consolidou-se na região durante o século XIX, com a abertura de estradas e o surgimento de cidades regionais, das quais as mais importantes foram certamente Guarapuava e Londrina, no Paraná; Passo Fundo, no Rio Grande do Sul e Chapecó, em Santa Catarina. Ocorreu em seguida o processo de colonização por europeus que deram início à ocupação econômica da região com base na produção de grãos.

Esta produção foi favorecida pela excelente qualidade agrícola dos solos basálticos, que prevalecem em todo o planalto, e ainda pelo perfil geomorfológico em patamares, com amplas áreas planas que outrora favoreciam a tração animal e possibilitam a mecanização dos dias atuais. Com o aval do SPI, que estabeleceu formalmente as bases da territorialização junto aos indígenas, o modelo de integração por meio da agricultura se consolidou entre os Kaingáng, graças ao conhecimento e à utilização das formas ancestrais de organização indígena. O processo histórico se desenvolveu por articulações diretas entre agentes estatais e indígenas (caciques), estabelecendo uma ordem territorial estável e difícil de reverter sem confrontar as próprias regras comunitárias de sociabilidade.

As áreas que constituem o foco da presença indígena variam de acordo com cada grupo. Relatos dos séculos XIX sugerem localizações específicas para cada subgrupo Kaingáng. Inicialmente, as informações conhecidas davam conta de que habitavam prioritariamente as áreas superiores dos platôs descritas no item 3.3.

As principais bacias onde se localizaram os registros de ocupação Kaingáng são: Jacuí, Uruguai, Iguaçu, Piquiry, Ivaí, Paranapanema, Tibagi, Laranjinha e Tietê, o limite máximo ao norte. Junto com os rios menores, estas bacias ou os platôs de que se formam nos seus interflúvios constituem o foco das áreas de dispersão e de localização Kaingáng, especialmente o Uruguai, o Piquiri e o Ivaí. Próximo ao Tietê localizam-se

apenas as TI Icatu e Vanuire, em SP. Muito provavelmente, áreas próximas a outros rios regionais importantes, ligados a uma das bacias acima, foram abandonadas pelos índios, não havendo mais assentamentos nas mesmas.

É possível que os historiadores do século XIX não estivessem enganados: estando já aldeados os *Camés e Votorões* (Kanhrus) nas áreas planas (campos de Guarapuava), que era também o foco de suas migrações, os Xokrens habitavam as áreas mais serranas do interior de Santa Catarina e os *Tavens* e os *Dorins*, menos afeitos aos contatos com os não índios, viviam nas áreas de encosta: os primeiros por larga área, e os segundos, próximo ao rio que lhes dera nome, no Paraná. A ausência de registros precisos sobre seus aldeamentos nos permite sugerir a inexistência de aldeias.

Os Dorins e os Tavens correspondiam a tribos Kaingáng ainda não aldeados, ao passo que os Xokrens, apesar da proximidade lingüística, correspondem a povos com localizações e características bem distintas dos Kaingáng. Os segundos usam o Bodoque, adereço de madeira em perfuração labial, motivo pelo qual foram chamados muitas vezes de Botocudos, ao passo que os Kaingáng foram e ainda são conhecidos como Coroados, devido ao corte de cabelo à semelhança de coroas.

Sobre as denominações dadas aos diferentes grupos indígenas, apesar da diversidade de povos, os nomes eram muito comuns – em alguns casos os mesmos – em diversas regiões do país. Detecta-se a presença de botocudos em Minas Gerais, no Norte e no Nordeste, e ainda “bugres” ou “xavantes” são denominações dadas a povos distintos em diferentes localidades. Os próprios autores destacados chamam a atenção para este fenômeno, alertando para confusões possíveis.

As maiores Terras Indígenas (TI) Kaingáng são Marrecas, no Paraná, e Nonoai/Rio da Várzea, no RS, que apresentam áreas superiores a 16 mil hectares cada. As demais medem cerca de 3000 hectares, sendo que as menores possuem em média 500 hectares. A menor de todas as áreas é a TI Kaingáng de Iraí, no município de mesmo nome, no RS, com área de apenas 279 hectares, onde vivem cerca de 50 famílias, segundo informações do Posto da Funai. Além de limitada, esta área é bastante acidentada e apresenta terreno pedregoso, tornando-a imprópria para a agricultura. Os Kaingáng de Iraí vivem principalmente da comercialização de artesanato, de apresentações culturais nas escolas públicas e particulares regionais e ainda do apoio que lhes é oferecido por Organizações Não Governamentais. Alphonse de Taunay

distingue muito bem o perfil sócio-cultural dos Kaingáng com os Guarani, e entre estes e os territórios onde se situam:

Esta consideração nos parece de algum, não elevado, valor na debatida questão das missões, devendo ella contrariar as pretensões argentinas de que aquelle território de longuíssima data pertencia às raças sujeitas ao domínio espanhol e que habitavam para lá do grande rio (Paraná). Não; de todo tempo constituiu essa divisa uma fronteira natural, e tão poderosa que os nômandes de uma outra margem assinalavam a sua presença; cada qual na sua zona de *vagabundagem*, sem transporem nunca aquella linha de separação. Assim, todas as denominações de logares, rios, córregos e campos do lado brasileiro são de origem e feição Kaingáng, mais chegados ao *Tupi*, ao passo que do outro, tomaram o caracter e typo meramente Cayuá e Guarany. (Taunay, 1888, p.254¹¹)

Vemos com isso que, estrategicamente, as zonas de territorialização indígena foram largamente utilizadas com a finalidade de resolver os conflitos territoriais entre o Brasil e os países vizinhos, como foi comum em diferentes regiões fronteiriças ao longo do país.

Nos relatos de sua experiência como presidente da província, Taunay descreve os seus primeiros contatos com os Kaingáng, alguns meses após a criação da província e a sua nomeação para o cargo:

No dia 16 de julho (de 1809) é que se apresentaram os primeiros índios, em número de 30 ou 40, mostrando disposições pacíficas, que mais ou menos sempre mantiveram em relação aos portugueses. Estes souberam aliás aproveitar as guerras e inimizades entre as diversas tribus indígenas, prolongando-se elas de 1812 a 1825, e de certo modo não faltaram cenas de horror e selvageria entre os aldeados (camés e votorões) e os dorins, distinguindo-se na prática de pavorosos crimes o Cacique Capitão Luis Tigre Gacon. (Taunay, p.271)

Cerca de dez anos depois, através do Alvará de 12 de novembro de 1819, executado um ano depois, foi fundada no oeste do Paraná a Freguesia de Belém, hoje Guarapuava. Desde então, o contato com os indígenas foi freqüente, sempre buscando-se inibir suas “andanças” e “perambulações” por meio dos aldeamentos. A utilização dos aldeados foi fundamental neste sentido, já que constituíam fontes seguras de informação sobre os índios que viviam no mato, como demonstram o depoimento de Alfredo de Taunay, e ainda o texto seguinte, escrito em 1842 pelo Padre Chagas Lima, que participara do desbravamento comandado por Taunay: “*seria de grande avanço se esta horda se unisse aos Camés e Votorões (aldeados). O comandante local e o missionário os recebia com toda a benignidade e davam-lhe bom tratamento nos dias que se demoravam*” (Lima, p.50). Continua o Padre:

¹¹ Nesta com nas demais referências procurou-se manter a forma original do texto consultado.

O único meio de aldeal-os e fazer às suas supplicas será o de aldeal-os no campo das Laranjeiras (...) fizeram três visitas amigáveis no ano de 1826, a 21 de março, 7 de maio e 3 de julho à freguesia (Guarapuava), demorando-se na primeira sete dias, na segunda, vinte e dois e na terceira onze. Eles representaram pacificamente que seus intentos e supplicas eram o de serem admitidos à nossa sociedade, e aldeados como os Camés. (...) São geralmente debochados, ocupam-se da pesca, caça e dança. Há dificuldade de em los desarraigar de seus vícios antigos e deboches em que vivem engolfados; são cruéis, vingativos, ávidos em derramar sangue humano, não tem chefes nem dão mostras de religião. (Lima, p.52)

Como é evidente, o Padre reporta-se aos Dorins, último grupo Kaingáng a ser contactado e estabelecer relações freqüentes com os brasileiros. Os Campos de Guarapuava constituíam (e ainda hoje constituem) áreas de grande concentração de indígenas, ao mesmo tempo em que se configuravam como área de especial interesse brasileiro para a consolidação de sua territorialização no sul do país, já que faziam a ligação do interior de São Paulo ao Rio Grande do Sul.

4.2. Metades exogâmicas e organização espacial

A divisão em metades exogâmicas constitui uma das características principais dos Jê, como Kamé e Kanhrú entre os Kaingáng, ou Títère, entre os Crahô, etc. A estas metades se identificam certo número de famílias, e a organização das aldeias – notadamente as circulares – segue geralmente esta referência dualista, conforme identificou Lévi-Strauss entre os Bororo, em noção que continua sendo aceita por diversos pesquisadores. Segundo este antropólogo, em cada lado da aldeia reside um dos líderes clânicos, a partir de onde se edificam as moradias das famílias ligadas ao clã.

A aldeia se forma desde a primeira residência de cada lado até que seja fechado o círculo, tendo, pois, dois pólos opostos e articulados, que se estruturam a partir dos casamentos preferenciais inter-clânicos. Isto, entretanto, não verifica entre os Kaingáng, onde a organização espacial é linear e dispersa, parecendo não seguir padrão algum. Não há relação entre os clãs Kamé e Kanhrú com a ocupação de um lado ou outro da rua que se forma nas aldeias. Soares, sobre a organização da aldeia Kaingáng, observa:

As diferenças observadas entre Kaingáng e Xavante encontram-se mais na organização física da aldeia do que na ordem social. Enquanto para o Xavante os ditames da ordem social perpassam por grandes casas comunais e aldeias em formato de semicírculo, para os Kaingáng as habitações não parecem tão grandes e se encontram espalhadas pelo terreno, ao que se sabe até o momento, sem uma ordem definida. O tipo de estrutura da aldeia demonstra uma adaptação do Jê Meridional à geografia e à vegetação da Região Sul, com planaltos íngremes de matas fechadas, diferindo do bioma do cerrado, fazendo com que o grupo se veja na necessidade de interagir com outras formas de construção. Mesmo com essas diferenças físicas ligadas a concepção da aldeia, as regras que norteiam os princípios da organização se mantêm entre o Kaingáng ao longo de sua migração para o Sul. (Soares, p.64)

O aspecto mais importante da organização espacial dos Kaingáng no nível do assentamento é o fato deste se organizar principalmente em função do Posto Indígena (PIN) e das outras formas não-indígenas presentes no espaço das aldeias, como escola e Posto de Saúde. A razão principal desta organização é o fato de que a política indigenista se legitimou ao lançar mão de estratégias assistencialistas, como a distribuição de alimentos através do sistema do panelão, que levou os indígenas à dependência completa em relação ao agente indigenista.

O PIN está relacionado geralmente ao controle das atividades agrícolas e às demandas assistencialistas procedentes das aldeias e passa a ser o provedor do assentamento, trazendo alimentos, ordenando o espaço, viabilizando a roça e também a granja ou a lavoura comunitária, que é implantada nos moldes convencionais da agricultura capitalista, embora no interior da área indígena demarcada. As residências edificadas próximas ao PIN asseguram mais vantagens para os indígenas, maior participação no controle da Terra Indígena e participação nos lucros auferidos com a produção agrícola. Aqueles que desejam maior afastamento destas questões do PIN instalaram-se nas áreas periféricas no interior da TI, justificando a existência de residências isoladas ou pequeno assentamento nestes locais.

O padrão verificado atualmente é em sua totalidade legado dos colonos regionais, que em alguns casos tiveram de abandonar suas residências com a criação das Terras Indígenas. Em outros casos a arquitetura segue um mesmo padrão, tendo sido edificadas por brancos. Constituem *rugosidades*, conforme proposição de M. Santos (2008), já que são registros de uma lógica espacial estabelecida por agentes não indígenas, e desempenham atualmente a função de reprodução da sua própria lógica produtiva, operando assim a continuidade de um sistema agrícola inserido nas aldeias.

O assentamento, organizado em função do PIN, é localizado próximo a uma praça onde se organizavam os rituais registrados por Baldus e Nimuendaju no início do

século XX. Este último registrou ainda a presença de um tronco e de uma prisão. Próximo a esta, nota-se a presença da escola, igrejas, posto de saúde e pequenos comércios, dos próprios indígenas. Ao que parece, não há um padrão típico de habitação Kaingáng, sendo possível apenas afirmar a preferência destes por locais mais altos, conforme legado da Tradição Taquara.

A arquitetura contemporânea, em contraposição aos estilos anteriores, associados de alguma forma às características indígenas, é desta vez identificada por arqueólogos como “*arquitetura do posto indígena*” (Zuch-Dias, p.154), reforçando a influência do indigenismo como ordenador da cultura material dos indígenas.

Os sítios preferenciais a serem ocupados pelos indígenas são sempre os platôs do planalto, pois o acesso às áreas de caça e o cultivo de suas pequenas roças tradicionais é mais fácil. Esta ocupação nos platôs é bastante antiga, remontando à época da moradia em buracos. Estes nunca se situavam muito longe de locais de banho e de obtenção de água, estando sempre próximos a banhados ou arroios (Zuch-Dias, p.156). Outros segmentos Kaingáng, por sua vez, interessam-se mais pelas áreas de encostas próximas aos vales, devido à maior facilidade na realização de coletas e caças. Estes muito possivelmente eram aqueles identificados no século XIX como os Dorins e Tavens, que hoje sabemos, constituem sub-clãs do grupo, menos dados ao contato e ao estabelecimento de relações formais com os não-índios. São estes, possivelmente, os que buscam moradias mais distantes do posto indígena.

A existência de divergências internas é outro aspecto comum às comunidades, resultando, ainda nos dias atuais, no deslocamento de famílias inteiras de uma a outra terra ou assentamento. A Funai muitas vezes oferece apoio às vítimas desses conflitos, transportando-os de uma aldeia para outra. Todavia, ao chegarem em novas aldeias, estas famílias são frequentemente marginalizadas, sem direito a terras para o cultivo de suas roças, passando a depender de favores e auxílio obtidos com as relações de parentesco e afinidade, dominantes entre os indígenas. Na maioria dos casos estas cisões se devem a divergências relacionadas com o uso do território. A lavoura comunitária, por exemplo, em muitos casos acaba por beneficiar apenas ao cacique e a seus parentes e afins, apesar das inúmeras críticas dos grupos contrários a esta lógica.

Em alguns casos não há disponibilidade de terras para a realização de pequenas lavouras, o que impede as famílias de fazerem suas roças alimentares,

basicamente de milho, inhames e feijão. A principal fonte de renda dos Kaingáng é a comercialização do artesanato que produzem, geralmente vendido nas próprias aldeias a visitantes – antropólogos, pesquisadores e funcionários da Funai, dentre outros; ou nas cidades vizinhas, onde participam de eventos e feiras populares.

O artesanato mais confeccionado são as cestarias, produzidas a partir de vários cipós e taquaras (*mrur*) e estilizados de acordo com os padrões geométricos que lhes são peculiares. Além dos cestos produzem adereços e outros artesanatos exclusivamente voltados para a venda. Um dos pontos de maior visibilidade do artesanato Kaingáng é a feira da Redenção, em Porto Alegre. É comum encontrá-los em outros municípios da região, principalmente em locais turísticos, como no litoral de Santa Catarina ou nas festas tradicionais das colônias européias.

4.3. O processo de re-territorialização

Os assentamentos indígenas localizam-se em áreas próximas às cidades regionais, situadas geralmente de 5 a 15 quilômetros das mesmas. É constante a presença de indígenas nas cidades, como igualmente a de não-índios nas terras indígenas.

Os indígenas se dirigem às cidades com a finalidade de obter alimentos, serviços bancários e assistenciais que não envolvem a atividade da Funai, e apenas eventualmente para a comercialização artesanatos, já que nas cidades regionais há alguma resistência contra a cultura dos mesmos. Por sua vez, a presença de não-índios nas aldeias se deve principalmente aos agentes públicos que realizam trabalhos junto aos índios, encabeçados por Funai, Funasa e Governos estaduais. Outros colonos regionais se dirigem às terras indígenas com vistas a obter influências e a realizar negócios.

Numa análise de dados da Funai, observa-se que a situação fundiária da grande maioria das áreas foi regulamentada em períodos recentes: das 28 unidades com situação fundiária definida, apenas 13 (treze) delas possuem registro no Sistema do Patrimônio da União, e dentre estas, a mais antiga, Queimadas, no Paraná, foi registrada no ano de 1991, com 3.077 hectares. Em 1994 seguiu-se o registro de outras cinco: Iraí, Carreteiro, Inhacorá e Ligeiro no Rio Grande do Sul e Toldo Chibangue, em Santa Catarina, totalizando 9.280 hectares.

No ano de 1996, foi registrada a TI Tibagy, no Paraná, de cerca de 850 hectares e, num contexto diferenciado, foi cedida a área onde se situa a Comunidade Indígena da Lomba do Pinheiro, em bairro homônimo de Porto Alegre. Em 1998 foi registrada a TI Barão de Antonina no Paraná, com 3.750 hectares; e em 1999 Ivaí, no Paraná, com cerca de 8.000 hectares, e Monte Caseros, no Rio Grande do Sul, com 1.100 hectares. A estas juntaram-se em 2002 o Votouro, no Rio Grande do Sul, com 3.350 hectares, e Pinhal, em Santa Catarina, de 880 hectares. E por fim, Nonoai, no Rio Grande do Sul, foi registrada em 2003, com 16.415 hectares (maior área Kaingáng) e Vanuire, em São Paulo, com 708 hectares, foi registrada em 2004.

Em grande parte destes casos, a regularização não significa que os assentamentos indígenas datem dos períodos sugeridos. Estes dados informam apenas o período em que a situação fundiária foi regularizada. Grande parte destas áreas haviam sido integradas às políticas oficiais de colonização, sendo que a ocupação agrícola do solo remonta a esta época. Como os indígenas eram impedidos pelos colonos de caminharem nas mesmas, eles se dispersaram nas áreas de matas, onde obtinham cipós, taquaras e remédios.

Muitas das áreas indígenas, contudo, tem limites propostos desde os períodos do SPI, sendo que até o Estatuto do Índio, de 1973, não havia uma política clara para as terras indígenas ou tampouco um instrumento jurídico. As terras eram demarcadas por uma atuação conjunta entre o SPI e as Unidades da Federação, que cediam as terras. E de fato, apenas com a Constituição Federal de 1988 é que foi estabelecida a obrigatoriedade de que as áreas indígenas sejam tombadas junto ao Sistema do Patrimônio da União, motivo pelo qual apenas em 1991 é registrada a primeira área Kaingáng.

Muitas delas tiveram ou passam ainda por um processo de revisão de seus limites, através do fortalecimento das políticas de demarcação das terras indígenas, que se ampliou na década de 1990, como reflexo dos direitos territoriais assegurados aos índios por via constitucional.

Além das áreas de ocupação e de presença consolidada, como Palmas, Chapecó, Votouro, Cacique Doble, dentre outras, isto gerou um movimento intenso da parte dos indígenas, com vistas à recuperação dos seus territórios antigos. Esse movimento logrou êxito em termos unitários – atualmente são 35 as áreas indígenas

Kaingáng ligadas ao Sistema de Terras Indígenas da Funai –, mas numa perspectiva maior, consolidou-se sob a forma de fragmentos territoriais (ver figura 9). Como não há contigüidade entre essas ilhas, é impossível a qualquer índio ir de seu toldo a outro sem ter que sair de sua Terra Indígena.

A luta pela recuperação de seus territórios operou junto aos Kaingáng um movimento de fortalecimento da identidade, que levou parentes de inúmeras aldeias a se juntarem com vistas à demarcação de uma ou outra área, inclusive a superar disputas políticas internas e a fazer prevalecer a identidade indígena sobre as divergências internas. Existe

Com isto, muitas áreas foram retomadas após terem sido ocupadas pelos colonos por várias décadas. Muitos líderes indígenas apropriaram-se de residências já edificadas nas TI, e outras estruturas foram herdadas e aproveitadas pelas comunidades, como galpões agrícolas e os próprios campos de cultivo, que na maioria dos casos foram mantidos, embora não correspondendo a uma prática típica Kaingáng.

Os assentamentos, pois, se organizam, nestes casos, a partir das *rugosidades* espaciais que ali restaram, sejam elas decorrentes dos projetos de desenvolvimento implantados pelo SPI, sejam as formas edificadas pelos próprios colonos e refuncionalizadas pelos indígenas, que as adaptam a seus padrões. As casas de antigos agricultores colonos foram apropriadas pelos índios, e em alguns casos, governos estaduais apoiaram a construção de casas similares.

Após um século e meio de organização territorial precária, não sobrou aos Kaingáng resquício algum de seus padrões tradicionais de arquitetura nem de sua organização espacial: ambos agora se produzem com base nas estruturas territoriais herdadas de períodos anteriores nos quais tiveram suas manifestações culturais bastante restringidas por ações oficiais que pretendiam aldeá-los.

A luta pela demarcação de terras lhes impôs um novo padrão de moradias provisórias, edificadas próximo às estradas regionais das terras reivindicadas. Constitui uma ruptura imposta pela presença do civilizado à qual não estão ainda devidamente adaptados: trata-se de habitações muitas vezes precárias, feitas com lonas, piso batido e fogo interno. Em geral bastante frias, provocando inúmeros problemas respiratórios e seus moradores e principalmente crianças.

Ao fundo ou à frente das residências edificadas se encontra um pequena área, onde esquentam a fogueira e recebem os visitantes. Já não tem mais a mesma importância de outros tempos, quando constituía o espaço social da casa. A sociabilidade noturna, encontra-se bastante prejudicada, já que não há lugar para o fogo no interior das casas, e este não é suficiente para aquecer todos à noite durante as baixas temperaturas de inverno. Não há cantorias, não há mais a narração de histórias. Televisores e aparelhos de som substituem estas práticas.

No interior das áreas indígenas, estradas anteriormente abertas interligam as cidades vizinhas, nas quais localizam-se os limites das terras. A TI Votouro, por exemplo, é cortada por uma via que liga os municípios de Benjamim Constant do Sul e Faxinalzinho, situando-se o assentamento na metade do caminho entre ambas. É constante o fluxo de veículos nesta via. Nos platôs entre os rios Passo Fundo e Lajeado Grande, todos na bacia do Uruguai, a disposição das residências dá-se de forma linear, próximo ao cruzamento principal que se forma quando a estrada intermunicipal, que corta a área de noroeste a sudoeste, encontra uma vicinal aberta pelos ainda colonos que corta a área no sentido leste-oeste, dando acesso às áreas de intensa atividade agrícola, de um lado (leste), e à Barra Seca, de outro, onde se localizam as áreas mais pedregosas e menos favoráveis à agricultura de larga escala.

Não sendo esta área apta para a agricultura dos colonos, por seu relevo mais acidentado, com muitas áreas de declividade superior a 45 graus, é nela que foram conservadas as maiores áreas de mata da região, constituindo também territórios de caça e coleta dos indígenas. Relatos apontam para a grande diversidade da fauna silvestre no local. Remanescem também pequenas roças indígenas, e a sudoeste da área, na parte mais alta, localiza-se uma pequena área de Guaranis, que possuem basicamente cultivos de milho.

Em torno do cruzamento principal do Votouro, um pequeno campo de futebol forma uma praça. Esta praça é cortada a leste pela estrada intermunicipal, à margem da qual encontram-se duas igrejas (uma católica e uma evangélica), e ainda um pequeno comércio indígena e algumas casas.

No sentido sudoeste, rumo a Benjamim Constant, situa-se a escola, e apenas mais três ou quatro casas de cada lado, dispersas com distância superior a 50 metros

cada uma. Ao todo, podem se contar cerca de 40 ou cinquenta residências no interior da área, sendo que apenas algumas delas situam-se distantes do assentamento.

O Votouro é um dos aldeamentos mais antigos conhecidos, muito embora sua regularização fundiária seja recente. No que diz respeito à arquitetura das residências, ela é muito similar ao padrão observado por Lilian Simões em seu estudo sobre as moradias indígenas da aldeia Apucarana, no Paraná, realizado em 1989, cujos modelos identificados são agora reproduzidos pelos próprios indígenas, por serem assimilados como de melhor qualidade, uma vez que é feitos por não-indígenas. Escola e Posto de Saúde foram erguidos por instituições próprias, e ambos possuem arquitetura feita com uso de alvenaria e tijolos, distinguindo-se, pois, da que fora legada pelos colonos, que se utiliza geralmente apenas de madeira.

Por fim, observa-se que o padrão de organização encontrado é muito semelhante ao de uma vila rural sulina, a não ser por seus habitantes, pela língua falada, e pela quantidade de artesãos que ali são encontrados. Em outros casos, entretanto, embora tenham os índios se apropriado de benfeitorias existentes nas áreas (casas, galpões, etc), como no Votouro, programas oficiais tornaram possível a construção de novas casas. Isto ocorreu em Apucarana, na década de 1970 (em acordo firmado vinte anos antes), e no Cacique Doble, na década de 1990.

Nestes casos, o projeto das casas não observou a peculiaridade indígena, a necessidade de um espaço para o fogo (figura 22), e com isso, perdeu-se a possibilidade de uma arquitetura mais próxima dos valores destes índios. Novamente se verifica a organização dos assentamentos em função do sistema viário pré-existente, o que é ratificado com a instalação do PIN e da escola nos mesmos locais, segundo uma lógica não indígena de organização espacial.

Figura 8: Área de perambulação Kaingáng e terras indígenas do planalto meridional e terras indígenas do planalto meridional. Mapa do autor.

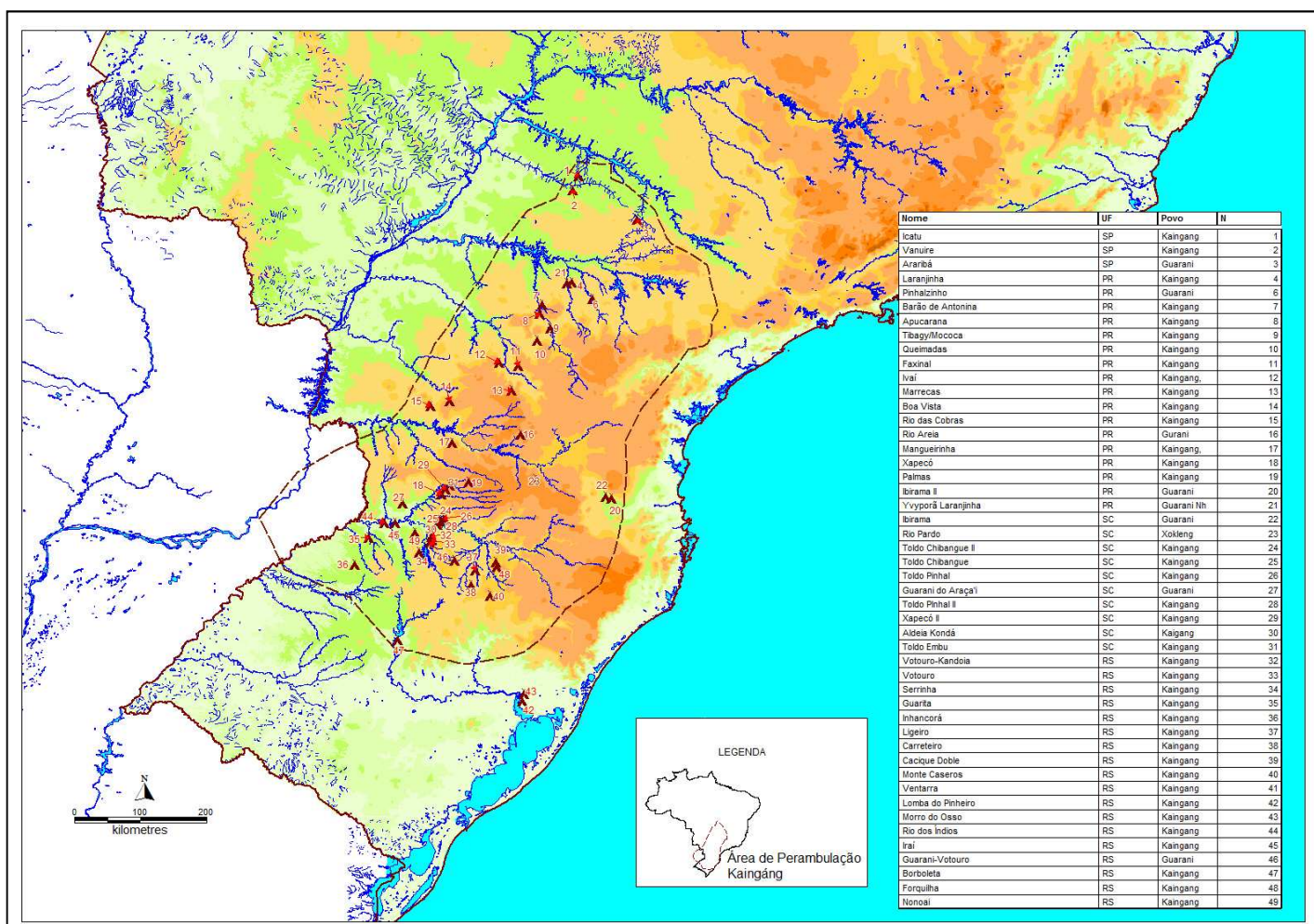
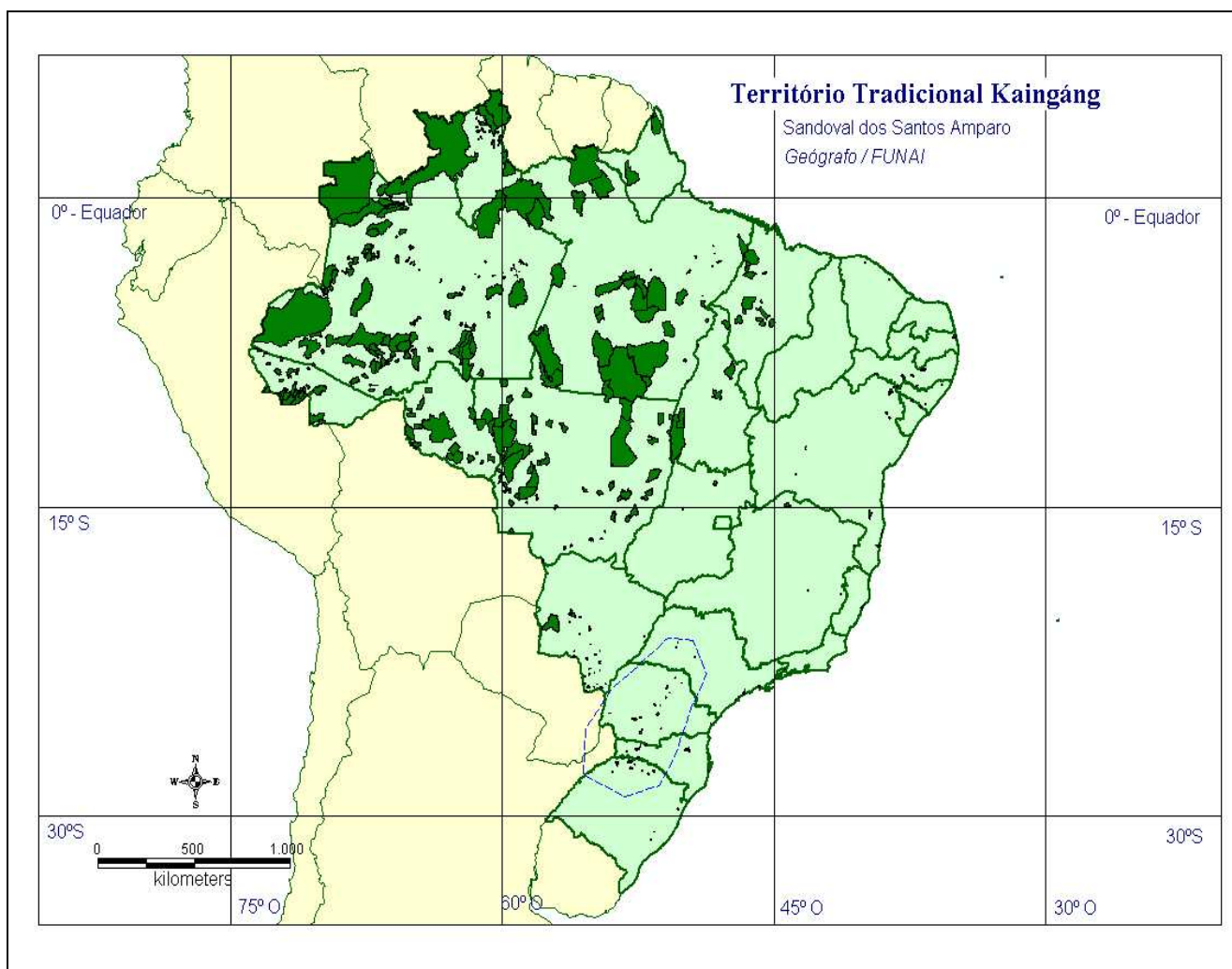


Figura 9: Território de ocupação original Kaingáng no contexto das TIs do restante do país. Mapa do autor.



4.4. Três assentamentos indígenas

A localização atual das Terras Kaingáng dá-se em todo o Planalto Meridional, desde o estado de São Paulo até Rio Grande do Sul, em cinco zonas principais, marcadas por pequenas diferenças lingüísticas decorrentes do afastamento geográfico. Quatro destas zonas se localizam no Brasil: a que se situa no estado de São Paulo não será vista em maiores detalhes, devido às poucas informações que temos sobre a mesma; a do centro e oeste do Paraná (Campos de Guarapuava); o oeste de Santa Catarina (Zona dos Faxinais) e o norte do Rio Grande do Sul. Uma quinta zona de intensa ocupação Kaingáng localiza-se fora do território brasileiro, na região de fronteira entre Paraguai e Argentina, que também não será abordada.

Os indígenas conseguiram manter sobre seu controle pequenas áreas dentre estas. A redução territorial foi significativa e um dos grandes problemas indígenas é a restrição territorial imposta por um rígido sistema de propriedade privada que se instalou no interior de suas antigas áreas de perambulação. Dentre estas áreas a Lomba do Pinheiro apresenta situação diferenciada, situada em área urbana, e fora da área de perambulação original. Seu surgimento remete a um contexto diferente dos demais, sem deles estar dissociado, como será visto.

Dentre as áreas de domínio cultural Kaingáng, estudaremos três delas: TI Votouro, Lomba do Pinheiro e TI Apucarana. Cada uma destas áreas nos permitirá aprofundar uma escala específica de interpretação: doméstica, da aldeia e territorial. A escala simboliza uma relação entre um fenômeno e um determinado espaço em que ocorre.

Deste modo, os fenômenos de uma escala sempre estão, de algum modo, relacionados aos de uma outra escala, que pode ser superior ou inferior, nos possibilitando compreender suas dinâmicas em termos gerais e específicos. As mudanças no interior da residência indígena estão ligadas a uma série de dinâmicas territoriais externas que chegam à aldeia de diferentes maneiras, e quando estes permitem, acessam o interior de suas casas.

Nossa aldeia referencial será o toldo Votouro, situado no norte do Rio Grande do Sul. Desde a dinâmica observada nesta aldeia iremos obter generalizações que cremos possam ser extendidas a outras aldeias, haja visto o território seguir dinâmicas

muito similares nas outras regiões, justamente por estarem articuladas a uma mesma política ordenadora.

Votouro

O toldo **Votouro** localiza-se na Terra Indígena de mesmo nome, localizada entre os municípios de Faxinalzinho e Benjamim Constant do Sul, na região norte do Rio Grande do Sul (Figuras 10, 11, 12 e 13). Seus rios são ligados à bacia hidrográfica do Uruguai, e seguindo este rio direcionamento leste-oeste, todas as suas sub-bacias e unidades hidrográficas seguem direção Norte-Sul, Nordeste-Sul ou Noroeste-Sul, em Santa Catarina; e Sul-Norte, Sudoeste-Norte ou Sudeste-Norte, no Rio Grande do Sul. O **Votouro** encontra-se no interflúvio entre dois braços locais do rio Passo Fundo, na seção Barra Seca (área serrana, no oeste da área, com altitude do assentamento de cerca de 1200m); e pelo lajeado Grande a leste, que faz a divisa da área com os municípios de Erval Grande e São Valentim.

Segundo os índios, os territórios sob domínio do antigo Cacique **Votouro** iam do atual sítio até o local que leva o nome indígena de **Goio-en** na confluência dos rios Passo Fundo e Lajeado Grande, cerca de dois quilômetros do Uruguai e da divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo os índios. Neste local se situava o mais importante assentamento de pesca e era também um dos locais de mais fácil passagem para a outra margem do rio, onde se localizam outras áreas importantes (**Nonoai** e **Serrinha**). O **Goio-en** é um pequeno povoado de colonos.

O terreno atual da TI **Votouro** apresenta altitude média de 800 metros na parte oeste, cm relevo suave-ondulado, e 1.300 metros na parte leste. A área indígena possui ao todo 3.341 hectares, dos quais a seção Barra Seca (situada a oeste da área), que compreende cerca de um terço da área, é a única que não apresenta solos favoráveis à agrícola mecanizada. Segundo a Funai, a localização de indígenas nesta localidade é conhecida desde o século XIX e em 1902, foram contabilizados cerca de 600.

Em 1918, a Comissão de Terras de Erechim demarcou uma área com 3.100 hectares, entretanto, em despacho no processo nº 15.703/61, o governo do Estado subdividiu a área, fixou 20 hectares por família indígena, totalizando 1.440 hectares. Destinou 980 hectares para colonização e 630 hectares para reserva florestal, ambos localizados na Seção Barra Seca. Onde o relevo acidentado inviabiliza a produção agrícola em larga escala se destacado a produção de uvas e vinhos artesanais, além de

refúgios florestais. Em 1968, quando a administração da área passou para a Funai, o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária entregou ao órgão indigenista 1.585 hectares¹².

Em 1993, a comunidade indígena bloqueou a rodovia de acesso a São Valentim e reivindicou o restante das terras. Através de portaria nº 969, de 30/09/93, determinou a identificação, a delimitação da terra indígena e o levantamento fundiário dos ocupantes não-índios. Porém, foi realizado apenas o cadastramento dos ocupantes e o levantamento das benfeitorias. Em 1995, após novo bloqueio da rodovia, foram liberados recursos para o pagamento das indenizações a comunidade indígena foi reintegrada na posse de suas terras, os limites finais da área foram demarcados no final dos anos 90, e em 4 de junho de 2002 a área foi finalmente tombada no registro Único de Bens da União, integrando definitivamente ao Patrimônio Público, nos termos do Artigo 231 da Constituição Federal.

Os cultivos agrícolas com finalidade comercial se localizam, em sua maioria, nas áreas a norte e leste da aldeia, que é formada pelas áreas de relevo mais suave e mecanizável e o traçado do assentamento dá-se em torno das vias de ligação entre as diferentes vias citadas. Localiza-se numa região típica do planalto meridional brasileiro, parte em terreno alto suave-ondulado, utilizado com lavouras mecanizadas, outra em área serrana. Seus rios seguem todos o padrão de cânions (conforme descrito na página 7) e sua formação florística tem o predomínio de Araucárias nas áreas suaves, e do cedro nas outras áreas de relevo ondulado, onde predominam também as áreas de mata e lavouras familiares.

As Araucárias predominavam nas áreas planas e que agora foram substituídas quase totalmente pelos campos de soja, trigo, milho e sorgo, de acordo com a época do ano. Isto se pode observar em qualquer incursão para não mais que 200 ou 300 metros da aldeia, principalmente para o norte e para o leste, que são as áreas mais planas. Nas direções sul e oeste situam-se as áreas de relevo mais acidentado, nos quais predominam áreas de Mata Atlântica e cultivos familiares.

¹² Apesar da localização antiga dos índios na região, até o momento não há informações sobre a presença de sítios arqueológicos na aldeia, entretanto Zuch-Dias insere a área com constituindo o domínio cultural do cacique que lhe dera nome, o que teria ocorrido em tempos antigos, já que o cacique Votouro é personagem imemorial, não havendo referência de contato entre este e agentes indigenistas ou etnógrafos. Até pouco tempo, inclusive, um grupo de Kanhrus era tido por seu nome, conforme podemos observar em Taunay.

A mata Atlântica se encontra mais conservadas que a de Araucárias, por motivos de sua disposição geográfica nas áreas de menor interesse agrícola, ao passo que o contrário ocorre com as araucárias. Fora dos locais onde o relevo acentuado, as florestas obedecem a um padrão geométrico de fragmentação, de modo que são literalmente reduzidas àquelas áreas protegidas por lei, área de proteção permanentes das propriedades, compostas por um percentual sobre as áreas e ainda pelas margens dos rios.

Vistas em conjunto, estes fragmentos formam um grande mosaico de paisagem desfeita, sem contigüidade espacial, resultando numa estrutura espacial formada por ilhas de florestas / áreas de plantações comerciais / margens dos rios / áreas de cultivos familiares / vias de baixa pavimentação e assentamentos de densidades diferenciadas, como casas isoladas próximo às áreas de plantação; núcleos rurais, com algumas unidades de residência até cerca de 10 ou 15 unidades residenciais; pequenos núcleos semi-urbanos ou núcleos urbanos menores, com população reduzida (cerca de 30 mil habitantes) de vocação fortemente agrícola.

No pequeno núcleo rural de Barra Seca (vila agrícola situada ao lado da TI, que por sua influência anterior dá nome à seção), cuja concentração maior se dá em torno da via que corta a TI no sentido Oeste-Leste, localiza-se a associação de agricultores, algumas residências próximas e um pequeno cemitério, com altitude superior a 1.200 metros (27° 27' Norte e 52° 40' Oeste); e o acampamento Kandóia (27° 24' Norte e 52° 39' Oeste), ocupação indígena provisória com cerca de 50 famílias, para obrigar a Funai à demarcação da TI Votouro-Kandóia, cujo processo encontra-se em andamento.

Como núcleo semi-urbano, o próprio toldo Votouro, apresenta uma população de cerca de 1.000 habitantes. Entre os núcleos urbanos menores encontramos os municípios de São Valentim, Benjamim Constant do Sul e Faxinalzinho, este último o mais próximo da aldeia e no qual predomina com maior ênfase a atividade agrícola capitalista, ao passo que Benjamim Constant do Sul tem vocação para a produção de vinhos e outros produtos alimentares.

As terras indígenas vizinhas são Kondá, a Nordeste, em Santa Catarina; Nonoai/Várzea Grande, a Leste; Guarany-Votouro e Serrinha, ao Sul. Todas se situam a não mais que 50 quilômetros do Votouro, dando a esta região grande importância dentre

as regiões-foco de dispersão indígena. No Votouro observa-se que o sítio geográfico onde estabeleceram o assentamento está de acordo com o apresentado por arqueólogos, descritas na página no item 3.2.

É importante acentuar que a taquara (*Bambusa spp.*), bastante utilizada para a confecção do artesanato, é bastante significativa no interior território indígena. Por constituir a matéria prima principal da cestaria produzida e comercializada como artesanato, os indígenas disputam a preferência de certas áreas localizadas no interior da TI, e apontam as dificuldades em conseguí-los fora. Há relatos de que são impedidos de coletá-lo nas áreas de proteção permanente dos vizinhos, onde não são bem vindos. Contudo, fartamente encontrados na região inteira e segundo os índios, não é possível manejá-la de modo assegurar sua disponibilidade ao longo de todo o ano, como igualmente multiplicar sua presença na área.

O assentamento é cortado por uma via principal na direção norte sul, que liga as duas cidades nas quais se insere a TI, que são Faxinalzinho e Benjamim Constant do Sul. O toldo se localiza a 8 quilômetros da primeira, e 21 da segunda cidade, sendo que por este caminho pode ser verificada a extensão das áreas cultivadas em seu interior, que é utilizada também para dar acesso às áreas de cultivos e para o transporte da produção.

O padrão de cultivo é idêntico ao utilizado fora das áreas, pelos colonos. Próximo ao toldo, outras vias secundárias se formam. A principal delas é uma via leste-oeste, que no interior da Terra Indígena, liga a área montanhosa da Barra Seca (antiga seção Barra Seca) até a ponte sobre o Lajeado Grande, onde a Terra Indígena limita com o município de Erval Grande e São Valentim. A maioria das residências localiza-se no cruzamento destas duas vias, se estendendo esparsamente por cerca de dois quilômetros e meio no sentido da via principal, de direção Norte-Sul, e por cerca de 600 metros para cada lado, na direção Leste-Oeste. A maior concentração situa-se em torno da coordenada geográfica 27° 27' S e 52° 38' O (figuras 12 e 13).

As moradias são não mais que 100 unidades residenciais, edificadas em sua maioria seguindo o padrão regional e similares ao padrão identificado por Lilian Simões na aldeia Apucarana, no Paraná. Suas dinâmicas instituintes são as mesmas gerando arquiteturas semelhantes em toda a região, dentro e fora das áreas indígenas.

As diferenças principais em seu aspecto construtivo se devem ao fato de os colonos terem primeiro feito as suas, segundo suas necessidades familiares, as quais foram em seguida, transladadas para as aldeias em versões populares, com apenas dois quartos e materiais menos nobres (por exemplo: uso de Pinus (Pinus spp.) ao invés de Araucária ou telhas de amianto em lugar de telhas de argila). Com o uso, porém, as casas vão aos poucos tomando feições indígenas, tanto interna quanto externamente.

As pinturas levam geralmente cores básicas oferecidas no mercado industrial, prevalecendo o verde e o vermelho, cores identificadas a Kamé e Kanhru. mais variadas. Entretanto, logo observa-se os desenhos feitos nas paredes pelos indígenas, geométricos ou não, bem como a grafia de palavras na língua indígena e em português. Em que pese as adaptações realizadas, os projetos das casas, entretanto, são completamente desarticulados das necessidades habitacionais indígenas, as quais são marcadas pelas relações de afinidade entre parentes.

No interior das residências algumas apresentam mesas e sofás e estantes, outras apenas cadeiras e banquinhos. Artesanatos bem como palhas, cipós e instrumentos utilizados para sua confecção podem ser vistos em qualquer local. Do lado de fora, no quintal ou na frente da casa, um puxadinho é improvisado para fazer um fogo, junto ao qual os índios realizam inúmeras atividades como tomar chimarrão e contagem de estórias. A cozinha, assim como o fogo, é trazida em alguns casos para o quintal.

As casas apresentam janelas frontais e laterais, o que corresponde a uma inovação, (figuras 6, 10 e 11) já que a casa indígena ancestral não apresentava janelas. Estas se localizam a cerca de 1 metro de altura. Apresenta também sala de estar, quartos pequenos e algumas delas possuem banheiros. Apenas algumas delas possuem fossas sépticas. O abastecimento de água, que antes era precário (os índios utilizavam água de banhados e lagos artificiais existentes no interior da aldeia) agora conta com pequenos tanques individuais construídos pela Funasa na proporção de um para cada residência.

Os telhados são em telhas de argila, algumas em telhas de amianto e o chão delas de madeira ou barro pisado. Ao lado de algumas destas casas encontram-se áreas complementares de moradia, feitas em madeira e palha com chão pisado. Em muitas destas são realizadas as rezas e cultos.

A maioria das casas foram edificadas a partir das décadas de 1940/50, algumas delas, quando a prática do SPI intensificou as políticas de desenvolvimento junto aos indígenas, através de iniciativas visando ao uso do território de modo a inseri-lo produtivamente na dinâmica econômica regional. Neste sentido, exploração e implantação de cultivos de grãos foram duas atividades que se sucederam e também no espaço.

A sede do Posto Indígena distingue-se das demais por ser edificada em alvenaria, com maior tamanho, possuindo escritório, que funciona num dos quartos da casa, cozinha e alojamento, que funciona no segundo quarto. Exatamente ao lado do Posto reside o indígena responsável pelo cargo, numa residência construída já com referências similares à do posto, com alvenaria e grande número de quartos. Em seu aspecto habitacional, lembra muito a sede de uma fazenda.

Os projetos de desenvolvimento estimulados pela Funai junto a estes indígenas correspondiam aqueles que Pacheco de Oliveira refere por “*via agrícola de integração do índio*” e uma breve observação na paisagem do Votouro comprovam o êxito deste intento, com inúmeras formas espaciais articuladas a este processo (Oliveira, 1991, p. 36). Uma das estratégias utilizadas para viabilizar a aceitação dos indígenas deste modelo era o “panelão”, que oferecia alimentação aos indígenas que participassem dos projetos de desenvolvimento, criando com isso, a dependência alimentar dos mesmos em relação aos PIN. Como estratégia indigenista isto ocorreu em diversas aldeias Kaingáng, incluindo o Votouro.

O objetivo destes projetos era o de promover a integração econômica dos indígenas por meio da atividade produtiva. Entretanto, a atividade foi promovida com um vício de origem, que é o fato de apoiar-se na autoridade do cacique, resultando com isso no apoio e legitimação por parte do órgão indigenista apenas de determinados caciques, mais especificamente aqueles com os quais era possível estabelecer parcerias agrícolas.

Localizam-se ainda na aldeia duas igrejas evangélicas, um pequeno santuário católico e um campo de atividades esportivas, onde os índios praticam futebol e outros esportes. Todos são constantemente freqüentados pelos índios, uma escola estadual bilíngüe na qual os professores indígenas são maioria, um posto de saúde da Funasa, que presta serviços básicos, e duas pequenas represas de água idealizadas para assegurar

a alimentação de peixes na aldeia. Esta configuração começou a se articular no século XIX, quando se ampliaram os esforços estatais para aldeá-los, o que se consolidaria no século XX, com a abertura de estradas e aldeamentos. Não há registro sobre uma data em que o toldo teria sido criado.

O Votouro enquanto comunidade indígena, não apresenta grande divergência das outras comunidades localizadas na região sul, e suas formas insere-se na paisagem se apresentar grande contraste. Os dados populacionais sobre a comunidade não existem, podendo ser apenas estimado. A diferença mais significativa em relação aos municípios vizinhos é a língua.

Podemos afirmar que as moradias indígenas bem como galpões agrícolas e igrejas constituem formas herdadas desde o século XX e possuem uma função semelhante aquilo que Milton Santos chama de *inércia produtiva*, já que favorecem o desenvolvimento e a reprodução espacial das atividades econômicas que lhes deram forma. Compreendendo o espaço como um instância social, Milton Santos observa que as relações de produção (social, econômica, cultural, espacial) se estabelecem sobre trabalho morto e que estes espaços “herdados”, ou rugosidades (Santos, 2008, p.171), podem ter uma atuação decisiva na estruturação de novos processos econômicos. É o que se observa na aldeia.



Figura 11: Aspecto da paisagem da Aldeia Votouro. (Foto do autor. 16 de Abril de 2005).



Figura 10: Casa Kaingáng na aldeia Votouro, RS. (Foto do autor. 16 de abril de 2005).

Figura 12: TI Votouro.
Imagem obtida no Google Earth, visualização em 20 março de 2010.

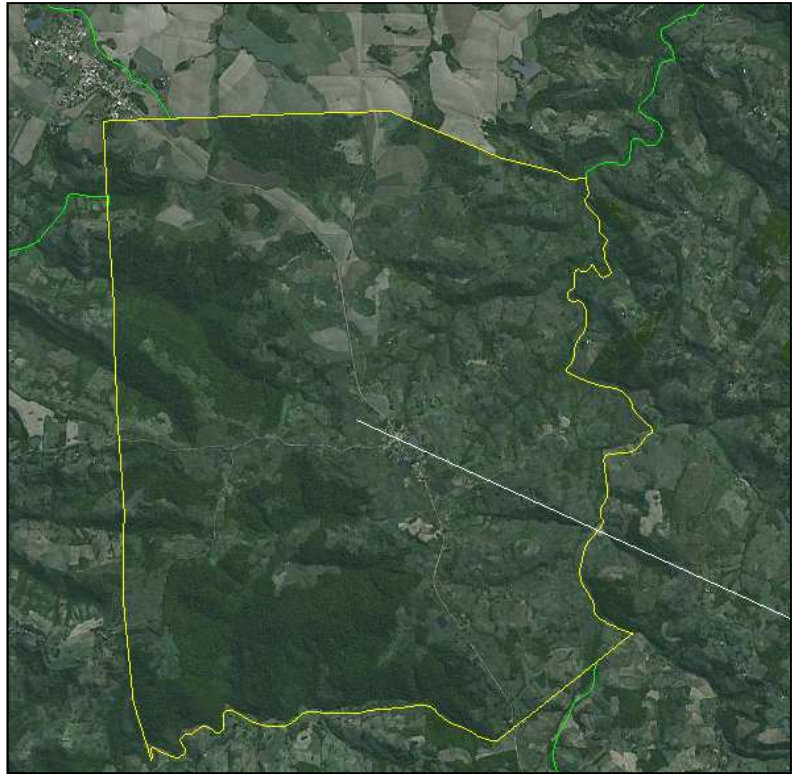
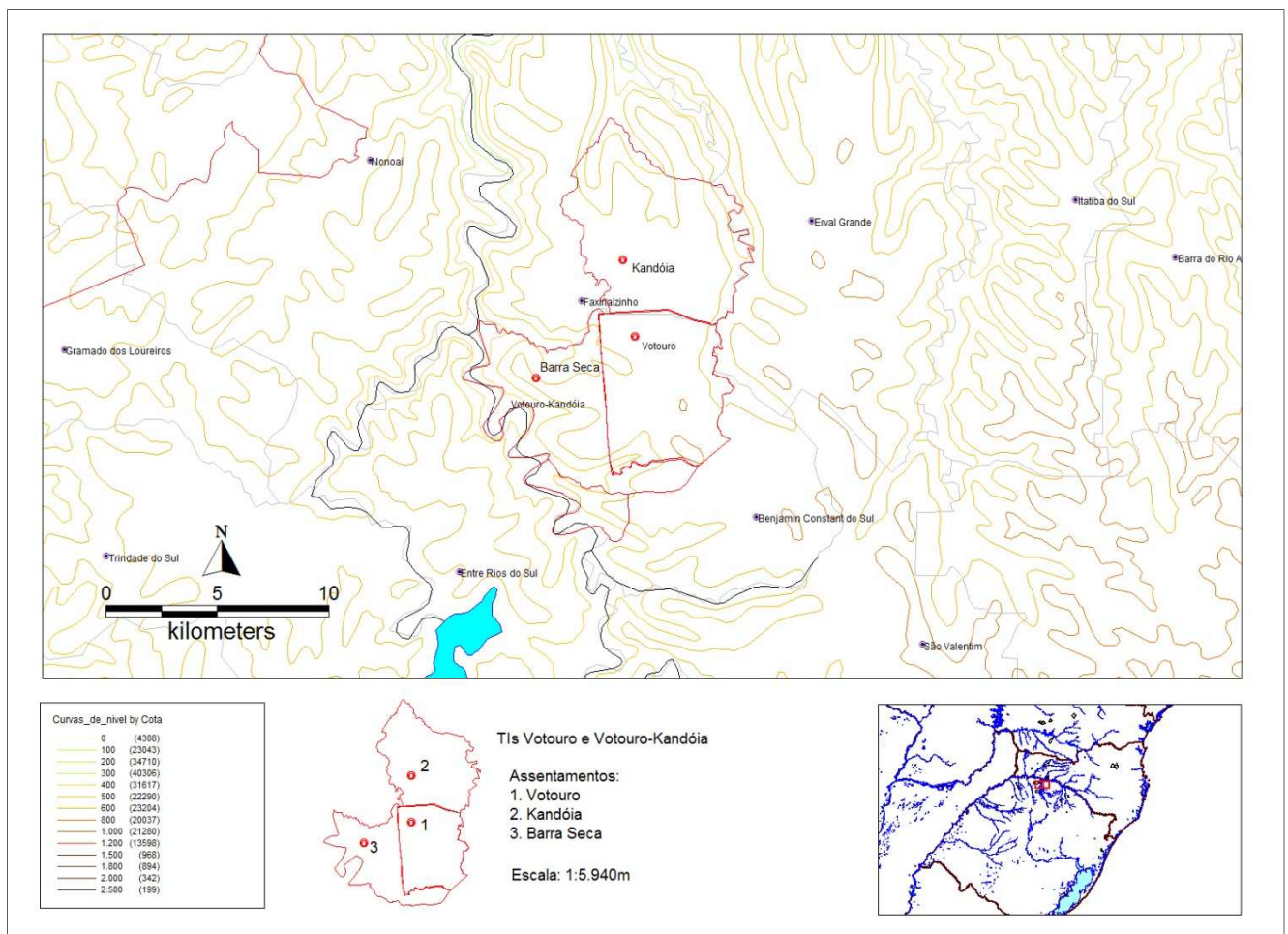


Figura 13 (abaixo): TIs Votouro e Kandóia-Votouro, com localização dos assentamentos Votouro, Kandóia, Barra Seca e municípios regionais. Mapa do autor.



Apucarana

O toldo Apucarana localiza-se na Terra Indígena de mesmo nome, no município de Tamarana, norte estado do Paraná (figuras 14, 15 16). A área localiza-se na confluência dos rios Apucarantina e Apucarana com o rio Tibagi e a presença dos índios na região foi amplamente descrita no século XIX. A área foi delimitada pelo Decreto n. 6, de 5 de julho de 1900, com limites de cerca de aproximadamente 80 mil hectares. Na época estimava-se sua população em cerca de 250 indivíduos.

Esta área foi reduzida no ano de 1949, após acordo entre o Governo do Paraná e o SPI, através do qual o governo do Paraná se comprometia a construir habitações para os indígenas em troca da redução das áreas para a instalação de colonos, provocando assim a re-delimitação da mesma, que passou a ter apenas 5.574 hectares, com uma população estimada de 1.323 indígenas. Encontra-se numa das faixas de intensa presença indígena identificadas inicialmente, e próximo a ela situam-se as TI Barão de Antonina e Laranjinha, ao Norte; São Jerônimo, ao SE; e Tibagi-Mococa, ao Sul.

A área apresenta áreas planas quase na sua totalidade, a maioria delas situada numa altitude entre 400 a 900 metros, com apenas um pequeno trecho, disposta em relevos mais acidentados. O assentamento indígena localiza-se no extremo norte da área. Seu desenvolvimento segue um padrão linear muito mais marcado que o observado no Votouro, com a formação de ruas secundárias ao longo da via principal, que leva da aldeia aos campos de produção agrícola. Segundo Virgilio & Barros,

Existe uma forte variação na estrutura geomorfológica da área; ao longo dos vales dos rios Tibagi e Apucarana, a declividade prevalece acima dos 30%, ocorrendo em algumas áreas valores acima dos 40%, caracterizando-se pela presença de escarpas no sentido norte-sul. Distinta da porção leste, a região oeste caracteriza-se pela predominância de declives entre 0-20%, e elevadas altitudes com predominância de topos alongados e convexizados, o que possibilita naturalmente o desenvolvimento de atividades agrícolas e de ocupação. (Virgilio & Barros, p. 56)

A ocupação do solo definida em quase 90 % por áreas de capoeira e culturas, com apenas 9% de florestas identificadas pelo autor acima citado indica que a área já foi totalmente alterada em sua composição florestal, sendo as capoeiras indicativas das áreas de repouso para futuras atividades agrícolas.

A arquitetura residencial da área foi estudada por Lilian Simões em 1989. Em seu estudo a autora apresenta as referências de uma arquitetura modificada principalmente a partir da década de 1950. Segundo a autora esta se encontra bastante

desarticulada dos padrões ancestrais de organização da residência indígena, sendo marcada atualmente por subdivisões internas e pela presença de janelas.

Não há registros sobre se houve habitações antigas nesta aldeia, mas a área encontra-se, assim como o Votouro, no centro das áreas onde se localizam os sítios arqueológicos identificados por arqueólogos para a tradição Taquara, sendo provável a existência de casas subterrâneas na área. As casas, que aqui passam de 100 unidades, estão articuladas ao sistema produtivo que prevalece nas aldeias Kaingáng, com o intenso uso do solo para fins agrícolas e a ocupação de seu espaço interno é quem a diferencia das casas dos colonos regionais (figura 16 e 17).

Figura 14: Localização da TI Apucarana no Paraná e no Brasil. Fonte: Virgílio & Barros, 2007, p.11)

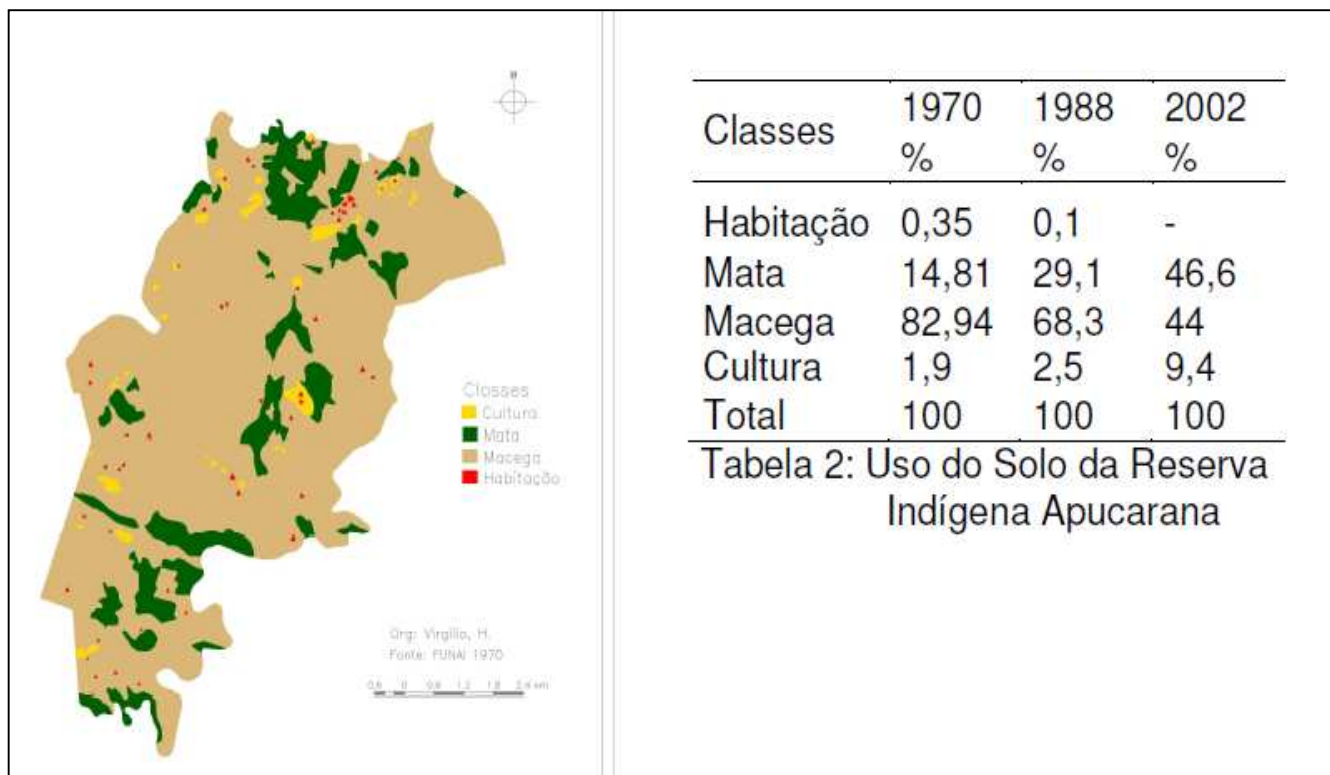
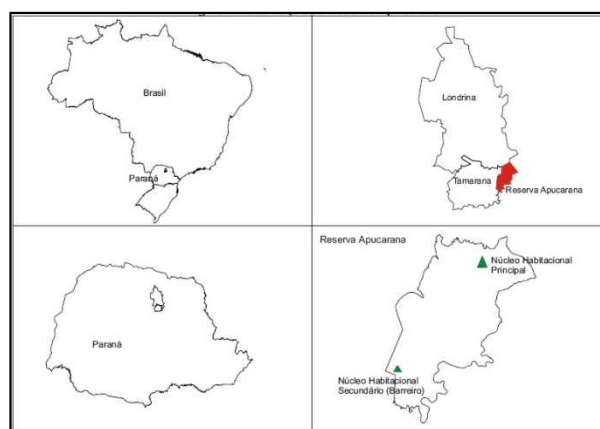


Figura 15: Usos do solo na TI Apucarana (PR). Fonte: Virgílio & Barros, 2007, p.6.

casa / pré-moldado

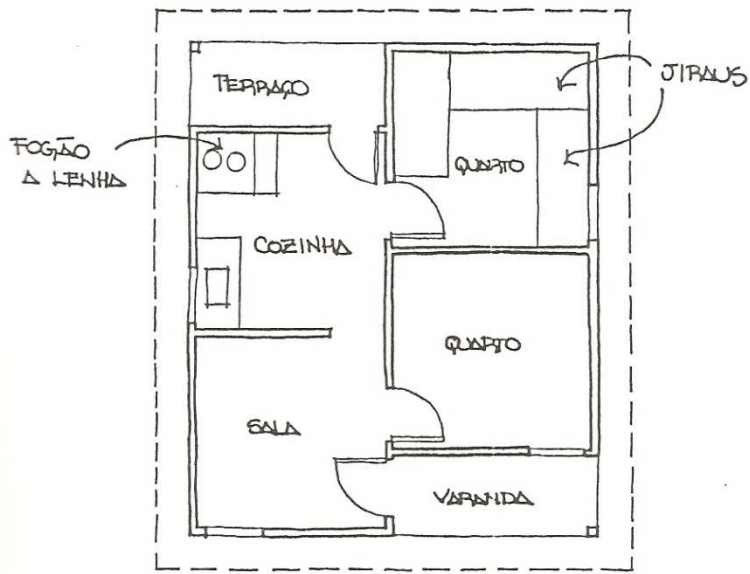
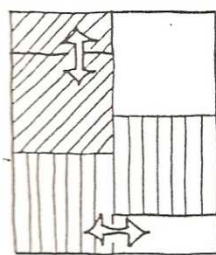


Fig. 10



esquema organização espacial

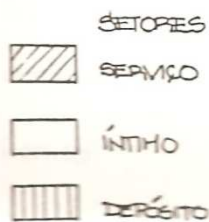


Figura 16: Planta baixa da habitação no Estilo do Posto Indígena. Fonte: Lilian Simões, p. 43.



Figura 17: Aldeia Apucarana, Paraná. Imagem obtida do Google Earth em 20 de março de 2010.

Em termos fito-florestais apresenta, como no Votouro, as características típicas da Floresta de Araucárias nas áreas mais planas e de Mata Atlântica nas áreas serranas e margens dos rios. A araucária, também aqui, encontra-se isolada em meio às áreas de soja e trigo. De um modo geral a TI Apucarana obedece ao mesmo padrão de uso do solo encontrado fora das áreas.

Lomba do Pinheiro

A comunidade indígena da Lomba do Pinheiro é objeto de estudo por representar um novo contexto para as comunidades Kaingáng. Localiza-se no perímetro urbano do município de Porto Alegre, numa área de aproximadamente 7 hectares, onde cerca de 40 famílias indígenas vivem basicamente da comercialização do artesanato (figura 18 a 21). As comunidades indígenas em área urbana são muitas atualmente, localizadas em diferentes municípios regionais. Estudaremos a Lomba do Pinheiro porque além de existirem muitos registros e termos visitado a mesma, ela nos oferece um panorama que pode ser útil para a compreensão de um fenômeno contemporâneo que obriga pesquisadores e especialistas a reconsiderarem suas antigas proposições sobre o índio: as comunidades indígenas urbanas.

A comunidade possui escola bilíngüe, posto de saúde, Casa de Cultura, cemitério, cadeia e campo de futebol. A área, ocupada desde 1996, foi oficialmente cedida à comunidade pela Prefeitura de Porto Alegre no ano de 2003. Segundo Ana Freitas,

...antiga capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Porto Alegre representa no imaginário Kaingáng um importante centro de poder dos brancos. Viagens até a cidade são realizadas por lideranças para negociação com os brancos desde meados do século XIX, quando em decorrência da Lei de Terras, de 1850, foram criados aldeamentos na bacia do Rio Uruguai. (...) As viagens a Porto Alegre eram feitas a pé, e intensificaram-se ao longo do século XX: na década de 1940 eram feitas a pé, demorando semanas, e ainda hoje estão memória dos mais velhos.

Desde pelo menos as primeiras décadas do século XX estas viagens incluíam a comercialização de cestos e balaios feitos de taquara-mansa, cipó Guimbé, entre outras fibras vegetais, trocados ou vendidos nas ruas da cidade. É importante notar que com estas idas e vindas os Kaingáng foram estabelecendo referências nas cidades: pessoas, espaços, organizações governamentais e não governamentais, serviços públicos, feiras, parques, florestas, hospitais, igrejas, universidades, escolas. Embora núcleos de residência Kaingáng venham se estabelecendo ao longo do século XX, é principalmente durante a década de 1980 que esse movimento ganha expressividade. Muitos Kaingáng passaram a residir na cidade durante a década de 1990, construindo diferentes níveis de organização política. (Freitas, p.19)

A Lomba do Pinheiro tem seu processo diretamente articulado à dinâmica descrita por Freitas, tendo resultado numa localização bastante peculiar em termos territoriais, embora não se situe em região de platô, porém bastante similar aos demais assentamentos indígenas em termos de organização espacial e residencial, edificado segundo um padrão linear, ao longo de uma rua principal de sentido leste-oeste, onde se situam cerca de 25 moradias para um número de 35 famílias, das quais, sua grande maioria é originária de TI localizadas no interior do estado. Decorrente da limitação territorial imposta pela localização urbana, não se verifica na comunidade largas áreas de produção agrícola, sendo a maior parte da área coberta por florestas, as quais os indígenas coletam cipós e taquaras para a produção de artesanatos. Estes, que integram um circuito econômico de menor importância em outras comunidades, são aqui de grande importância, já que a comunidade é basicamente formada por artesãos. Não há áreas para cultivos extensivos. Muitos jovens da comunidade já possuem boa formação educacional, alguns deles com formação superior. Muitos indígenas possuem vínculos formais de trabalho na cidade.

Recentemente, foram edificadas cerca de 30 moradias na aldeia (figura 20 a 23), todas buscando seguir padrões ancestrais do grupo, mas que assim mesmo, constituem residências não-indígenas ligeiramente adaptadas para os Kaingáng, todas seguindo o mesmo estilo de construção. À semelhança o que ocorre nas outras aldeias que tiveram suas residências edificadas por meio de agentes públicos, a casa apresenta divisões internas, porém, estas já não são tão incisivas, sendo separado apenas os espaços íntimos dos espaços sociais. Sala e cozinha agora integram o mesmo espaço. Um pequeno banheiro separa os dois quartos existentes. Formada por pisos do tipo duas

águas, a porta localiza-se na parte frontal ou, em alguns casos, na parte lateral, sempre orientada para o lado onde nasce o sol, que segundo os indígenas constitui uma de suas características ancestrais de organização da casa. À direita da porta, um pequeno puxado coberto é o local reservado para o fogo, que foi incorporado no projeto.

No que diz respeito ao projeto urbano, não houve modificação significativa na disposição das mesmas que parece ter seguido a localização anterior das casas. O que há, agora, são algumas residências remanescentes, as quais estão foram abandonadas por alguns ou continuam sendo utilizadas para pequenas atividades domésticas complementares, por outros (figura 20 a 22). Ao final da rua principal encontra-se uma pequena horta comunitária, e praticamente todos os indígenas possuem criações de galinhas e porcos.

A organização social da comunidade é similar à encontrada nas outras aldeias, com um esquema constituído por um cacique principal e seus substitutos. A visita ou realização de atividades diversas na aldeia depende da autorização de um deste. A comunidade recebe frequentemente tanto a visita de turistas, a fim de adquirirem artesanatos, como de pesquisadores e pessoas que buscam a comunidade para consultarem-se com os pajés, por eles chamados de Kuyan. De um modo geral, a comunidade reproduz o modo de vida típico de uma aldeia interior, trazendo de novo apenas a sua localização em perímetro urbano. Não há estimativa populacional, mas calculando-se uma média 10 pessoas por família, acreditamos que esta aldeia possua uma população superior a 400 indivíduos.

Pelo histórico de sua formação, com uma territorialidade marcada principalmente por aspectos de mobilização política, pode-se afirmar que as aldeias urbanas, e dentre elas a Lomba do Pinheiro em particular tiveram grande importância para o processo de demarcação.

Esta aldeia foi, portanto, fundada por caciques de diversas aldeias localizadas no interior do estado, destacando os caciques das aldeias Iraí, Nonoai, Serrinha, Borboleta, Carreteiro e Ventarra e possui assim, relação particular com as outras comunidades, constituindo atualmente uma importante referência urbana para os mesmos em suas viagens à metrópole gaúcha. O protagonista da conquista territorial e instalação da aldeia foi o líder indígena Zílio Jagtyg Salvador, ainda residente na aldeia.

A sobrevivência durante a estadia na cidade é assegurada com a comercialização do artesanato.

A área foi doada para os índios de forma definitiva por volta no ano de 2003, decorrente de processo de luta instalado por 45 famílias que viviam em diferentes localidades periféricas da cidade, em condições impróprias para o desenvolvimento cultural indígena, que foi o argumento principal para a instalação da aldeia. A idéia original da prefeitura era reunir todos os indígenas urbanos nesta comunidade. Entretanto, por motivos próprios e devido ao grande faccionalismo interno, isto não veio a se consolidar, continuando alguns grupos a residirem de forma separa, formando grupamentos menores em localizações precárias.

É o caso de um pequeno grupo formado por duas famílias indígenas dissidentes da liderança da Lomba do Pinheiro possivelmente por motivos religiosos (trata-se de famílias de índios convertidos às religiões evangélicas). Vivem no mesmo bairro, numa pequena vila comunitária, sendo uma das mulheres casadas com um não indígena. Entretanto, a língua utilizada é o Kaingáng, bem como mantém ativos mecanismos culturais importantes, como a produção e comercialização de artesanatos típicos.

Muitos dos que vieram para a cidade, porém, estabeleceram residências fixas ali, decorrentes de dissidências em suas terras de origem devido ao comprometimento de determinados caciques com projetos aos quais eram contrários, como a exploração madeireira ou agrícola. Uma das pessoas mais importantes da comunidade é a Sra. Almerinda, uma das indígenas mais idosas conhecidas de todos os Kaingáng, original da área da Borboleta.



Figura 19: Aldeia Lomba do Pinheiro. (Foto do Autor. 19 de julho de 2009).



Figura 18: Entrada da Aldeia Lomba do Pinheiro, no município de Porto Alegre, RS. (Foto do autor, 19 de julho de 2009)



Figura 21: Comercialização do artesanato na Feira da Redenção, em Porto Alegre. Foto do autor, em 18 de setembro de 2005.



Figura 20: Residência Kaingáng da Lomba do Pinheiro, remanescente.

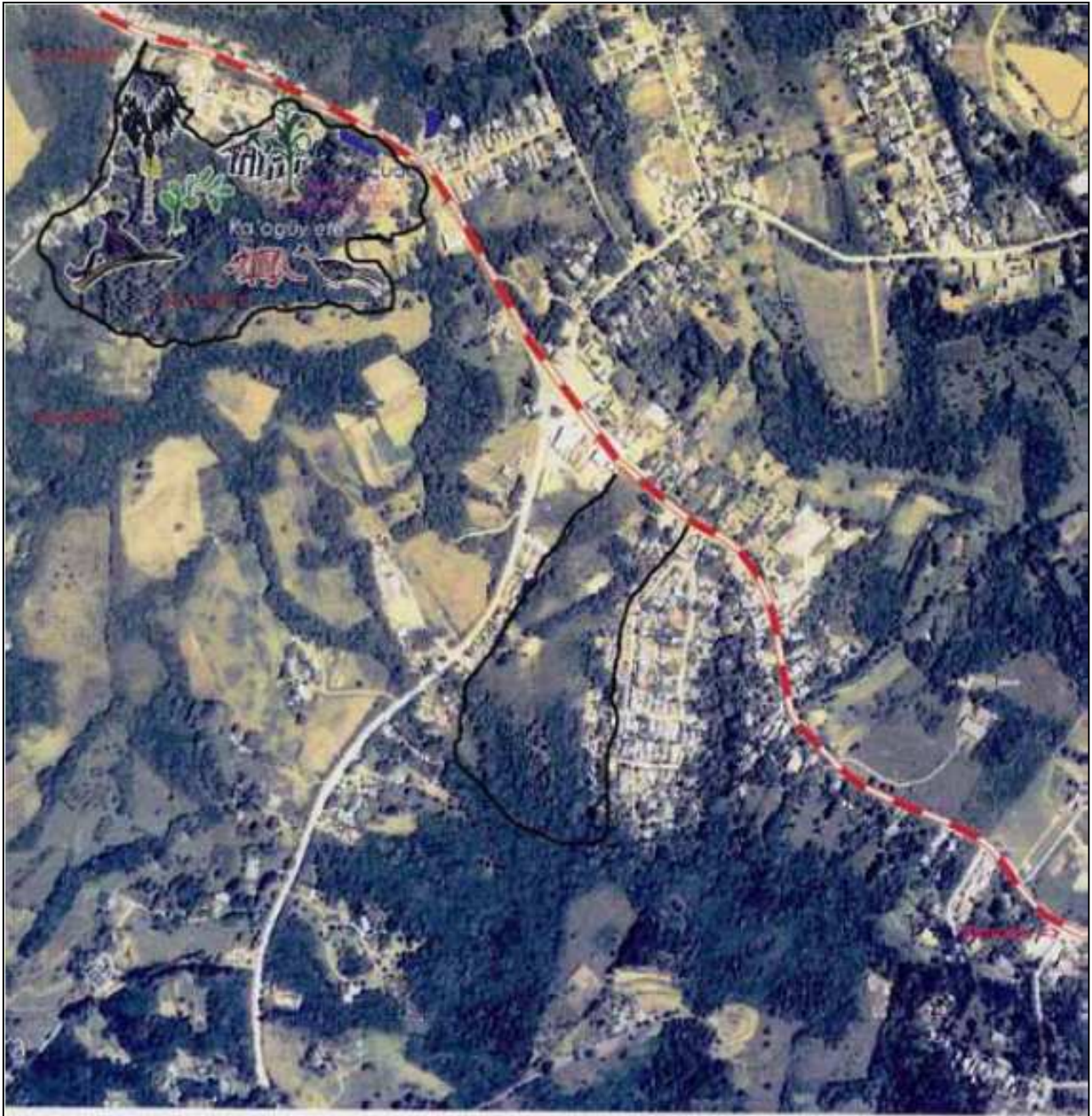


Figura 22: Fotografia aérea com os limites assinalados da aldeia Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre. Fonte: Freitas, p.304.

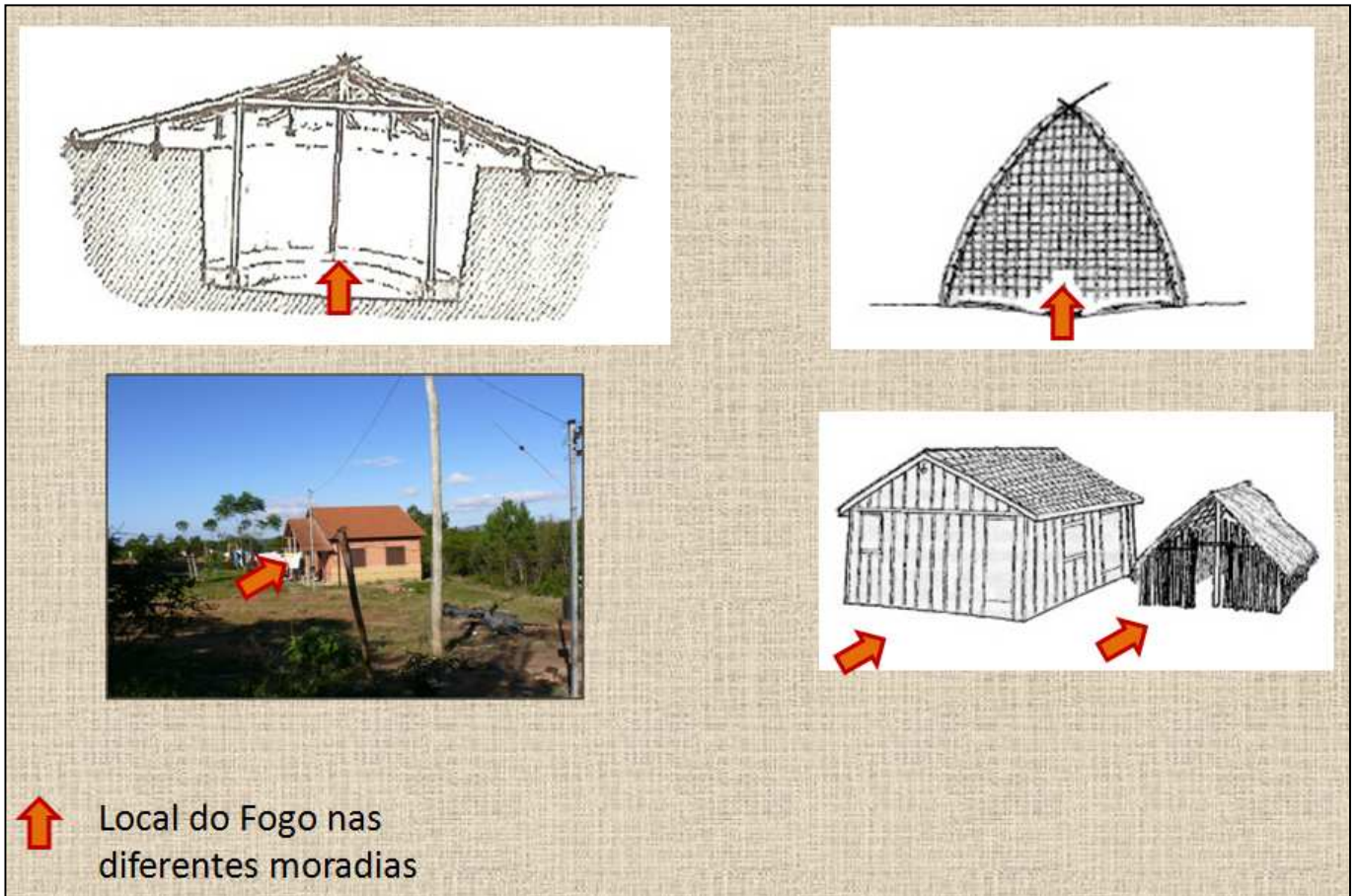


Figura 23: Local do fogo nas diferentes moradias indígenas. Ilustração do autor, com base em ilustrações e desenhos de Beber, Zuch-Dias e material fotográfico.

5. As terras indígenas no contexto regional

Como sabemos, não é possível compreender a dinâmica espacial de uma localidade ou aldeia sem considerar seu entorno imediato, alcançando assim o nível da análise regional. Com relação às terras Kaingáng, todas elas encontram-se, de certo modo, relacionados à dinâmica econômica que predomina nas regiões onde se encontram, sendo bastante visível tal assertiva quando nos referimos à TI Votouro ou à Lomba do Pinheiro.

O grau e os tipos de inserção é que variam, em cada caso, de acordo com as possibilidades econômicas fornecidas por cada caso específico. Observamos dois tipos principais de inserção dos índios e de suas terras indígenas na economia regional: através da produção agrícola em larga escala, especificamente a produção de grãos, que integra especificamente a TI e grupos indígenas dominantes ao contexto produtivo preconizado regionalmente; e, através da economia do artesanato, à qual articula mais o índio que sua terra, e não a uma dinâmica agrícola, mas ao comércio ambulante.

Para melhor compreender os dois casos, veremos agora um breve histórico da colonização da região de Passo Fundo, onde se situa o Votouro, de nosso interesse, mostrando como se deu o processo de dinamização da economia agrícola no nível regional.

5.1. Estabelecimento das colônias, desenvolvimento da economia agrícola

Com população de cerca de 180 mil habitantes, Passo Fundo foi a primeira e é atualmente a mais importante cidade regional. A povoação foi iniciada nas primeiras décadas do século XIX, tendo sido tornada município por Alvará Imperial de 1857. A criação da comarca em 1875, com atividades jurídicas regulares desde então, e o desenvolvimento do comércio e do sistema de educação, fortaleceram e a influência regional da cidade.

A partir de fins do século XIX tornou-se um dos mais importantes centros de colonização européia do país. As três primeiras famílias de colonos, com origem italiana, chegaram à região no ano de 1889, tendo nas décadas seguintes recebido inúmeras outras famílias, as quais eram direcionadas para os vales do Rio Uruguai, ao norte: e para o Vale do Rio Jacuí, ao sul, estabelecendo povoações de caráter fortemente agrícola, cujas áreas seriam posteriormente desmembradas, dando origem a mais de 20

municípios. Foram emancipados de Passo Fundo os municípios de Soledade, Carazinho, Getúlio Vargas, Sarandi, Marau, Tapejara e Erechim, dos outros municípios seriam emancipados, nas décadas seguintes.

As Terras do Votouro encontravam-se a norte da antiga área de Passo Fundo, já nas proximidades do Rio Uruguai, próximo à povoação de Boa Vista do Erechim. Esta localidade foi fundada em fins do século XIX e tornada município em 1918. Com o desenvolvimento das colônias, novos municípios desmembraram-se de Erechim, dentre eles o município de São Valentim, emancipado de Erechim em 6 de junho de 1959 com uma área de 550 quilômetros quadrados, abrangendo os atuais municípios de Faxinalzinho e Benjamim Constant, nos quais se situa o Votouro.

Estes municípios são habitados principalmente por indígenas e colonos de origem italiana e alemã. Os indígenas são cerca de dois mil indivíduos e sua presença remonta à tradição Taquara. Os colonos vieram a partir da segunda década do século XX. As colônias de imigrantes de Benjamim Constant e Faxinalzinho são em sua maioria reassentamentos de famílias que não lograram êxito em outras regiões do estado.

A penetração não indígena nesta área teve dois focos, um pelo sul, vindo de Erechim e Passo Fundo; outro pelo Norte, vindo de Nonoai, que havia sido fundada por comerciantes de mulas em fins do século XIX, e que igualmente recebera desde então inúmeras levadas de colonos.

As colônias correspondiam a lotes de 10 hectares de terras, os quais eram cedidos pelo Governo do Estado para as famílias de imigrantes, para fins agrícolas. Nas áreas serranas desenvolveu-se principalmente o cultivo de uvas e maçãs, bem como a produção de vinhos. Nas áreas planas o cultivo de grãos foi amplamente difundido. Como estas últimas áreas correspondem à maioria das áreas no norte do Rio Grande do Sul, o sistema de produção agrícola desenvolveu-se principalmente em função deste tipo de produção agrícola, tornando-se uma das principais áreas produtoras do país.

5.2. Os indígenas na economia regional: agricultura e artesanato

Neste contexto que as áreas indígenas foram estabelecidas. A redução das mesmas de seus tamanhos originais, bastante expressivos no início do século XX, esteve diretamente associada à implantação de novas colônias, ao mesmo tempo em que as terras que lhes eram destinadas buscavam seguir o mesmo padrão demarcatório

estabelecido para os colonos, com o estabelecimento de glebas de acordo com as famílias. Este sistema, entretanto, não obteve êxito nas TI, pois esbarrou sempre no sistema de cacifado, responsável pelo ordenamento interno das mesmas e determinando quais áreas seriam utilizadas por cada família.

Como as terras dos índios foram sempre questionadas pelos setores dominantes locais, ligados à economia agrícola, a disposição de suas áreas para os cultivos agrícolas foi uma estratégia utilizada pelo SPI com a finalidade de legitimar as áreas desde o ponto de vista da produção, e inúmeros esforços foram empreendidos pelo órgão no sentido de que as terras indígenas respondessem positivamente aos estímulos regionais.

Houve, portanto, a associação de uma economia regional mobilizada em função da agricultura extensiva, num esquema de pequenas propriedades, predominante fora das áreas indígenas, com um sistema tradicional de cacifado no qual o líder da comunidade tem o poder, legitimado pela organização tribal, de articulação de parcerias econômicas com os agentes indigenistas e regionais, inserindo a terra indígena na dinâmica econômica, estabelecendo a organização espacial e territorial vigente.

Deve ser observado, porém, que em muitos casos este sistema era imposto aos índios, de acordo com a tradição arbitrária do órgão indigenista, ao qual dificilmente os caciques indígenas conseguiam opor resistência.

Por outro lado, uma segunda economia se verifica na aldeia, de grande importância comunitária e caráter especificamente indígena, que é a economia do artesanato.

Primeiramente, os produtos desta economia são confeccionados exclusivamente pelos Kaingáng, que dominam a técnica de produção. Segundo, grande parte da comunidade é composta de artesãos para comércio local e regional, podendo eventualmente encontrá-los em grandes mercados nacionais. O artesanato, feito principalmente a base da taquara, tornou-se recentemente um fator de grande importância para a demarcação das áreas indígenas, verificada sua importância econômica para os mesmos (figura 24 e 25).

Nem todas as comunidades indígenas possuem áreas agricultáveis, como se observa, por exemplo, na Lomba do Pinheiro, descrita no item 5.3. Não obstante, em todas elas observa-se a produção do artesanato, obedecendo a características muito

similares entre si, com relação à forma a aos objetos produzidos; e a outras características específicas, referindo-se aos diferentes clãs e aldeias.



Figura 24:Cestaria no interior de residência indígena na Aldeia Votouro.



Figura 25:Índios retornando de atividade de identificação da TI da TI Kandóia-Votouro.

Ainda, a produção do artesanato está ainda diretamente ligada à característica ancestral da mobilidade, já que pode se trata de uma produção que pode ser realizada em qualquer localidade, possibilitando aos índios a produção de novas peças mediante localização de áreas de taquarais próximas aos centros urbanos onde se estabelecem por determinados períodos, muitas vezes com a finalidade única da comercialização dos mesmos, como pode se observar na feira da Redenção, em Porto Alegre (figura 20), e em muitas localidades regionais. Através do artesanato os indígenas conseguem os recursos necessários para a aquisição de roupas, alimentos, por exemplo.

Em alguns casos, como na Lomba do Pinheiro, a produção e comercialização do artesanato constituem a principal fonte econômica dos indígenas, e durante o processo de reconhecimento da área como indígena este fator foi tomado em consideração, resultando na doação não somente do espaço que habitavam, mas também da pequena área florestal ao fundo da mesma.

Este sistema, mesmo que com menor repercussão espacial no interior das aldeias, não deve, ser ignorado em sua importância no contexto comunitário, pois representa a alternativa encontrada pelos indígenas às muitas vezes difíceis condições que resultaram do processo de cerca de 80 anos de investida agrícola em suas terras, provocando significativa redução das florestas de Araucária para a implantação de cultivos agrícolas.

Até o momento, nos esforçamos por realizar uma ampla descrição da organização indígena no planalto meridional brasileiro. Para tanto, recorreremos a um conjunto de informações que transcende os limites das áreas propostas, resultando um trabalho interdisciplinar.

5.3. A rugosidade da forma na aldeia

Vimos que o índio e as terras indígenas encontram-se articulados ao sistema econômico regional por meio da agricultura e do artesanato. Alguns indígenas possuem unções específicas na Funai e nas prefeituras locais. Outros são funcionários de empresas, comércio, postos de gasolina. No espaço da aldeia, contudo, esta integração pode ser observada nos seus diversos aspectos componentes.

A arquitetura indigenista, instalada sobre as palhoças do século XIX, árvores de araucária isoladas em meio às grandes plantações de soja (figura 26) ou mesmo galpões agrícolas e estradas antigas, que serviam para viabilizar a integração regional e que definitivamente, determinaram a territorialização das áreas indígenas, como apontado por Juracilda Veiga (Veiga, p.70).

Será pertinente considerar estas formas como rugosidades, segundo a proposta de M. Santos, apresentada no capítulo 2 desta dissertação? Temos algumas observações por considerar. Primeiro, sabemos que estas formas efetivaram-se nas aldeias por meio de um processo de territorialização imposto principalmente a partir do século XIX, quando já os índios se encontravam todos aldeados. Por esta época, e após muitos massacres comandados por agentes coloniais e caciques co-optados, os próprios índios foram utilizados como mão de obra na abertura de estradas, por exemplo, tendo recebido em troca algumas das terras onde atualmente vivem.

Ao longo do século XX as tentativas de promover o desenvolvimento dos índios implantaram-se principalmente entre os Kaingáng e inúmeras iniciativas econômicas foram tentadas. Estas iniciativas marcam o início do processo de assimilação das terras indígenas pelo contexto econômico regional e sua integração numa divisão territorial do trabalho que sustentará a produção agrícola como via de integração não do índio, mas das terras em que vive à dinâmica econômica regional, a que está ligado o surgimento de formas próprias na aldeia, sobrepujando as formas indígenas, no que diz respeito à arquitetura e adereçamento.

Entretanto, sabemos que este processo foi a tônica das terras Kaingáng durante todo o século XX encontra-se atualmente em desuso. Os caciques indígenas e funcionários da Funai, até então propulsores legítimos de uma dinâmica local própria, ligados a este modelo produtivo são agora questionados por agentes ligados à esfera federal, ligados a um projeto de ordenamento territorial que, contraditoriamente, mudou seu paradigma para o ambientalismo e a preservação da cultura indígena. Dentro deste novo contexto, por qual razão persiste nas terras indígenas a exploração agrícola da terra em moldes trazidos pelos colonos?

Em nosso entendimento, isto se deve à permanência espacial de formas anteriormente criadas e à inércia produtiva que ela exerce sobre a produção espacial no interior das aldeias, de modo que não será facilmente suprimida se não houver empenho

dos agentes indigenistas em prover novas formas de organização econômica, mais endógenas.

Neste sentido, o que queremos demonstrar é que, à semelhança do que ocorre entre nós, o espaço possui um papel de reprodução social dos modos de produzir, morar e viver. E assim como as antigas residências subterrâneas, abandonadas e reutilizadas com o passar dos anos, as formas espaciais podem delimitar antigos locais de povoamento e habitação, os quais tendiam a ser re-elaborados e u assim como as antigas residências subterrâneas, abandonadas e reutilizadas com o passar dos anos utilizados, de tempos em tempos, devido ao lugar que ocupam na memória social dos indígenas. Ainda, *“não se pode negar a tendência que tem a organização do espaço de fazer com que se reproduzam suas principais linhas de força”* (Santos, 2008, p.165).



**Figura 26: Araucária remanescente no interior de uma área cultivada.
Foto do autor: 16 de abril de 2005.**

6. Considerações finais

Mostramos ao longo deste trabalho a problemática indígena no que diz respeito à sua organização espacial, através da identificação de suas rupturas e permanências, tomando por base os Kaingáng, uma sociedade Jê do sul do país. Com base nos estudos oriundos da arqueologia e etnografia, levantamos as principais hipóteses conhecidas sobre as formas antigas de territorialização da área estudada, bem como as hipóteses sobre as razões da escolha destes sítios pelos indígenas. Vimos que os Jê constituíram uma importante sociedade há milhares de anos na região do Brasil central e que sofreram inúmeras cisões ao longo destes anos. Como os demais Jê, os Kaingáng viviam na área que hoje corresponde ao triângulo mineiro, de onde se deslocaram para o planalto meridional (ao sul do rio Tietê) por volta de 2.500 anos atrás, tendo ali se estabelecido e fixado moradias subterrâneas, as quais constituem a principal adaptação dos indígenas ao novo ambiente.

Não há registros de estabelecimento de assentamentos próximo a grandes rios, o que também marca a diferença destes indígenas de outros Jê. Isto é explicado pelos arqueólogos através da consideração do mito de origem destes indígenas, que afirma serem os Kaingáng remanescentes de um temporal que teria inundado toda aldeia, tendo sobrevivido apenas um deles (Kanhru), o qual criou seu irmão e com a ajuda destes todos os demais seres conhecidos da flora e da fauna, dentre os quais os índios.

Não há registro também de fixação territorial destes indígenas antes da chegada do colonizador. A mobilidade era a característica definidora de sua organização espacial e foi intensamente combatida pelos agentes coloniais. Os registros arqueológicos das casas subterrâneas – cerca de 3.500 sítios na região meridional do país – indicam que a existência de assentamentos obedecia certas características básicas, sendo uma delas a duração efêmera, geralmente associada ao ciclo de exploração de recursos de uma determinada área. Estes sítios foram ser reutilizados após longos intervalos de tempo, de modo que um deles apresenta cerca de trinta residências, cujas datações revelam que as mesmas são de períodos diferentes, embora situadas no mesmo local.

A fixidez territorial entre os Kaingáng foi estabelecida em termos de assentamento, devido a políticas impostas, sobretudo, no século XIX, quando se efetivou na região meridional o processo de imigração e a instalação, enfim, de um

regime de propriedade. A localização dos assentamentos, contudo, constitui a principal permanência no que diz respeito à territorialização indígena e os sítios onde atualmente se localizam os aldeamentos indígenas seguem as mesmas características verificadas nos sítios arqueológicos onde foram localizadas as casas subterrâneas associados à tradição Taquara, motivo pelo qual a esta tradição são associados os Kaingáng. Os registros arqueológicos indicam que se tratava de índios ceramistas, o que constitui uma importante ruptura em termos de cultura material, já que desde a década de 1940 não se encontra vestígio algum de cerâmica entre os Kaingáng.

A partir do século XX, com o surgimento do SPI iniciou-se o processo de re-territorialização destes indígenas, ou de recuperação de seus antigos territórios, que se seguiu com a Funai, criada em 1967, em substituição a este primeiro órgão. Estes territórios recuperados, como vimos, não contemplam a integridade do território demandado pelos índios, mas resultam em territórios possíveis, levando-se em conta a nova realidade territorial e social vigente, marcada por intensa presença de colonos. Deste modo, contemplam pequenas áreas ao redor de suas aldeias, as quais podem ser divididas basicamente em áreas planas e serranas. As primeiras destas áreas, onde predominava a floresta de araucárias, foi quase totalmente suprimida na região, já que foram utilizadas para a produção agrícola (grãos), seguindo padrões produtivos e tecnológicos similares aos padrões regionais. Corresponde, em nossa análise, à resposta oferecida pelo indigenismo às críticas oriundas de toda parte contra a demarcação de terras para os indígenas, que historicamente resistiram à disciplina do trabalho capitalista. Através destas lavouras a terra indígena se insere na economia regional.

A dinâmica desta inserção foi apresentada no capítulo 6, onde também foi abordada a atividade do artesanato, que constitui importante fonte de renda indígena para os indígenas. Esta produção, diferentemente das grandes lavouras, leva o traço destes indígenas a diferentes localidades do país e particularmente as cestarias apresentam grande valor estético, além de estarem vinculadas aquelas condições que poderíamos chamar de ancestrais, entendendo por ancestral a mobilidade.

Territorialização é, portanto, o tema em questão. Dominar um território significa manter sob seu controle a exploração dos recursos naturais e a circulação de pessoas. O governo é historicamente o mecanismo mais eficaz de manter um território sob controle. Sua versão moderna corresponde ao que Porto-Gonçalves chama de Estado-territorial: Estado marcado pelo controle do espaço, de seus pontos fixos no

território e de seus fluxos, abertos ao capital, mas restrito para os homens em geral, no que se incluem os indígenas (Porto-Gonçalves, 2004, p.19). A mobilidade indígena contrasta frontalmente com esta ação. Por este motivo, indiferente às múltiplas nações indígenas e regiões que habitavam, a estratégica adotada pelo Estado foi geralmente a mesma. Por isto, o indigenismo adquiriu tão grande importância, tornando-se prodigioso objeto de estudo para certo grupo de pesquisadores.

Se acreditam ainda estar em guerra, pecam os indígenas, particularmente os Jê, que mais resistentes se mostram à influência não-indígena, em não constituir seu próprio Estado, legando sua autonomia ao Estado brasileiro. Sem esta instituição encontram-se os indígenas tecnologicamente dominados, reduzidos à categoria de comunidades no interior do país, em constantes conflitos com as populações vizinhas que lhes é antagonizada, e como estas, sujeitas ao Governo, que é indiferente a ambas.

As transformações da casa indígena desde o registro arqueológico até o que se observa hoje apenas reproduzem no interior das comunidades os modelos produtivos e os valores não-vindos da cidade, que determinam a produção. Por trás da residência contemporânea, dividida, limitada, a expectativa de integração do índio aos padrões familiares preconizados pós-desenvolvimento industrial, de famílias reduzidas.

O campo oferece à cidade apenas aquilo que ela espera dele, e deste modo as terras Kaingáng assimilaram em seu interior os modelos produtivos concebidos para o campo em geral. Isto explica as lavouras no interior da terra indígena. A figura do cacique, instituída neste caso pelo Governo, legitima a expropriação operada pelas cidades em relação às TIs. Com base nesta análise, buscamos compreender o indigenismo em suas relações e articulações com o sistema urbano implantado no país, voltado para a expropriação territorial. As cidades, vilas e caminhos tinham por princípio resistir aos assaltos, saques e emboscadas promovidas por indígenas arredios. Em outros casos a própria cidade foi fundada com o objetivo de pacificar os indígenas e viabilizar a territorialização, como Guarapuava, em 1819. Vemos então, que na escala do território, mesmo as cidades tem papel de rugosidades: uma vez estabelecida sua função, ela é utilizada em sua reprodução.

Algumas questões aqui apresentadas mereceriam maior detalhamento, o que não seria possível sem fugir demasiado ao propósito desta dissertação. Dentre estas questões destacam-se a análise das formas espaciais Kaingáng em relação aos Jê

setentrionais (Kaiapó, Xavante e Timbira) e as relações que vieram a se estabelecer entre índios e os migrantes, ou a própria atuação do indigenismo como instrumento de ordenamento territorial, que aqui fora apenas abordado. Uma única abordagem potencial diz respeito ao estudo da arqueologia e da história do Brasil antigo, ainda praticamente inexistente. São todos de caminhos que permanecerão em aberto até que novas pesquisas venham contribuir para seu melhor esclarecimento, mas que este trabalho buscou apresentar.

7. Referências bibliográficas

- AMPARO, Sandoval dos Santos.** *O conflito de práticas sócio-espaciais entre o povo Kaingáng e populações não-indígenas no planalto meridional brasileiro.* Monografia apresentada para obtenção do grau de bacharel em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2006.
- , “Questão indígena como questão urbana” in *Anais do XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (Divulgação Eletrônica)*, Associação dos Geógrafos Brasileiros / Universidade de Brasília, Brasília: 2009.
- ARAÚJO, Ana Valéria.** *Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à diferença.* UNESCO/Ministério da Educação, Brasília: 2006. Coleção Educação Para Todos.
- ARGAN, Giulio.** *História da arte como história da cidade*, Ed. Martins Fontes, 5ª Ed., São Paulo: 2005. (Trad.: Pier Luigi Cabra)
- BALDUS, Herbert.** “Aldeia, casa, móveis e utensílios entre os índios do Brasil: sugestões para pesquisas etnográficas” in *Sociologia: Revista Didática e Científica*. Vol. IV, n. 2, USP, São Paulo: 1942.
- (Org.). *Lendas e contos indígenas*. Ed. Brasiliense, 3ª Ed., São Paulo: 1981.
- BECKER, Berta.** “Os Significados da defesa da Amazônia: Projeto geopolítico ou fronteira tecno(eco)lógica para o século XXI.” in OLIVEIRA, João Pacheco de & LIMA, Antônio Carlos (Orgs.). *Projeto Calha Norte: militares, Índios e fronteiras* (p. 99-08). UFRJ/PETI – Museu Nacional, Rio de Janeiro: 1990.
- , “A Amazônia e a política ambiental brasileira” in SANTOS, Milton *et alli*. *Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial*. Ed. Lamparina, 3ª Ed., Rio de Janeiro: 2007 (p.22-41).
- BEBER, Marcus Vinicius.** *O sistema de assentamentos dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da tradição Taquara-Itararé.* Tese de Doutorado em Estudos históricos latino-americanos. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do vale do Rio Sinos, São Leopoldo: 2004.
- BIASE, Alesia.** “Ficções arquitetônicas para a construção da identidade” in *Horizontes Antropológicos*, Ano 7, N. 16, p. 173-88. Porto Alegre: 2001.
- BORBA, Telêmaco.** “Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná” in *Revista do Museu Paulista*, vol. VI, (p. 53-62). Typographia do Diario Official, São Paulo: 1904.
- CARPINTERO, Antônio Carlos Cabral (Org.)** *Sobre o conceito de espaço: coletânea de textos traduzidos*, São Paulo: 1986.

- CLAVAL, Paul.** *A geografia cultural*. Editora da UFSC, 3º Ed., Florianópolis: 2007. (Trad. Luiz Fugazzol Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta.)
- COHN, Gabriel (Org.).** *Weber: sociologia*. Ed. Ática, 7ª Ed. São Paulo: 2008. Coleção Grandes Cientistas Sociais. (Trad. Amélia Cohn e Gabriel Cohn)
- CORRÊA, Roberto Lobato.** *Estudos sobre a rede urbana*. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato & Rosendahl, Zeny (Orgs.).** *Paisagem, tempo e cultura*. Eduerj, 1ª ed., Rio de Janeiro: 1998.
- *Introdução à Geografia Cultural*. Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 2003.
- COSTA, Maria Heloisa Fenelón & Malhano, Eduardo.** “A habitação indígena brasileira” in RIBEIRO, Berta (Coord.). *Suma etnológica Brasileira. Tecnologia Indígena (Vol.2)*. Ed. Vozes et alli. 2ª Ed. (1ª Ed. 1986), Petrópolis, 1987 (p. 27-92).
- “Glossário da habitação indígena” in RIBEIRO, Berta (Coord.). *Suma etnológica Brasileira. Tecnologia Indígena Vol.2*, (p.93-4). Ed. Vozes et alli. 2ª Ed., Petrópolis: 1987.
- DAMATTA, Roberto.** *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Editora Rocco, Rio de Janeiro: 1997.
- DORNELLES, Soraia Salles.** *As dinâmicas de uso do espaço Kaingáng no planalto sul-brasileiro: concepções de mobilidade e território*. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2008.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues.** *História dos irmãos Villas-Boas: Fundação Brasil Central, Expedição Roncador-Xingu, Parque Indígena do Xingu*. RG Editores, São Paulo, 1997.
- FOCAULT, Michel.** *Microfísica do poder*. Editora Graal, 9ª Ed., Rio de Janeiro: 1990. (Organização e Tradução: Roberto Machado)
- *A arqueologia do saber*, Livraria Forense Universitária, 7ª ed., Rio de Janeiro: 2008. (Trad.: Luis Felipe Baeta Neves)
- *A ordem do discurso, aula inaugural no Colégio de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Edições Loyola, São Paulo, 2009. Série Leituras Filosóficas. (Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio)
- FREITAS, Ana Elisa de Castro.** *Mrur Jykrê – a cultura do cipó: territorialidades Kaingáng na margem leste do rio Guaíba, Porto Alegre, RS*. Tese de Doutorado em Antropologia. Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2005.

- FREMÓNT, Armand.** *A região, espaço vivido.* Livraria Almedina, Coimbra: 1980. (Trad. António Gonçalves).
- GUERRA, Emerson.** *Organização Política e segurança alimentar na sociedade Krahô,* EdUFU, Uberlândia: 2008.
- GEERTZ, Cliford.** *A interpretação das culturas.* Ed. LTC, São Paulo: 1989.
- HAESBAERT, Rogério.** *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.* Palestra conferida no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2004.
- , “Concepções de território para entender a desterritorialização” in *SANTOS, Milton et alli. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial* (p. 43-71). Ed. Lamparina, 3ª Ed., Rio de Janeiro: 2007.
- HARBENGER, Klaus.** “Por uma teoria espacial do parentesco” in *MANA-Revista de Antropologia do Museu Nacional*, Ano 11, N. 11, VOL. 2 (p. 155-99), Rio de Janeiro: 2005.
- HAUSER, Philip & SCHINURE, Leo (Org.).** *Estudos de Urbanização*, ED. Pioneira, São Paulo: 1975. (Trad.: Eunice Ribeiro Costa)
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.** *Brasil: 500 anos de povoamento.* IBGE, Rio de Janeiro: 2000.
- JUNQUEIRA, Carmem.** “Dinâmica Cultural” in *Revista de Estudos e Pesquisas*, V. 1, n. 1 (p. 205-239), CGDOC/Funai, Brasília: 2004.
- KOTHE, Flavio.** *O cânone colonial.* Ed. UnB, Brasília: 1997.
- LEFEBVRE, Henri.** *Espaço e Política.* Editora UFMG, Belo Horizonte, 2008. (Trad.: Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins)
- LEVI-STRAUSS, Claude.** *Antropologia Estrutural.* Editora Tempo Brasileiro, 6ª Edição, Rio de Janeiro: 2003. (Trad.: Chaim Samuel Katz e Egnardo Pires)
- LIMA, Francisco Chagas.** “Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava” in *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo IV, n. 13 (p. 43-64). Typographia de João Ignacio da Silva, Rio de Janeiro: 1842
- MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.).** *Legislação indigenista brasileira e normas correlatas.* FUNAI [DEDOC] Brasília: 2002.
- MELATTI, Julio César.** *Por que a aldeia é redonda?* in *Informativo FUNAI*, ano III, nos 11/12 (p. 34-41), Brasília: 1974.
- MOREIRA, Ruy.** *Para onde vai o conhecimento geográfico: por uma epistemologia crítica,* Ed. Contexto, São Paulo: 2006.

- MUMFORD, Lewis.** *A cidade na história*, Ed. Itatiaia, Belo Horizonte: 1965.
- NIMUENDAJU, Curt.** *Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingáng, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará*. Campinas: Ed. Unicamp: 1993. (Manuscritos originais de 1912-1920)
- NEWTON, Dolores.** “Cultura material” in RIBEIRO, Berta (Coord.). *Suma etnológica Brasileira. Tecnologia Indígena Vol.2* (p. 15-26). Ed. Vozes et alli. 2ª Ed. (1ª Ed. 1986), Petrópolis: 1987.
- OLIVEIRA, Ismarth.** “A política indigenista brasileira” in *Política e Ação Indigenista brasileira*, FUNAI [Divisão de Estudos e Pesquisas], Brasília: 1975.
- OLIVEIRA, Maria da Conceição.** *Os especialistas Kaingáng e seres da natureza: curadores da aldeia Xapecó – oeste de Santa Catarina*. Fundação Catarinense de Cultura / Estado de Santa Catarina, Florianópolis: 1996.
- OLIVEIRA, João Pacheco.** *O Nosso Governo: Os Ticuna e o regime tutelar*. Ed. Marco Zero/CNPQ. São Paulo/Brasília: 1988.
- (Org.). *Indigenismo e Territorialização; poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Contra-Capa Livraria e Editora, Rio de Janeiro: 1998. Série Territórios Sociais.
- *A viagem de volta: etnicidade, política e re-elaboração cultural no nordeste indígena*. UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro: 1999. Série Territórios Sociais, (Vol. 2.)
- (Org.). *Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras*. UFRJ/PETI – Museu Nacional, Rio de Janeiro: 1990.
- OLIVEIRA, João Pacheco & FREIRE, Carlos Augusto da Rocha.** *A presença indígena na formação do Brasil*. UNESCO / Ministério da Educação, Brasília: 2006. Coleção Educação Para Todos.
- OLIVEIRA, João Pacheco & LIMA, Antônio Carlos de Souza (Orgs.).** *Projeto Calha Norte: militares, Índios e fronteiras*. UFRJ/PETI – Museu Nacional, Rio de Janeiro: 1990.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso.** “Indigenismo ou Colonização?” in *Revista Civilização Brasileira* (p. 169-78), Ano IV, N°. 19 e 20, Rio de Janeiro: 1968.
- *Sobre o pensamento antropológico*. Editora Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro: 2003.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter.** *Os des-caminhos do meio ambiente*, Ed. Contexto, São Paulo: 1989.
- “O latifúndio genético a r-existência indígena-camponesa” in *Geographia* (p. 26-41), Ano IV, N. 8, PPGEU-UFF, Niterói: 2002.

- ". "Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades" in CECENÁ, Ana Esther & SADER, Emir. *La guerra infinita: Hegemonia y terror mundial* (p. 217-256), CLACSO, Buenos Aires: 2004.
- ". "A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas" in SANTOS, Milton *et alli. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial* (p.375-09). Ed. Lamparina, 3ª Ed., Rio de Janeiro: 2007.
- RAFESTIN, Claude.** *Por uma geografia do poder.* Livraria Ediouro, São Paulo: 1992.
- RAMOS, Alcida.** "Indigenismo de Resultados" in Serie Antropologia, N. 100 (p. 16-24), Brasília: 1990.
- ". "O índio hiper-real. Trabalho" apresentado no Seminário "Ética: O Desafio da Antropologia". IUPERJ, Rio de Janeiro: 1990.
- ". "Uma crítica da desrazão indigenista" in *Série Antropologia*, n. 243, Palestra proferida na Mesa Redonda Movimentos Indígenas, estruturas estatais e organismos transnacionais, organizada por João Pacheco de Oliveira Filho, XXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, outubro de 1998. Brasília: 1998.
- REIS FILHO, Nestor Goulart.** *Urbanização e teoria: contribuição ao estudo das perspectivas atuais para o conhecimento dos fenômenos de urbanização*, Tese defendida para provimento da cátedra N.º. 22 da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo: 1967.
- ". *Quadro da Arquitetura no Brasil.* Ed. Perspectiva, 11ª. Ed., São Paulo: 2006.
- RIBEIRO, Berta (Coord.).** *Suma etnológica Brasileira. Tecnologia Indígena (Vol.2).* Ed. Vozes *et alli.* 2ª Ed., Petrópolis: 1987.
- RIBEIRO, Darcy.** *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.* Ed. Companhia das Letras, São Paulo: 2006.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Ígna.** *Línguas Indígenas: para o conhecimento das línguas brasileiras.* Edições Loyola, 4ª Ed., São Paulo: 2002.
- SÁ, Cristina.** "Habitações indígenas" in *Encontros com a Civilização Brasileira* (p.129-42), N. 12, Rio de Janeiro: 1979.
- ". "A aldeia Karajá de Santa Isabel do Morro" in *Revista Projeto* (p.19-23), N.23, São Paulo: 1980.
- ". *Aldeia de São Marcos: transformações da habitação de uma comunidade Xavante.* Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em História da Arquitetura. USP, São Paulo: 1982.
- SAHLINS, Marshal.** *Sociedades tribais.* Zahar Editores, Rio de Janeiro: 1983.
- SAIA, Luis.** *Morada Paulista.* Ed. Perspectiva, 3ª Ed., São Paulo: 1995. Série Debates.

- SANTOS, Milton.** *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.* Ed. Hucitec, São Paulo: 1978.
- *Espaço e método,* Ed. Hucitec, São Paulo: 1984.
- *Metamorfoses do espaço habitado.* Ed. Hucitec, São Paulo: 1989.
- *Pensando o espaço do homem.* Edusp, 4ª Ed., São Paulo: 2004.
- *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo.* Edusp: 2009. 5ª Ed.
- SANTOS, Milton et alli.** *Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial.* Ed. Lamparina, 3ª Ed., Rio de Janeiro: 2007.
- SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura.** *O Brasil: território e sociedade no limiar do século XXI.* Ed. Record, São Paulo/Rio de Janeiro: 2001.
- SAUER, Carl.** “As plantas cultivadas na América do sul tropical” in *Suma etnológica Brasileira. Etnobiologia (Vol.1).* (p. 59-90). Ed. Vozes et alli. 2ª Ed., Petrópolis: 1987.
- “A geografia cultural” in CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.), *Introdução à Geografia Cultural* (p.17-26). Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 2003.
- SIMÕES, Lilian Antônio.** *Análise da organização do espaço da habitação de uma comunidade Kaingáng.* Universidade Estadual de Londrina: Depto. Arquitetura e Urbanismo, Londrina: 1989.
- SOARES, Juliana.** *Aspectos comuns da organização social Kaingáng, Xavante e Bororo.* Revista Espaço Amerindio, V. 2, N. 1, (p.44-67), Porto Alegre: 2008.
- TAUNAY, Alfredo d’Escragnole.** “Os índios Kaingáng (Coroados de Guarapuava): monographia acompanhada de um vocabulário do dialeto que usam” in *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro,* suplemento ao tomo LI (p. 251-310). Typographia de Pinheiro & C., Rio de Janeiro: 1888.
- TOMASINO, Kimiye.** *A história Kaingáng da Bacia do Tabagi: uma sociedade Jê meridional em movimento.* Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo: 1995.
- VALVERDE, O.** *Planalto meridional brasileiro: Guia da excursão realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia.* Rio de Janeiro. Conselho Nacional de Geografia / União Geográfica Internacional: 1957.
- VEIGA, Juracilda.** *Aspectos Fundamentais da Cultura Kaingáng.* Ed. Curt Nimuendaju, Campinas: 2006.
- VILAS-BOAS, Orlando & VILLAS-BOAS, Claudio.** *A marcha para o oeste: a epopéia da expedição Roncador-Xingu.* Ed. Globo: 1994.

VIRGILIO, Haroldo & BARROS, Miriam, Vizitim Fernandes. “SIG aplicado á caracterização socioambiental da reserva indígena Apucarana – PR” in *Revista Estudos Geográficos*, V. 5, N. 1: (p.47-62) Rio Claro: 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. Cosac Naify, São Paulo: 2002.

VON IHERING, Hermann. *A ethnographia do Brazil meridional*. Buenos Aires: 1912 (Contendo "Vocabularios dos Šavantes de Campos Novos e dos Šavantes Opayé", de Curt Nimuendaju]. In *Actas del Congreso Internacional de Americanistas* (p. 250-263), Buenos Aires: 1912.

ZUCH-DIAS, Jeferson. *A tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingáng*. Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Latino-Americanos. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio Sinos. São Leopoldo: 2004.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)